

Projeto de Pesquisa e Extensão Memória & Vida Cemitério Consolação

SFMSP
FUNDASP



2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Fernando Haddad | Prefeito

Simão Pedro | Secretário Secretaria Municipal de Serviços – SES

Serviço Funerário do Município de São Paulo – SFMSP

Lucia Salles França Pinto | Superintendente

Fulvio Giannella Junior | Chefe de Gabinete

Jorge Eduardo Julio | Chefe da Ass. Técnica

Daniela Gallimberti Gagliardi | Chefe de Recursos Humanos

Michelangelo Giampaoli | Assessor Técnica

Tatiana Cristina Oliveira | Assessora de Imprensa

Jair Batista | Administrador do Cemitério Consolação

Francivaldo Almeida Gomes (Popó) | Guia de visitação do Cemitério Consolação

FUNDAÇÃO SÃO PAULO – FUNDASP, MANTENEDORA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Dom Odilo Pedro Scherer | Grão Chanceler

José Rodolpho Perazzolo | Secretário Executivo

João Júlio Farias Júnior | Secretário Executivo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery | Reitora

Prof. Dr. Fernando Antonio de Almeida | Vice-Reitor

Este material foi preparado no convênio 03 SFMSP/2015 entre a Fundação São Paulo e o Serviço Funerário do Município de São Paulo

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO:

DOCENTES

Maria Amélia Jundurian Corá | Departamento de Administração

Maria Helena Pereira Franco | Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Clínica

Roberto Sanches Padula | Departamento de Administração

Mozart Alberto Bonazzi da Costa | Curso de Conservação e Restauo

David de Oliveira Lemos | Departamento de Engenharia da Computação

PESQUISADORES

Adriana Gregorut | Aline Santana | Ana Luíza Santos Galvão Bueno

Cecília Côrtes Carvalho | Cláudia Xavier Alcoforado | Cristiane França Vergílio

Diego Ferreira Ramos | Erika Motoyama | Eva Kaiser Mori

Fernanda Coutinho Santiago | Fernando Almeida Prado Sampaio

Isabela Garcia Rosa Hispagnol | Jacira Berlink Martins

Marco Antônio Loschiavo | Maria Imaculada Fernandes Victal

Mario Thadeu Leme de Barros Filho | Moisés de Freitas Cunha

Nayara de Brito Gomes | Henrique Carrasco Pagnossi

Roberta Scherrer | Sergio Ulisses Lage da Fonseca

Sofia Reinach | Tatiane Maeda

ESTAGIÁRIOS

Ana Clara Rufatto Worringem | Barbara Evelyn Alves de Souza

Debora da Silva Nascimento | Gabriel Calil Pinheiro

Giorgia Caterina Quattrone Troiano Valentim Cruz

Giovanna Vaz de Donno | Helen Helena Rodrigues de Almeida

Lilian Leal Silva | Pedro Augusto Guida Vieira Graglia

Pedro Ribeiro Tullman | Rodrigo Prestes de Baptista

Thais Fonseca Ares | Victoria Louise de Barros Almeida

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Cristiane França Vergílio

Fotos

Diego Machado, Eva Mori, Fabio Donadio, Marcelo Ferreira, Mozart Bonazzi, Viviane Comunale

Foto de Capa – Túmulo Família Theodureto- foto de Marcelo Ferreira

DESIGNER

Marcelo Max

PRODUÇÃO, EDIÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Editora Limiar Ltda.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
SOBRE O PROJETO	8
CONTEXTO: SÃO PAULO DO SÉCULO XIX HIGIENISMO E A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CEMITÉRIO PÚBLICO	12
ASPECTOS DE CONSERVAÇÃO DE ARTE E ARQUITETURA TUMULARES NO CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO EM SÃO PAULO	26
CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO: UM ESPAÇO MUSEOLÓGICOULO	46
A PSICOLOGIA COMO PARCEIRA DO PROGRAMA MEMÓRIA & VIDA	54
Servidores do serviço funerário municipal: uma identidade em mutação	56
“Vivo e morro em são paulo”: relação do SFMSP com os munícipes	64
DESAFIOS JURÍDICOS AO USO INOVADOR DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	70

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultado de um convênio firmado entre o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP) e a Fundação São Paulo (Fundasp), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Pensar em um projeto de extensão entre a universidade e o serviço funerário gera, primeiramente, um estranhamento, porque, de uma forma geral, os serviços funerários são desconhecidos e porque a morte e o luto costumam acabar colocados em um imaginário bem distante do mundo universitário.

No âmbito da universidade procuramos integrar os cursos de Administração, Psicologia, Direito, Conservação e Restauro, Arte: História, Crítica e Curadoria, Ciências Sociais, Jogos Digitais, com docentes, pesquisadores mestres e doutores e estagiários.

Os objetivos geral e específicos do projeto estão indicados a seguir.

Objetivo geral:

Analisar e subsidiar a gestão e as formas de relacionamento entre o serviço funerário e a sociedade em prol da qualidade, da humanização e do aprimoramento desse serviço público.

Objetivos específicos:

- Promover no Cemitério Consolação um projeto científico e cultural, o qual envolva a gestão participativa com o objetivo de valorizar os exemplares originais do patrimônio tumular e a preservação e a divulgação da memória da cidade;
- Contribuir para o desenvolvimento de estudos acerca do relacionamento hu-

manizado no serviço funerário que garantam a avaliação, a melhoria e a preservação das condições de saúde mental dos profissionais envolvidos;

- Elaborar propostas jurídicas para a mudança da qualidade do serviço público funerário, em consonância com os objetivos específicos do presente projeto;
- Apoiar a elaboração de metodologia de acompanhamento do planejamento estratégico e de indicadores a fim de avaliar o serviço funerário.

Destaca-se que esse projeto teve dois focos de atuação, os quais muitas vezes se autorreferenciavam: considerar o serviço funerário como um todo e observar o Cemitério Consolação, nele intervindo, a fim de permitir a reprodução dos achados em outros cemitérios. A escolha do Cemitério Consolação deu-se por ele ser um marco na cidade de São Paulo: além de se encontrar em um ponto privilegiado da cidade, possui um acervo significativo de arte tumular em que túmulos de famílias ricas foram ornamentados com obras de artistas como Victor Brecheret, Luigi Brizzolara e Galileo Emendabili.

Assim, o Cemitério Consolação recebe visitantes diariamente, entre eles curiosos pela arte tumular e por personalidades enterradas no local e também inúmeros estudantes interessados na história da cidade.

O projeto buscou a construção de uma forma inovadora de relações entre o cemitério e a cidade, por isso a necessidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar em que se integrassem a pesquisa e a extensão universitária em um espaço público diferenciado, principalmente ao partir do pressu-

posto de que o Cemitério Consolação é um espaço museológico.

Os museus são criados para aumentar o nível de entendimento público, elevar o espírito do visitante, refinar e desenvolver o gosto popular. A experiência museológica está relacionada à esfera do simbólico e a uma necessidade fundamentalmente humana e universal de preservação e transmissão de valores às gerações futuras (LOUREIRO, 2004¹). Essas condições são estéticas, ou subjetivas, de forma que o sentido social de um museu nem sempre é bem determinado (McLEAN, 1997²).

Nesse sentido, todas as áreas trabalharam com o objetivo comum de realizar intervenções a fim de transformar o serviço funerário com base na humanização e na inovação, tendo o Cemitério Consolação como objeto central.

Os próximos textos trarão as principais contribuições do projeto, refletindo sobre as mudanças realizadas e necessárias no longo prazo. Ainda podemos destacar que todo o processo contribuiu para o SFMSP amadurecer seu planejamento, o que resultou em uma proposta de Plano Municipal do Serviço Funerário para os próximos dez anos em que a humanização e a inovação do serviço tornam-se diretrizes essenciais.

Boa leitura.

Maria Amelia Jundurian Corá
Coordenadora do projeto

¹ LOUREIRO, M. Lúcia de N. M. 2004. **Museus & World Wide Web: Novos Ambientes Informacionais para as Obras de Arte**. Informação & Sociedade: Estudos, v.14. Disponível em: <www.informacaoe-sociedade.ufpb.br/pdf/s1410408.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2006.

² McLEAN, F. 1997. **Marketing the museum**. New York: Routledge.

SOBRE O PROJETO

Um convênio, firmado em julho de 2015, entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSp) trouxe novos ares para o Cemitério Consolação, valorizando-o como espaço museológico a céu aberto. Essa iniciativa se deu em virtude da proposta desenvolvida pelo Programa Memória & Vida, criado em 2014 pela gestão do SFMSp, com o intuito de repensar os tabus que tangenciam a morte e ressignificar os espaços cimiteriais como parques de memória.

O atual Memória & Vida, que adotou o nome do projeto inicial, é um programa de extensão e pesquisa da PUC-SP que tem como finalidade promover no Cemitério Consolação um trabalho científico e cultural, que valorize os exemplares originais do patrimônio tumular e a preservação e divulgação da memória da cidade.

Neste sentido, foram trabalhadas duas vertentes: a produção de conhecimentos e saberes relacionados ao tema do luto, com palestras e encontros formativos, e a aproximação com a prática relacionada à manutenção e preservação patrimonial das obras de arte originais que estão naquela necrópole.

Muito bem sucedido, o projeto contribuiu, ainda, para um atendimento mais humanizado no serviço funerário, garantindo atenção às condições de saúde mental dos profissionais e formulando propostas jurídicas para mudança da qualidade deste serviço público.

Histórico da parceria

Em 23 de julho de 2015 foi firmado o convênio entre a PUC-SP e o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSp), com duração de quinze meses, o projeto se encerrou em 22 de dezembro de 2016, e todas as iniciativas e produtos desenvolvidos foram incorporados pelo SFMSp para garantir a continuidade das ações.

O que já foi feito pelo projeto + No Cemitério Consolação

- Pesquisa de público no Cemitério Consolação;
- Pesquisa com os estabelecimentos comerciais do entorno;
- Levantamento de casos bem sucedidos de gestão de cemitérios;
- Estudo como o potencial uso do Cemitério Consolação em espaço museológico;
- Levantamento das informações sobre o acervo do Cemitério Consolação e conferência com o inventário existente;
- Seleção de obras para realização de laudos de conservação em parceria com IPT e SENAI;
- Dois Cadernos de conservação sobre os bens tumulares (Concessionários e Profissionais);
- Curso teórico/prático de conservação e limpeza de bens tumulares, para servidores, jardineiros e sepultadores do SFM;
- Contação de Histórias no Consolação;

- Rodas de conversa no dia das Mães, Finados, e sobre perda de um companheiro, entre outras;
- Encontro formativo sobre luto infantil e parental com mais de 100 profissionais da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e apoio da São Paulo Carinhosa;
- Levantamento de 300 túmulos para compor curadoria artística, histórica e educativa do Cemitério Consolação;
- Elaboração de 300 verbetes dos túmulos selecionados;
- Aplicativo para celulares de visitas auto guiadas no Cemitério Consolação. O APP disponível nos sistemas IOS e Android tem quase 10 roteiros temáticos pela necrópole e também irá ajudar na localização de sepulturas e obras de arte através de um mapa com informações do túmulo, de acordo com a geolocalização do usuário, para facilitar seu deslocamento no passeio dentro da necrópole. O lançamento será na Jornada do Patrimônio (27 e 28 de agosto);
- Sítio na internet para consulta de dados de sepultamentos e visita virtual ao Cemitério Consolação
- Dois seminários acadêmicos sobre os assuntos tratados no projeto.

Sensibilização e humanização do atendimento

- Diagnóstico da situação de saúde mental dos trabalhadores do cemitério, a fim de propor formação para atendimento humanizado;
- Curso de formação para servidores do SFMSP com o foco em humanização do serviço;
- Sensibilização sobre o serviço humanizado aos novos motoristas;
- Oficinas em parceria com Secretaria Municipal de Educação para educadores sobre Luto Infantil com a necessidade de se discutir a morte junto a crianças e adolescentes.
- Disponibilização de uma biblioteca de com obras infanto juvenil que tratam sobre a temática da morte para apoio aos trabalhos com as escolas, educadores e famílias enlutadas.

+ Nos estudos jurídicos

- Diagnóstico da legislação municipal, estadual e federal pertinente ao tema, bem como estudo da natureza jurídica da utilização do jazigo e da relação estabelecida entre a Municipalidade e o usuário do Cemitério;
- Estudo jurisprudencial (quantitativo e qualitativo) da problemática judicializada;

levantamento da produção jurídico-doutrinária do tema;

- Estudo acerca dos limites e possibilidades de utilização do bem público de uso especial (Cemitérios);
- Avaliação da responsabilização do uso do jazigo e seus limites;
- Estudo da responsabilidade da Administração Pública pela conservação das áreas comuns e seus limites, bem como da possibilidade de manutenção de jazigos vacantes;
- Estudo acerca da competência constitucional dos entes administrativos de proteção dos bens de valor cultural, bem como do dever constitucional de promover o acesso à cultura e relação com Cemitérios; mapeamento das atividades estratégicas realizadas no SFMSP;

No modelo de gestão e inovação

- Oficinas de Planejamento Estratégico e elaboração de quadro de objetivo estratégicos para acompanhamento do SFMSP;

DEPOIMENTOS

“Eu me lembro que a primeira vez que entrei no Cemitério Consolação, não tinha ideia do poder que o cemitério traz consigo. Eu achava que era uma coisa que terminava nela mes-

ma. Mas hoje percebo que os cemitérios da cidade são um meio, e jamais um fim. São lugares para refletir sobre o agora e o depois, e não apenas, o fim de tudo. Muito pelo contrário.”

Pascoal da Conceição é ator, produtor cultural e diretor brasileiro

“Os cemitérios da Consolação, do Araçá, São Paulo, para citar apenas os mais famosos, são excepcionais receptáculos de história, de memória, de arte, de cultura e de civilização disponíveis para todos nós e para todos aqueles que virão depois de nós. Estes espaços (a serem) protegidos são, ainda mais em uma cidade ultra-moderna como São Paulo, tesouros que muitas vezes nem sequer sabemos que existem.”

Michelangelo Giampaoli é antropólogo e pesquisador na área de conservação do patrimônio cultural

Serviço Funerário do Município de São Paulo

O SFMSP é uma autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Serviços, da Prefeitura de São Paulo, que exerce, em caráter de monopólio, serviços funerários a todos os munícipes de forma transparente, humanizada, contínua e acolhedora. Ele é responsável pelo cui-

dado em relação às homenagens funerárias, aos sepultamentos, às cremações e à manutenção dos espaços cemiteriais, como parques públicos e locais de preservação da história e memória dos falecidos. O SFMSP administra 22 cemitérios públicos, 114 salas de velório e 1 crematório municipal, fiscalizando ainda 19 cemitérios particulares localizados na capital paulista.

Juntos, os cemitérios públicos de São Paulo formam a segunda maior área verde da cidade, com mais de três milhões de metros quadrados, espaços que não podem ficar apartados do tecido urbano. Por isto, o SFMSP propõe que as necrópoles sejam ocupadas de forma cidadã, como espaços pedagógicos e de reflexão sobre a valorização da vida.

Além de garantir a manutenção dos espaços cemiteriais, o SFMSP elabora políticas e programas no intuito de pensar e encarar a morte e o luto como um processo histórico-cultural e não como mercadoria e produto. Dessa forma aponta para a necessidade de – de forma diga e humanizada – romper com o tabu que cerca a morte em nossa sociedade, promovendo a (re)significação da vida e garantindo a preservação da memória (individual e coletiva) das pessoas sepultadas na cidade.

Para mais informações sobre o Serviço Funerário do Município acesse o **portal online** ou entre em contato pelo número **(11) 3396-3800**. Você também pode tirar dúvidas ligando para **Central 156** de atendimento da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Serviço Funerário do Município de São Paulo



Foto: Marcelo Ferreira

CONTEXTO: SÃO PAULO DO SÉCULO XIX HIGIENISMO E A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CEMITÉRIO PÚBLICO

Jacira Martins Berlinck*

* Bacharel em História pela PUC-SP e mestre em Antropologia.

A São Paulo do século XIX já era a capital da província, mas se restringia ao que hoje chamamos de centro antigo: ruas Quinze de Novembro, Direita e São Bento, ou “cidade”, para os que possuem cerca de 70 anos.

As casas dessa Pauliceia antiga não seriam mais do que umas 4.200, com predomínio ainda das construções de taipa. No recenseamento realizado em 1836, foi registrada a presença de 4.068 “fogos”³, compreendendo um total de 21.933 habitantes discriminados da seguinte forma:

	Homens	Mulheres
Branços	4.715	5.233
Índios	205	240
Pardos	2.813	3.534
Pretos crioulos	1.520	1.632
Pretos africanos	1.209	832

O centro urbano nesse momento era constituído por três freguesias: Sé, Santa Ifigênia e Brás.

A população branca da São Paulo da primeira metade do século XIX era constituída por uma esmagadora maioria de portugueses e seus descendentes.

Nessa época, em São Paulo, os principais prédios

³ Nos tempos da colônia, as habitações eram denominadas de “fogos”.



Cidade de São Paulo em 1843. Fonte: Arquivo Histórico Municipal (São Paulo).

eram o Palácio do Governo (antigo convento dos jesuítas); a Câmara Municipal (situada na atual Praça João Mendes), que possuía dois andares, com a cadeia situada no andar de baixo; alguns conventos (São Francisco, São Bento, do Carmo e da Luz) e numerosas igrejas, das quais pode-se destacar a da Sé, do Colégio, da Misericórdia, dos Remédios, do Rosário e de Santa Ifigênia. Além das igrejas citadas, havia também capelas, como a da Nossa Senhora da Consolação, construída no local onde, em 1818, terminava a cidade e começava a estrada rumo a Itu e à Sorocaba.

A expansão do “burgo colonial” paulista, na primeira metade do século XIX, foi bastante tímida. O surgimento de Santa Ifigênia (que nas primeiras décadas desse século era considerada subúrbio) foi o primeiro indício de que a expansão da cidade havia começado. Em 1827, foi instalada a “Academia de Direito” e, na década de 1830, surgiu o Brás. São Paulo já era o centro econômico da província, porém somente na segunda metade do século a expansão aconteceu de fato. Por meio de profundas transformações, a cidade de São Paulo atual começou a ser delineada.

A família real, os novos costumes e o século XIX

Em 1789, a exemplo do que já era feito na Europa, D. Maria de Portugal recomendou ao bispo do Rio de Janeiro, Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que se construíssem cemitérios separados das igrejas. Doze anos depois, em 1801, a carta régia do Príncipe Regente Dom João enviada ao Capitão-General de São Paulo solicita a escolha de um terreno para que um cemitério fosse construído.

A chegada da família real e sua permanência no Brasil muito influenciaram as mudanças da província, posto que desencadearam uma série de alterações na economia, na política, no cotidiano e nos costumes.

Em 1822, D. Pedro I torna-se Imperador do Brasil ao ser declarada a independência. Vinte e sete anos depois da carta régia enviada ao Capitão-General de São Paulo, Dom Pedro I promulga a Lei de 1º de outubro de 1828, a qual determina a obrigatoriedade de cemitérios a céu aberto.

Seguindo todas as transformações mundiais e nacionais, o Brasil deveria tornar-se um território “civilizado”. Entre as diversas medidas tomadas a fim de seguir esse caminho estava o desenvolvimento da medicina. Após 1822, um corpo médico especializado em higiene pública começou a propor soluções higienistas para o Império, de modo a reduzir a insalubridade, considerada a principal causa das enfermidades. A preocupação também era a de secularizar os cemitérios. Tratava-se de uma preocupação política a disputa e a separação dos poderes do Estado e da Igreja, solucionada apenas com a instauração da República.

Os primeiros estudos higienistas e o processo civilizador

Desde o final do século XIX, o mundo estava vivendo um grande desenvolvimento das ciências naturais e exatas, da modernização tecnológica e da sofisticação de hábitos humanos com parâmetro na Europa Ocidental. O “movimento sanitaria brasileiro” surgiu

nesse contexto. Os sanitaristas defendiam a saúde pública, a educação e o ensinamento de novos hábitos. As primeiras discussões acerca de hábitos sanitários se deram no final do século XVIII. Foram 30 anos de trabalho até a proposta apresentada pelo vereador Joaquim Antônio Alves Alvim, o qual defendeu, pela primeira vez, a construção de um cemitério público na cidade.



Mapa Imperial da Cidade de São Paulo, 1855. Museu Paulista – USP



Dona Yayá

Sebastiana de Melo Freire (1887-1961), a Dona Yayá, nasceu em Mogi das Cruzes em 21 de Janeiro de 1887 e foi membro de uma das famílias

mais importantes do interior paulista.

Filha de Josefina Augusta de Almeida Melo e Manuel de Almeida Melo Freire, empresário, fazendeiro e político de relevo no estado de São Paulo. Uma série de tragédias marcaram desde cedo a vida de Sebastiana. Uma de suas irmãs morreu aos três anos de idade asfixiada, pouco tempo depois outra irmã faleceu em consequência de uma infecção de tétano aos 13 anos. Quando tinha 12 anos de idade perdeu a mãe e dois anos depois, o pai.

Órfã, passou a ser tutorada junto a seu único irmão Manuel de Almeida por Albuquerque Lins.

Já na capital Paulista, Yayá ingressou no Colégio Sion, e Manuel na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Com 18 anos perdeu também o irmão, diagnosticado com problemas mentais, ele se atira de um navio com destino a Buenos Aires.

Yayá residiu em um palacete da Rua Sete de Abril, no Centro de São Paulo, onde recebia amigos, promovia saraus e mantinha um estúdio completo de fotografia, um de seus principais interesses.

Relata-se que rejeitava todos os seus pretendentes por considerá-los interesseiros e que teria mantido uma afeição não correspondida pelo aviador Edu Chaves. Com 31 anos manifestaram-se os primeiros sintomas de sua doença mental, acompanhada de tentativa de suicídio. Chegou a ser internada em um sanatório.

Em 1925, com 38 anos, seus curadores adquiriram um vasto casarão no bairro do Bixiga.

Embora possuindo os melhores médicos psiquiatras

brasileiros tratando a sua doença, diagnosticada como psicose esquizofrênica, sua doença progredia.

Permaneceu isolada em seu casarão por 36 anos. Viviam com ela, sua amiga Elza Grant, seu enfermeiro, uma prima e seus criados.

Yayá faleceu em 1961, no Hospital São Camilo. Sem herdeiros, sua fortuna passou à propriedade da Universidade de São Paulo.

Rua 24 LD Terreno 29



O mapa da cidade de São Paulo de 1843 (página 13) faz parte dos estudos executados pelo engenheiro Carlos Rath⁴, com base na preocupação com a condição sanitária da cidade de São Paulo do século XIX. Nessa planta, Rath localiza rios, córregos, nascentes e áreas alagadiças. Esse mapa foi utilizado na discussão da construção de prédios pela administração pública (Câmara Municipal e Governo da Província) para abrigar atividades insalubres que precisavam ser saneadas, como matadouro, sepultamento, entre outros. Antes da publicação dos estudos de Carlos Rath, Libero Badaró também colaborou para o debate higienista e defendeu a construção do Cemitério Consolação.

O aparecimento de enfermidades como o cólera justificava a expansão de obras públicas e a aceleração dos estudos sanitaristas na cidade de São Paulo. Na época, o Governo da Província instala uma “Comissão Sanitária Municipal”, que tinha por objetivo cuidar da salubridade da cidade. Dessa forma, havia

⁴ “Carlos Frederico Rath, nascido na Alemanha, foi um engenheiro que protagonizou as principais discussões sobre a salubridade da Cidade de São Paulo a partir da década de 1850. Participou de diversas comissões instaladas pela Câmara Municipal para discutir sobre as obras públicas e exerceu um papel de grande relevância na construção das mesmas e na confecção de uma cartografia sobre a cidade”. In Clarice Barbieri Shinyashiki, Érica Christina Rodrigues Souza e Ivone Salgado. **Obras públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público**. Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p. 3.

que identificar e remover os focos de insalubridade da cidade, assim como instaurar regras e normas para o funcionamento desses focos.

Nesse contexto de expansão, modernização e civilização da cidade de São Paulo, inicia-se a história do Cemitério Consolação.

Data de 1851 a nomeação de uma comissão especial para tratar especificamente da criação de um cemitério público.

TRANSFORMAÇÃO DOS COSTUMES E DA CONFIGURAÇÃO URBANA: A ESCOLHA DO LOCAL DO PRIMEIRO CEMITÉRIO PÚBLICO DA CIDADE

Desde seu início, a história do Cemitério Consolação se mistura com a história da cidade de São Paulo. Ao visitar a necrópole, deparamos com túmulos de personagens das artes, da política e que compuseram a sociedade paulistana ao longo desses séculos. Falar sobre a história desse cemitério é também discorrer sobre saúde pública, arquitetura, urbanismo, legislação, estilos de arte tumular e a sociedade da época dos sepultamentos.

Nas palavras do professor José de Souza Martins⁵,

“os cemitérios são documentos sobre a

⁵ Escritor, sociólogo brasileiro, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

estrutura social, as relações sociais consolidadas, o modo mais prático e direto de visualizá-la e compreendê-la sociologicamente. São, também, documentos sobre a mentalidade da sociedade que ali sepulta seus mortos, além de documentarem as transformações históricas pelas quais essa sociedade passou. Na distribuição espacial dos sobrenomes, nas alegorias dos túmulos, nas obras de arte, temos aquilo que um sociólogo definiu como as configurações objetivas de sentido, as consolidações que dizem o que uma sociedade é”.

O Cemitério Consolação foi construído entre os anos 1856 e 1858 e inaugurado em 1858. Foi o primeiro cemitério público da cidade de São Paulo, na época chamado somente de “Cemitério Municipal”. O sepultamento em cemitérios se tornou obrigatório por razões sanitárias.

Na primeira metade do século XIX, a Igreja tinha papel preponderante nos enterros. A população branca, nobre, rica e católica era sepultada nas igrejas, e dentro delas havia a seguinte hierarquia: os nobres e ricos eram sepultados próximos ao altar; os que tinham nobreza, mas não muito dinheiro, eram sepultados cada vez mais longe do altar. Os eclesiásticos eram enterrados em suas respectivas igrejas, e os escravos e os enforcados eram enterrados no cemitério de Nossa Senhora dos Aflitos. Nas igrejas do Carmo, do Pátio do Colégio, da Boa Morte, de São Francisco de Assis e de São Francisco das Chagas ainda podem ser vistas, no chão, as portas desses túmulos antigos. Além disso, ha-

O Selvagem, obra
de Nicolina Vaz de
Assis Pinto do Couto



via também as igrejas dos negros escravizados, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a de Nossa Senhora dos Remédios, onde eles eram enterrados (respectivamente na Praça Antônio Prado, no começo da Avenida São João, e na Praça João Mendes, onde é hoje o Viaduto Dona Paulina).



Militão Augusto de Azevedo. Museu de Arte Sacra.
Coleção particular.

Com o aumento populacional da cidade paulistana e, conseqüentemente, da insalubridade desses enterros dentro das igrejas, a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo aprova o primeiro regulamento para os cemitérios da cidade. Dizem que durante as missas os odores ficavam cada vez mais intensos.

Esses hábitos de sepultamento foram contestados a partir da década de 1820. Sanitaristas influenciados pelas ideias positivistas e pelo Iluminismo (com ênfase no autodesenvolvimento humano, secular e progressivo), consideravam tais práticas arcaicas e insalubres. Vários países da Europa já haviam dado origem a cemitérios públicos e laicos. A maneira de pensar o urbano e o viver nas cidades estava mudando.

A população paulistana do início do século XIX era essencialmente católica. A religião tinha uma

força muito grande no cotidiano das pessoas e especificamente na questão da morte e do sepultamento. Era toda uma vida (e morte) preocupada com a salvação da alma. A forma do sepultamento ajudaria a garantir essa salvação. Estava aí a grande questão da população em transferir o sepultamento para fora do “solo sagrado” das igrejas. Por outro lado, o ponto de vista dos médicos sanitaristas tinha um forte apelo científico (inspirado pelo Iluminismo e pela construção de uma sociedade “civilizada”) ao alegar que a antiga forma de sepultamento era um grande foco de doenças.

Em sua importante pesquisa sobre os sepultamentos na cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX, Luís Soares de Camargo em sua dissertação de mestrado “Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858” demonstra que a precariedade do enterro dos “excluídos” (escravizados, presos,

Francisvaldo Gomes (Popó)

Popó nasceu em 1965, em Crateús, no Ceará. Mudou-se para São Paulo na década de 1980, ainda jovem, em busca de oportunidades de trabalho. Seu primeiro emprego foi como servente de pedreiro, na construção de um prédio na região da Avenida Paulista. Depois, foi porteiro em um prédio residencial nos Jardins e, ao procurar por trabalho fixo, passou em um concurso para sepultador, função que ocupou entre 2000 e 2001. Nesse período conheceu Délio Freire dos Santos, um historiador que guiava as visitas no cemitério e a quem Popó considera seu grande professor. De tanto ouvir as explicações, passou a entender o roteiro. Quando o professor adoeceu em 2011 e ficou impossibilitado de trabalhar, Popó passou a cumprir parte da agenda de visitas do cemitério, até assumi-la totalmente com a morte do historiador, em 2002.

Hoje Popó mora na região de Santo Amaro, com a esposa e os três filhos, e continua a trabalhar no Cemitério Consolação, guiando cerca de 150 visitas por mês pela necrópole. O público de visitantes é diverso, o qual se encanta com as esculturas que ornamentam os mais de 6 mil túmulos e mausoléus do cemitério. Em 06 de setembro de 2016 recebeu o título de cidadão paulistano pela Câmara de Vereadores de São Paulo.

Obra de Aurélio Franceschi para túmulo da família Sestini. Foto: Marcelo Ferreira



JAZIGO PERPETUO DA FAMILIA SESTINI
REPOUSO PARA INOCENTES
MARIA ANTONIETTA AFFONSO SESTINI
MARIA NASCIDA EM 17 DE ABRIL 1910
FALLECIDA EM 19 DE JUNHO DO MESMO ANNO
AFFONSO NASCIDA EM 5 DE ABRIL DE 1908
FALLECIDA EM 27 DE AGOSTO 1911
DEIXANDO POR TRAZ A MAIS PROFUNDA
DOLORE DE SEUS CARINHOSOS PAES
E FILHOS



Túmulo de José Alves de Cerqueira Cesar. Foto: Marcelo Ferreira

portadores de doenças contagiosas, brancos pobres e os que não professavam a fé católica) tornou-se um problema para a Igreja (o que fazer com esses corpos?) e foi um fator fundamental a ajudar os sanitaristas a convencer a população sobre a necessidade da mudança dos hábitos de sepultamento.

Nessa época havia a ideia de que os médicos eram os representantes da civilização e do progresso, pregadores de práticas que retardariam a morte e que eram contra os bárbaros costumes que levariam a uma morte mais rápida (Camargo, 1995. p. 19). A salvação, na verdade, se daria pela mudança dos costumes. Um novo ideal médico e político tomava forma.

Pobres católicos “tinham o direito” de serem enterrados nas igrejas, mas não tinham dinheiro. Igrejas mais afastadas estavam ficando endividadas.

O atual centro da cidade, na segunda metade do século XIX, era a região mais adensada e com condições sanitárias precárias. Dessa forma, a escolha do alto da Consolação, região afastada da cidade, para a construção do cemitério foi condição essencial e estratégica para a garantia da salubridade da população, e os estudos do engenheiro Carlos Rath (1855), que levou em consideração a altitude da região, a direção dos ventos e a qualidade do solo, foram fundamentais para tal escolha.

Do estudo de Carlos Rath à doação da marquesa de Santos

Na época da construção do cemitério, a região da Consolação, conhecida como estrada de Pinhei-

ros, era composta por fazendas. Parte das terras do local escolhido já pertenciam à administração pública. Outra parte pertencia a Marciano Pires de Oliveira. A fim de adquirir essa parte, a Câmara Municipal pagou duzentos mil ao proprietário.

A administração pública sofria com a escassez de verbas, e a obra teve de ser paralisada em diversos momentos. Em 1857, a Marquesa de Santos doou dois contos de réis para a construção da capela.

O cemitério foi aberto no ano seguinte, ano em que uma epidemia de varíola assolou a cidade. Com o passar do tempo, sua área foi sendo aumentada.



Cemitério Consolação em fins do século XIX. Foto de Militão Augusto de Azevedo. Acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

O cemitério ao longo dos séculos: o processo de elitização do Cemitério Consolação e a arte tumular

Os cemitérios brasileiros (principalmente os fluminenses e os de São Paulo) possuem acentuada marca do Romantismo, aproximando-se da

pomposidade dos cemitérios europeus (França, Portugal e Itália).

Nos primeiros anos após sua abertura, eram sepultadas no Cemitério Consolação pessoas de diversas origens e classes sociais. Os primeiros a serem enterrados foram Thereza de Jesus Corrêa (agregada de um major), Casimiro Munhabano (preso da cadeia pública de São Paulo) e Benedito (jovem escravizado pertencente a um coronel). No mesmo solo estão escravos, homens livres, senhores de escravos, pobres e estrangeiros. Em 1893, foi inaugurado o segundo cemitério público de São Paulo, o Cemitério da Quarta Parada (Brás), e em 1897 inaugurou-se o cemitério do Araçá, na Avenida Doutor Arnaldo. Veremos a seguir que com a inauguração de outros cemitérios, a modificação dos hábitos e o surgimento de uma elite a origem dos sepultados e sobretudo as sepulturas mudaram.

O Cemitério Consolação é considerado até hoje o mais tradicional da cidade de São Paulo. Para alguns estudiosos, esse cemitério passou por duas fases. Na primeira fase, de ocupação, o uso do mármore importado (Carrara) foi frequente, sobretudo nos túmulos de grandes figuras do Império e da República. É o caso do túmulo da Marquesa de Santos. Já na segunda fase não se usava mais o mármore importado, e sim materiais locais, mas manteve-se o uso de esculturas em mármore importado. Também nessa fase foram construídos os mausoléus monumentais (como o dos Matarazzo, o maior da América do Sul) de representantes da sociedade republicana e industrial.

Para falar da história desse cemitério é preciso caracterizar principalmente o período do final do século XIX e o começo do século XX. Essa época foi marcada (tanto na Europa quanto no Brasil) por profundas mudanças das forças produtivas e pelo progresso material. A modernidade chegava por meio da industrialização e da evolução dos meios de transporte, da comunicação, da expansão dos mercados, do aumento populacional. No Brasil e em São Paulo adotaram-se os paradigmas culturais vindos da Europa (sobretudo de Paris, na França). Foi forte a transformação socioeconômica da relação escravista para a relação burguês-capitalista. Tratou-se de um período de bruscas mudanças nas artes, na cultura e na política brasileira.

A demanda pelo café era grande, e os lucros da venda também, o que propiciou a entrada do Brasil, e de São Paulo em particular, na rota do capitalismo industrial.

O salto desenvolvimentista se deu em São Paulo por sua localização privilegiada entre o interior cafeeiro e o Porto de Santos. A intensa imigração, primeiro com a chegada dos italianos e, depois, dos japoneses para o trabalho no campo (café), influenciou muito essa transformação dos costumes, a industrialização, o comércio e as artes.

Nesse período, conhecido como a “belle époque paulistana”, a elite imitava hábitos parisienses, o que ocasionou a europeização da arquitetura, da moda, das festas etc. O objetivo era desenvolver o ar cosmopolita moderno e intelectual da cidade. A eli-

te paulistana precisava de arquitetos, engenheiros, decoradores, estilistas, sanitaristas, entre outros. São Paulo tornou-se muito atraente para artistas, construtores e escultores europeus. Foi uma via de “duas mãos”, vinham os estrangeiros e iam os brasileiros aos ateliês europeus aprender suas técnicas.

Isso também funcionou para os sepultamentos.

A partir da primeira década do século XX, famílias contratavam construtores e artistas (escultores) renomados para construir e enfeitar os túmulos de

seus entes. A maioria desses artistas havia se formado na Europa ou era de origem italiana.

O monumento, a morada eterna da elite paulistana, deveria seguir a lógica de civilidade europeia. Dessa forma haveriam de ser imponentes e reproduzir no imaginário da população a importância do falecido.

Artistas como Victor Brecheret, Nicola Rollo, Galleo Emendabili, Eugenio Prati, Bruno Giorgi e Celso Antônio Silveira de Menezes são alguns que se destacam nos túmulos e mausoléus de barões do café, in-



Imagem panorâmica do Cemitério Consolação

dustriais, artistas, políticos e famílias da elite paulistana e transformam o Cemitério Consolação em um “museu a céu aberto”, a exemplo de cemitérios como o da Recoleta (Buenos Aires) e o Père-Lachaise (Paris).

Segundo estudiosos da arte tumular no Brasil, as principais referências estéticas presentes nos cemitérios brasileiros do fim do século XIX e início do XX são a *art nouveau* e o Modernismo. O Cemitério Consolação não foge a essa “regra”.

Algumas obras de cada estilo a serem destacadas são:

A mulher que chora sobre o túmulo do Maestro Chiaffarelli, de autoria de Nicola Rollo (Rua 11, terreno 36).

Segundo Maria Elizia Borges, em seu livro *Arte funerária no Brasil (1890-1930)*, pouquíssimos túmulos no Cemitério Consolação têm uma linguagem plástica mais condizente com a época moderna. Um bom exemplo dessa estética é apresentado no túmulo de D. Olívia Guedes Penteado (patronesse do movimento modernista) com a obra do escultor Víctor Brecheret, de 1923: o “Sepultamento” (*Mise au tombeau*). Trata-se de uma escultura em granito, com 2,26 metros de altura e 3,65 de comprimento. Essa obra ganhou um Prêmio no Salão de Outono de Paris em 1923. A obra representa o lamento e a despedida das Três Marias, que choram a morte de Jesus.

Galileo Emendabili, Luigi Brizzollara, Materno Garibaldi, Bruno Giorgi são outros escultores com obras presentes no Cemitério Consolação e, com destaque à única mulher a ter suas obras expostas, Nicolina Vaz de Assis. Considerada a mais importante escultora de sua época, Nicolina, além de esculturas funerárias,

também produziu bustos de presidentes de estados, de políticos e personagens ilustres para o Museu da República. É dela “O selvagem”, de 1898, escultura presente no túmulo de José Vieira Couto de Magalhães (último presidente da Província de São Paulo), considerada o primeiro exemplar de escultura *art nouveau* da cidade.

Além das obras, destacam-se as inscrições funerárias e, claro, as pessoas que lá estão enterradas. Entre barões, marqueses, políticos, intelectuais, artistas, fotógrafos, industriais, advogados, abolicionistas, músicos, amantes e incentivadores das artes, “santos” e representantes LGBT, destaco:

1905: Militão Augusto de Azevedo - fotógrafo que registrou a São Paulo do século XIX e produziu, entre outras obras, o Álbum comparativo da Cidade de São Paulo 1887-1862. Nascido no Rio de Janeiro em 1837, veio para São Paulo em 1862. Trabalhou no Ateliê Carneiro & Gaspar, onde era retratista. Em 1875, criou o estúdio Photographia Americana, onde retratou grandes personalidades brasileiras, como D. Pedro II e Castro Alves.

26/11/1938: Maria Judith de Barros⁶ - os desavisados, ao avistarem seu túmulo lotado de plaquinhas, logo levam um susto imaginando se tratar do nome das pessoas enterradas ali. Ledo engano. São pla-

quinhas de agradecimento pelos milagres da “santa dos vestibulandos”.

21/12/1930⁷: Antônio da Rocha Marmo foi uma criança católica que viveu nas primeiras décadas do século XX. Dizia-se que tinha o dom de predizer o futuro, predizendo inclusive a própria morte. Faleceu de tuberculose aos 12 anos de idade. “Santo Antoninho” é famoso por agraciar pedidos de curas.

1937: Álvaro e Armando, personalidades históricas, do famoso caso do Castelo da Rua Apa. A família Reis era dona do famoso cinema Broadway. Em 12 de maio de 1937 os irmãos Álvaro e Armando e sua mãe Maria Cândida dos Reis foram encontrados mortos a tiros. Alguns acreditam que o motivo do crime foi a discordância entre os irmãos sobre o que fazer com o cinema. Álvaro queria transformá-lo em um ringue de patinação. Outros acreditam que tinha algo a ver com Getúlio Vargas. Dizem que a namorada de Álvaro, “Baby” passou 51 anos depositando flores no túmulo do amado.

⁷ Sobre Santo Antoninho, o *Almanaque Folha* desenvolveu um interessante verbete: http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_12mar1947.htm.

⁶ Terreno 40, lado direito da Rua 26.



Maria Judith de Barros

Maria Judith de Barros não possui nenhum registro do dia de seu nascimento. Casada, foi agredida constantemente pelo marido e sofria também de uma doença degenerativa, que foi agravada por tais abusos. Tal doença é apontada como uma das hipóteses de sua morte, no dia 26 de novembro de 1938, mas acredita-se que ela veio a falecer após um ataque de fúria de seu marido.

Após sua morte, uma mulher que sofria dos mesmos abusos que Judith ajoelhou-se diante da sepultura e fez um pedido. Algum tempo depois a mesma mulher voltou ao cemitério para colocar uma placa de agradecimento sobre a cova, com isto o nome de Judith ficou associado à realização de milagres.

Sem dados sobre obra artística e seu autor, em 2001, o túmulo de Maria Judith passou a ser parte do roteiro das visitas monitoradas no cemitério, e os alunos que delas participavam começaram a pedir para serem aprovados no vestibular. Com o tempo o seu túmulo ficou repleto de placas de alunos que conseguiram ingressar na faculdade e ficou conhecida como santa dos vestibulandos.

Rua 26 LD Terreno 40

2000: Andrea de Mayo (Ermani dos Santos Moreira Filho) - antes de ser empresária e militante transexual pelos direitos humanos LGBT, era Ermani. Nesse período foi engraxate, gari e menino de rua. Aos 20 anos decidiu transformar seu corpo, surgindo assim Andreia de Maio. Foi dona da Val Improviso, uma casa de show de travestis na rua Marquês de Itu e, depois, da boate Proibidus”, na Amaral Gurgel. Andreia ainda ajudava instituições de caridade, como a casa de travestis Brenda Lee. Ela é um ícone paulistano.

2013: Paulo Vanzolini - compositor de grandes sambas, Vanzolini também teve importantes trabalhos no incentivo à pes-

quisa. Foi um dos idealizadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e colaborador do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

Além das esculturas e dos sepultados, destaca-se o conjunto arquitetônico. No ano 1902, Ramos de Azevedo projetou o pórtico da entrada, o necrotério, os muros de fechamento e a atual capela (segunda capela erigida no mesmo local da primeira).

O Cemitério Consolação, com o Araçá e o São Paulo (todos na região Consolação-Pinheiros), é um dos cemitérios públicos mais ricos da cidade.

Levando em consideração a importância de seu acervo artístico, histórico e cultural, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueo-

lógico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), em 15 de janeiro de 1970, solicita a abertura do processo de tombamento dos túmulos de personalidades do Cemitério Consolação. Nessa data são elencados somente 12 túmulos para o processo (os túmulos da Marquesa de Santos, do Barão de Antonina, do Marquês de Monte Alegre, do Barão de Tietê, de João Mendes de Almeida, do Senador Bonifácio de Andrada e Silva, de Manoel Ferraz de Campos Salles, de Bernardino de Campos, de Eduardo Prado, de Washington Luis Pereira de Souza, do Dr. José Vieira Couto de Magalhães e do Conde Francisco Matarazzo). Esse pedido foi arquivado.

Em 2001, depois de alguns arquivamentos e desarquivamentos, o Condephaat retoma a pesquisa de túmulos para recomendação de tombamento. Nesse novo movimento processual, o conselho amplia o âmbito da proposta inicial, trazendo à tona três fatores fundamentais: a importância histórica do Cemitério Consolação no contexto da história da cidade de São Paulo, seu período de formação e urbanização e ser parte da própria história dos cemitérios fora dos templos no Brasil; a importância histórica de inúmeras personalidades sepultadas no Cemitério Consolação; e o valor de sua arte tumular. Assim, recomenda o tombamento do cemitério como um todo.

O processo de tombamento foi longo. Durou 35 anos, tendo sido finalizado no dia 9 de julho de 2005, com publicação no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

Ao longo desses anos, o Condephaat fez um trabalho de levantamento dos túmulos a serem indicados com base na relevância histórica dos sepultados e do valor artístico das sepulturas. Assim,



Detalhe escultórico de túmulo do Cemitério Consolação.
Foto: Mozart Bonazzi

aos 12 túmulos indicados foram acrescidos 296 túmulos. Hoje são algo em torno de 115 mil sepultamentos distribuídos em 6.200 túmulos.

Com o Cemitério Consolação, o Cemitério dos Protestantes e o da Terceira Ordem do Carmo também foram tombados como bens culturais de interesse artístico, urbanístico, paisagístico, histórico e turístico pelo mesmo processo.

O cemitério hoje

Com 308 túmulos destacados como de interesse público, o cemitério deve ser transformado em um museu ao ar livre e há algum tempo já faz parte do circuito cultural da cidade, inclusive participando de eventos como a Virada Cultural.

Hoje o Cemitério Consolação encontra-se rodeado por prédios e arranha-céus, em pleno centro da cidade. A Rua da Consolação, que na época da construção do cemitério estava situada em um local ermo que servia para ligar São Paulo à Sorocaba, hoje é uma importante via de acesso à Avenida Paulista e à zona oeste, com diversas linhas de ônibus e uma estação de metrô entre as 10 mais movimentadas da cidade.

Vale a pena separar um tempo para visitá-lo. O ideal é fazer uma visita guiada e várias outras sozinho a fim de poder contemplar as obras de arte e sentir a calma no meio dessa megalópole que é São Paulo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Thiago Nicolau. “Espaço das representações da morte: arte tumular como expressão da cultura”. In *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. V, n. 15, jan. de 2013. Maringá: Anais do IV

Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades, da Associação Nacional de História (ANPUH). Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CAMARGO, Luís Soares de. Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tese de mestrado, 1995.

MARTINS, José de Souza. História e arte no Cemitério Consolação.

MATOS, Odilon Nogueira de. “A cidade de São Paulo no século XIX”, in *Revista de História*, Universidade de São Paulo: Sociedade de Estudos Históricos.

PROCESSO 16264-70. Cemitério Consolação, vol. 1. Disponível em <arquitcultura.fau.usp.br>. Acesso em: 16 set. 2016.

QUEIROZ, Eliana. Cemitério Consolação: arte e história imortais. Disponível em: <http://www.partes.com.br/especial_sp_450/artetumular.htm>. Acesso em: 3 ago. 2016.

SHINYASHIKI, Clarice Barbieri; SOUZA, Érica Christina Rodrigues e SALGADO, Ivone. *Obras públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público*. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

PERIÓDICOS

Jornal dos Bairros, “Cemitério Consolação”, 22 jan. 2005.

SITES

Arte tumular. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4QlnIfhU9kE>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Banco de dados Folha. “Antoninho da Rocha Marmo já foi consagrado pela devoção popular”. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_12mar1947.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Cemitério SP. “Histórias de cemitérios”. Disponível em: <<http://www.cemiteriosp.com.br/historias-de-cemiterios/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

Folha de S.Paulo. “Religiosos pedem benção e milagres a mortos desconhecidos”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13679.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Jornal da USP. “O que a morte não leva”. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp847/pag12.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Memoriall. Disponível em: <<http://www.memoriall.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

Revista de História. “Sepultados sob solo santo”. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/sepultados-sob-solo-santo>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Prefeitura de São Paulo. “As origens do Cemitério Consolação”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=8380>. Acesso em: 25 jul. 2016.

São Paulo in Foco. “Da tristeza à arte - o primeiro cemitério de São Paulo”. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/da-tristeza-arte-o-primeiro-cemiterio-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ASPECTOS DE CONSERVAÇÃO DE ARTE E ARQUITETURA TUMULARES NO CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO EM SÃO PAULO

Mozart Bonazzi (GEAAC)⁸

⁸ Este texto reúne informações levantadas pelos integrantes do Grupo de Estudos em Arte e Arquitetura Cemiteriais (GEAAC), coordenado pelo Prof. Dr. Mozart Alberto Bonazzi da Costa (historiador da arte e da arquitetura, pesquisador de processos escultóricos tradicionais e contemporâneos e de estudos a respeito do patrimônio cultural e da teoria do restauro, docente do curso Conservação e Restauro e do curso Arte: História, Crítica e Curadoria, da PUC-SP) e composto pelos pesquisadores Ms. Eva Kaiser Mori, restauradora e cientista da conservação, Mestre em Ciências – Mineralogia & Petrologia (IGC/USP) – e Mestre em Conservação e Restauro de Monumentos pela Universidade Politécnica da Catalunha, Espanha; Ms. Diego Ferreira Ramos Machado, geocientista e professor, Mestre em Ciências – Mineralogia & Petrologia (IGC/USP) e licenciado em Geociências e Educação Ambiental; Ms. Viviane Comunale, Mestre em Artes (IA/UNESP) e pesquisadora de arte tumular; Sérgio Ulisses Laje da Fonseca, da área de pesquisa e logística; e Ms. Fabio das Neves Donadio, pesquisador colaborador, arquiteto, cientista da conservação e estudioso de arquitetura e arte tumulares. Todos assessorados pelas estagiárias Victoria Louise de Barros Almeida, Helen Helena Rodrigues Almeida e Bárbara Evelyn Alves de Sousa, alunas do curso de Crítica e Curadoria da PUC-SP.

INTRODUÇÃO

O turismo cultural pode favorecer o contato com os monumentos e sítios históricos e artísticos representativos das realizações de uma comunidade, entre os quais se encontram os cemitérios, que além de abrigarem os restos de personalidades que tiveram papel determinante na formação e no desenvolvimento de uma localidade, possuem coleções compostas por exemplares de arte e arquitetura, que documentam a evolução social, artístico-cultural, política, religiosa, científica e até mesmo plástica de uma região, sob diversos aspectos ou instâncias, entre eles os estéticos e os técnicos, podendo ser vistos como espaços museais.

A abordagem do espaço cemiterial pode ser favorecida pela Educação Patrimonial, que ressalta as potencialidades do conjunto tumular, do ambiente e do paisagismo cemiteriais, enquanto documentos detentores de informações a respeito dos mais diversos aspectos históricos e culturais de uma comunidade ou localidade.

A conservação de bens tumulares ocupa, ou deveria ocupar, um lugar central em um sistema voltado ao estudo e à apresentação de originais tumulares ao público, uma vez que esses conjuntos arquitetônicos e artísticos, que podem ser vistos como documentos e analisados sob diversas óticas, podem ter a manutenção da sua originalidade favorecida pelos avanços obtidos pelas ciências da conservação e, em casos extremos, pela área da conservação e do restauro.

Entre os mais tradicionais cemitérios da cidade de São Paulo está o Cemitério Consolação, que,

além de abrigar o túmulo de personalidades entre as mais relevantes para o desenvolvimento da cidade, do estado e de outras regiões do país, reúne um conjunto artístico e arquitetônico representativo de diversas fases estilísticas ocorrentes entre a segunda metade do século XIX e os dias atuais, com destaque para as obras de marmoristas e fundidores italianos, alemães, espanhóis etc., atuantes ou em permanência na cidade, na passagem do século XIX para o XX, e para as esculturas de artistas modernistas como Victor Brecheret, assim como para os diversos desdobramentos artísticos, estilísticos e técnicos desenvolvidos, principalmente, por toda a primeira metade do século XX.

O Grupo de Estudos em Arte e Arquitetura Cemiteriais (GEAAC), integrado ao Programa Memória & Vida, foi formado com o objetivo de realizar estudos teóricos; históricos, artísticos, estilísticos e técnicos a respeito de arte e arquitetura cemiteriais, assim como elaborar um conjunto de instruções práticas, dirigido aos concessionários, sob quem recaem as responsabilidades sobre o patrimônio cemiterial, e aos profissionais atuantes em conservação de bens tumulares, com base em séries de testes e exames efetuados sobre alguns dos principais materiais componentes dos originais presentes em espaços cemiteriais. As pesquisas iniciais foram dirigidas à coleção museológica presente no Cemitério Consolação, em São Paulo.

O presente texto trata de algumas das principais informações obtidas nesse processo de pesquisa como possibilidades e meios de conservação, dirigidos às obras desse acervo, e discute alguns entre os pro-

cedimentos inadequados aos quais vem sendo submetidos os originais em questão, bem como aborda as diretrizes norteadoras do trabalho desenvolvido pelo GEAAC visando a preservação desse patrimônio que representa significativa parcela da história paulista.

Antecedentes

Durante o período colonial brasileiro, os sepultamentos ocorriam no interior dos templos religiosos católicos, graças à crença de que a proximidade dos féretros em relação aos altares (hierarquicamente distribuídos pelo interior dos templos, desde os altares laterais, posicionados a partir da porta de entrada nas paredes das naves ou em corredores laterais a elas, culminando em crescente grau de importância com os altares-mores, centralizados nas capelas maiores das igrejas) poderia favorecer a intercessão dos santos padroeiros ou oragos dos altares em favor dos fiéis doadores, os quais por meio de vultosas somas viabilizariam a construção, a ornamentação e a douração dos retábulos de altares ou a aquisição de preciosas imagens de culto (provenientes do Reino ou construídas por reinóis fixados na cidade do Rio de Janeiro ou mesmo em outras cidades, como Salvador e Ouro Preto), que, pelo grau de importância, justificassem a presença de oficiais mecânicos suficientemente gabaritados para o exercício da talha e da imaginária.

Tendências higienistas que visavam a redução dos riscos de transmissão de doenças em interiores públicos, intensificadas na segunda metade do século XVIII, na Europa, fariam com que se deixasse de se-

pultar no interior dos templos religiosos no Brasil. No entanto, embora uma ordem régia emitida em 1801 pelo príncipe regente em Portugal determinasse o fim desse tipo de sepultamento e a construção de cemitérios extramuros nas cidades, ela só viria a ser gradualmente observada em nosso país a partir de 1825, com a publicação em *Diário Oficial* de uma portaria emitida pelo imperador D. Pedro I, oficializando o fim dos sepultamentos nas igrejas.

Essa medida se tornaria impopular devido às crenças religiosas arraigadas à cultura do povo, ligadas à possibilidade de salvação associada ao enterro em solo sagrado e à ampliação dessas benesses por meio da proximidade dos locais onde jaziam os fiéis sepultados, diante das imagens dos santos de devoção, posicionadas nos retábulos de altares distribuídos pelos interiores religiosos, ocasionando protestos em diversas localidades do país. A construção de cemitérios extramuros seria impulsionada após a Proclamação da República no Brasil.

A origem do Cemitério Consolação em São Paulo

Segundo determinações emitidas pela Câmara Municipal, em 1856, no sentido de impedir os sepultamentos em interiores religiosos, os enterramentos na cidade de São Paulo passariam a ocorrer em áreas próximas às paróquias até a inauguração do Cemitério Municipal, o que se daria em 1858, após a aquisição de duas áreas de terrenos, apropriadas a esse fim e à realização de estudos prévios das con-

dições do solo e dos ventos da região da Consolação, efetuados pelo engenheiro alemão Carlos Rath (1802-1876). Em assembleia realizada no dia 5 de junho de 1858, os vereadores paulistas aprovaram a construção do Cemitério Consolação, que seria inaugurado em 10 de julho do mesmo ano.



Entrada do Cemitério Consolação no dia de Finados de 1928.

Foto: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O transporte dos corpos para o Cemitério Consolação representava alto custo, devido a distância em relação ao centro da cidade, o que colaborou para que não houvesse sepultamentos naquele espaço cemiterial até meados do mês de agosto. As igrejas, como a de Santa Ifigênia, continuavam a receber os mortos, inclusive as vítimas da epidemia de varíola que se abatera sobre a cidade. No mês de agosto, no ano da fundação, o engenheiro Rath desenvolveria estudo de distribuição das áreas de sepultamento, esboçando projetos de alojamentos para a admi-

nistração e os coveiros do cemitério, assim como o risco da capela primitiva, que posteriormente seria substituída por um novo projeto.

Diferentes áreas do cemitério seriam dirigidas ao sepultamento dos diversos segmentos sociais, sendo divididas pelo primeiro administrador designado pela municipalidade, o Sr. João Nepomuceno de Almeida, que com a Câmara Municipal definiria um conjunto de regras para a organização dos enterros.

Após a sua fundação no início do terceiro quartel do século XIX, se desenvolveria um mercado para atender às necessidades locais relacionadas à construção e à ornamentação tumulares. O Cemitério Consolação passaria a abrigar conjuntos tumulares importados da Europa ou confeccionados em marmorarias e em fundições locais, com materiais estrangeiros considerados nobres no contexto europeu, como o mármore de Carrara. Desse modo, atendia-se às expectativas da elite paulista e paulistana, do período imperial e republicano, no sentido de demonstrar atualização em relação ao que ocorria na Europa.

Já em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, grandes projetos de mausoléus seriam instalados naquele espaço, patrocinados por uma nova elite econômica, formada por industriais e prósperos comerciantes, imigrantes em grande número, provenientes de países como Itália, Alemanha e Líbano, ocorrendo posteriormente outros fluxos migratórios envolvendo outras proveniências, como Japão etc.

O Consolação receberia diversos exemplares tumulares, o que envolveu arquitetura de considerável grau de complexidade projetual associada à rica ornamentação em relevos executada nos mais diversos materiais, da argamassa à pedra e ao bronze, compondo conjuntos aos quais se associaria a presença de obras de arte escultórica. Esses conjuntos destinavam-se ao atendimento de expectativas por manifestações de cunho honorífico e memorial, exigindo a contribuição de profissionais gabaritados, entre engenheiros, arquitetos e oficiais mecânicos especializados no trato com materiais escultóricos, assim como artistas para a concepção e a execução de esculturas exclusivas.

Os terrenos adquiridos pelas famílias abastadas receberiam túmulos de maior elaboração arquitetônica, ornamentados com materiais nobres, como o mármore de Carrara, importado da Itália, país de maior tradição escultórica, que normalmente conteriam rica ornamentação em altos e baixos relevos e registros formais representativos de um ecletismo estilístico e aos quais se integrariam componentes escultóricos de considerável porte, executados segundo temas alegóricos ligados à cena da morte. Os mais humildes seriam sepultados em covas simples, contendo as lápides apenas os registros fundamentais, como o nome do falecido e a data de sepultamento.

São muitas as personalidades relevantes para o desenvolvimento da capital paulista, assim como do Estado de São Paulo e de outras regiões brasileiras, sepultadas no Cemitério Consolação. Dividem-se



Libero Badaró

Giovanni Battista Líbero Badaró (1798 - 1830) foi um médico, político e jornalista nascido em 1798, em Laiqueglia, Itália, onde se formou em Medicina nas universidades de Turim e Pavia. Ainda na Europa, publicou algumas obras técnicas, sobre fisiologia, zoologia e botânica.

Mudou-se para o Brasil em 1826, com 28 anos. Fixou-se em São Paulo e se naturalizou brasileiro. Além de clinicar e dar aulas gratuitas de matemática, Líbero Badaró se filiou à corrente liberal que pregava a autonomia para o Brasil, participando de lutas políticas ligadas à independência. Em 1829 fundou e redigiu o jornal periódico "Observador Constitucional", onde denunciava os excessos cometidos pelos governantes.

No dia 20 de novembro de 1830, Badaró sofreu um brutal atentado à bala. Suas últimas palavras foram: "Morre um Liberal, mas não morre a Liberdade". Faleceu no dia seguinte, em 21 de novembro de 1830.

Rua 17 - LD Terreno 8

basicamente em autoridades civis e religiosas, cafeicultores, políticos, industriais, comerciantes, profissionais liberais, entre os quais intelectuais, cientistas, literatos, juristas, jornalistas, artistas etc., atuantes no período imperial ou no republicano. Entre eles, Domitila de Castro Canto e Melo, Marquesa de Santos, o intelectual Mario de Andrade, o escritor e latifundiário Monteiro Lobato, a pintora Tarsila do Amaral, a incentivadora cultural Olívia Guedes Penteado, o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, em meio a uma legião de nomes historicamente significativos para a memória paulista, em túmulos suntuosos ou simples, distribuídos pelas numerosas alamedas.



Obra de Enrico Bianchi para túmulo da família Donato Gagliano

Outros materiais e técnicas seriam integrados aos conjuntos tumulares, como a estatuária em bronze aplicada sobre granito, material rochoso de elevado grau de dureza, ao qual se associava, portanto, maior durabilidade. Diferentemente das necessidades para o trato com o mármore, a manipulação de rochas graníticas só se viabilizaria a partir do desenvolvimento de equipamentos e maquinários apropriados.

Construídos em diferentes fases, principalmente na primeira metade do século XX, são numerosos no Consolação os túmulos e mausoléus que abrigam conjuntos escultóricos em bronze, executados por artistas radicados na capital paulista ou que aqui permaneceriam em períodos mais curtos.

A situação do Cemitério Consolação



Capela do Cemitério Consolação em 2016. Foto: Fábio Donadio

Localizado na capital paulista, Estado de São Paulo, Brasil, o Cemitério Consolação apresenta realidades climáticas diversas, cujo estudo e conhecimento podem favorecer a conservação do conjunto patrimonial tumular, arquitetônico e artístico lá presente e reduzir, segundo as possibilidades científico-tecnológicas atuais, a incidência de fatores degenerativos, entre eles o clima e os

microclimas, a poluição, o regime pluviométrico, incluindo a acidificação e a umidade relativa do ar e outros diversos fatores, que costumam estar ligados a processos degradantes. Deve-se ressaltar que, inevitavelmente, todos os materiais colocados em contato com as intempéries sofrerão a ação do tempo, podendo ocorrer a sua degradação segundo padrões naturais ou acelerada por fatores artificiais.

As condições apresentadas por diversos exemplares artísticos e arquitetônicos tumulares presentes no Cemitério Consolação denunciam a exposição a processos degenerativos acelerados, causados por intervenções inadequadas sobre os originais, envolvendo inclusive o uso de materiais abrasivos, como lixas, ou quimicamente agressivos, como ácidos. Em diversos casos, o material litológico empregado para a realização das esculturas era impróprio para a exposição em áreas descobertas e, portanto, especialmente suscetível à ação do tempo.

O clima da região onde se encontra a cidade de São Paulo é subtropical úmido, com precipitações pluviométricas abundantes e bem distribuídas ao longo do ano. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2016, a,b,c), a temperatura média da região, delimitada ao norte pelo Trópico de Capricórnio, em aferições realizadas entre 1961 e 1990, foi de 19,2°C, com amplitude entre 24,0°C (máxima média) e 15,5 °C (mínima média).

O clima paulistano difere do clima de outras capitais brasileiras, como o Rio de Janeiro, que tem temperatura média de 23,8°C, e Fortaleza, onde a média de temperatura é de 26,6°C, a mais alta entre as capitais no nosso país. São Paulo se eleva

800 metros em relação ao nível do mar, localizado no Planalto Atlântico, distando cerca de 45 km do Oceano Atlântico e, portanto, não recebendo a brisa marítima que atinge as cidades litorâneas. A média anual de umidade relativa é de 78,4%, com 2.003,3 horas de sol.

Localizado entre as áreas mais altas da cidade de São Paulo, com altitudes que variam entre 801 e 817 metros, acima do nível do mar, o Cemitério Consolação é favorecido por um elevado índice de ventilação, lembrando-se que nesse núcleo da unidade central da cidade localizam-se alguns dos principais corredores de trânsito, que interligam os bairros arborizados e os centros de poder econômico, industrial, comercial e de serviços da região, o que acarreta altos índices de poluição do ar (TARIFA & ARMANI, 2000), o que é agravado pela lentidão do tráfego diário de mais de um milhão de veículos.

Algumas características dos materiais utilizados em arte tumular

Os agregados de minerais são muito mais duráveis do que materiais de constituição de menor resistência, como a madeira; no entanto, diferentemente do que se costuma imaginar, as rochas também chegam a se degradar; quando expostas a intemperismos, podem perder a coesão e se desagregar. Desse modo, uma escultura feita em mármore pode vir a se desfazer se inserida em meio inadequado ou sofrendo a ação de substâncias agressivas.

A conservação de originais executados em materiais rochosos envolve o conhecimento a respeito de suas principais características. As rochas podem

• José Bonifácio de Andrada e Silva, O Moço (1827 - 1886)

Teu nome

*Teu nome foi um sonho do passado;
Por um murmúrio eterno em meus ouvidos;
Foi som de uma harpa que embalou-me a vida;
Foi um sorriso d'alma entre gemidos!*

*Teu nome foi um eco de soluços
Entre as minhas canções, entre os meus prantos;
Foi tudo que eu amei, que eu resumia:
Dores... prazer... ventura... amor... encantos!*

*Escrevi-o nos troncos do arvoredo,
Nas alvas praias, onde bate o mar;
Das estrelas fiz letras - soletrei-o,
Por noite bela, ao mórbido luar!*

*Escrevi-o nos prados verdejantes
Com as folhas da rosa ou da açucena!
Oh! quantas vezes na asa perfumada
Correu das brisas em manhã serena!
Mas na estrela morreu; caiu nos troncos;
Nas praias se apagou; murchou nas flores;
Só guardado ficou-me, aqui, no peito
— Saudade ou maldição dos teus amores.*

ser classificadas a partir de sua origem ou gênese, podendo ser ígneas/magmáticas, vulcânicas/extrusivas ou plutônicas/intrusivas, cuja composição resulta do resfriamento rápido ou lento do magma. Podem ser sedimentares, originárias da diagênese de sedimentos clásticos, químicos ou bioquímicos, podendo ser metamórficas, originárias de metamorfismos envolvendo outros tipos de rochas.

Entre as rochas ígneas, se encontram os granitos, os tufos e os pegmatitos. Entre as rochas sedimentares, estão o arenito (sedimento clástico) e o calcário (sedimento químico). Por sua vez, entre as metamórficas se encontram os gnaisses, os mármore, o esteatito e as ardósias.

Também se pode classificar as rochas como normalmente são apresentadas no comércio, separadas em grupos como “mármore”, “granito”. “quartzitos” e “ardósias”. Esses grupos dizem respeito às rochas carbonáticas, silicáticas e silicosas. As carbonáticas incluem os mármore, que possuem mais de 50% de minerais carbonáticos: os travertinos e os calcários. As rochas silicáticas incluem granitos, gnaisses e migmatitos. Ao grupo das silicosas pertencem os quartzitos, os arenitos e as ardósias.

As características intrínsecas de uma rocha podem diferenciar, até mesmo, partes componentes de um mesmo corpo rochoso, ocasionando diferentes propriedades a cada uma. A composição química e as características de formação, assim como as potencialidades de alterações de cada mineral constituinte das rochas, serão resultantes de sua granulação e sua composição mineralógica.

Entre os conhecimentos dos antigos escultores, a escolha e a retirada dos blocos de pedra do corpo ro-

choso ou das pedreiras onde se encontravam constituía especialidade fundamental aos bons resultados esperados quando da realização da obra escultórica, uma vez que um bloco mal escolhido poderia vir a sofrer trincas e perdas que, além da redução da beleza atribuída à escultura, poderiam inviabilizar o trabalho, por representarem sérios riscos à sua unidade, assim como à segurança dos espaços aos quais se destinavam, pelos riscos de perdas de partes componentes e até mesmo quedas, constituindo séria ameaça à integridade física e à saúde humana.

Fatores de degradação

Vários fatores integrados podem determinar a resistência dos materiais diante da ação do tempo, desde as características e o tipo de material utilizado até os resultados da sua exposição a diferentes condições. Em seu meio natural, as rochas formadas a quilômetros de profundidade, na crosta terrestre, são submetidas a diferentes temperaturas e pressões reduzidas, em meio à abundância de oxigênio e umidade. Essas ocorrências, que após longos períodos de tempo chegam a aflorar à superfície, são extraídas pelo homem e, quando expostas a diferentes condições, como a atmosférica, podem se desestabilizar.

As alterações por que um maciço rochoso passa no processo de afloramento, com a progressiva liberação do peso da crosta terrestre, implicarão em redução de pressão, o que poderá acarretar a ocorrência de fraturas e fissuras. As características naturais da superfície rochosa poderão ser alteradas no contato com a água, podendo ocorrer a

dissolução dos minerais e a erosão, por meio da desagregação dos minerais originários das rochas.

As variações de temperatura às quais os materiais rochosos, extraídos de seu meio natural, são submetidos implicarão a ocorrência de dilatações e contrações, processos que poderão resultar em trincas e fissuras, com perda de material, ou mesmo a completa desagregação dos minerais. Essas



Escultura em mármore: nas áreas mais expostas à chuva ácida nota-se erosão da superfície e nas áreas mais protegidas, formação de crosta negra. Cemitério Consolação, SP, 2016. Foto: Eva K. Mori

Monteiro Lobato



José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) nasceu em Taubaté, São Paulo, no dia 18 de abril de 1882 e faleceu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1948. Era filho de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Monteiro Lobato. Alfabetizado pela mãe, logo despertou o gosto pela leitura, lendo todos os livros infantis da biblioteca de seu avô, o Visconde de Tremembé.

Fez o curso secundário em Taubaté. Com 13 anos foi estudar em São Paulo, no Instituto de Ciências e Letras, se preparando para a faculdade de Direito. Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco na capital, formando-se em 1904. Nesse mesmo ano voltou para Taubaté. Prestou concurso para a Promotoria Pública, assumindo o cargo na cidade de Areias, no Vale do Paraíba, no ano de 1907. Casou-se com Maria Pureza da Natividade, em 28 de março de 1908. Com ela teve quatro filhos.

Em 1917 vendeu a fazenda e foi morar em Caçapava, onde fundou a revista "'Paraíba'". Mudou-se para São Paulo, onde colaborou para a "'Revista do Brasil'".

Publicou em 1918 o seu primeiro livro "'Urupês'", que esgotou sucessivas tiragens. Lobato mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a publicar livros para crianças. Em 1921 publicou "'Narizinho Arrebitado'", livro de leitura para as escolas. A obra fez grande sucesso, o que levou o autor a prolongar as aventuras de seu personagem em outros livros girando todos ao redor do "'Sítio do Pica-pau Amarelo'". Em 1927 é nomeado, por Washington Luís, adido comercial nos Estados Unidos, onde permanece até 1931.

Como escritor literário, Lobato destacou-se no gênero "'conto'". O universo retratado, em geral são os vilarejos decadentes e as populações do Vale do Paraíba, quando da crise do plantio do café. Em seu livro "'Urupês'", que foi sua estréia na literatura, Lobato criou a figura do "'Jeca Tatu'", símbolo do caipira brasileiro. As histórias do "'Sítio do Pica-pau Amarelo'" e seus habitantes, Emília, Dona Benta, Pedrinho, Tia Anastácia, Narizinho, Rabicó e tantos outros, misturam a realidade e a fantasia usando uma linguagem coloquial e acessível. Homem de grande diversidade e talento foi considerado gênio e pioneiro da literatura infanto-juvenil. Um fato curioso sobre a morte de Monteiro Lobato foi quando do seu funeral em julho de 1948, após o corpo deixar o bairro de Campos Elíseos, onde fora velado, e chegar para enterro no Cemitério Consolação, todo o local havia sido tomado por mais de 200 mil pessoas, afirmam algumas fontes. Pessoas de diferentes grupos políticos, ideológicos e religiosos da capital e do interior se acotovelavam brigando por espaço, quando Rossini Camargo Guarnieri, poeta e membro do Partido Comunista e o professor Phebus Gikovate, cada qual alegando ser Lobato comunista, trotskista ou aristocrata, engalinharam-se, trocando socos e caindo na cova aberta. A cena, aos olhos de alguns, lembrou filmes de Fellini, e a esposa do falecido, D. Purezinha "'não sabia se chorava ou ria'", achando que o Lobato gostaria muito dessas cenas, e se divertiria imensamente". O ocorrido ficou conhecido como "Pancadaria no funeral de Monteiro Lobato: Trotskistas e Stalinistas saem no tapa a beira da sepultura do criador da Emília".

Túmulo em granito

Tombado pelo Condephaat

Obra de Castellanne - Quadra 25 Terreno 2



alterações não se restringem a aspectos superficiais, podendo ocorrer em nível molecular e atômico, com a possibilidade de formação, no novo ambiente, de outros compostos mais estáveis, recebendo esse processo de alteração física e química das rochas na superfície terrestre o nome de intemperismo.

A menor superfície específica possibilitará aos maciços rochosos uma maior resistência, assim como reduzirá seu contato com agentes intempéricos, sendo lenta e gradual a ocorrência do intemperismo *in situ*. No caso do emprego de rochas em realizações humanas, como as construções, a velocidade do intemperismo poderá ser drasticamente acelerada, por meio da exposição dos materiais

a condições ambientais altamente dinâmicas. Do mesmo modo, materiais como as ligas metálicas e as argamassas, também utilizados na construção e na ornamentação de bens tumulares, poderão se desagregar, devido às reações ocasionadas pela exposição ao tempo.

Foi muito frequente na construção tumular o uso de tijolos cozidos de barro, por influência construtiva recebida dos italianos radicados em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX. O elemento aglutinante utilizado foi a argamassa de cal e areia, até que se passasse a empregar o cimento importado, ou depois de 1926, quando são distribuídas no mercado nacional as primeiras toneladas de cimento tipo Portland, produzido

em São Paulo. Essas construções seriam revestidas com argamassas, também agregados minerais unidos por aglomerantes inorgânicos, os quais, por serem menos coesos, são menos resistentes que as rochas, podendo sofrer processos de degradação com mais facilidade.

Outros materiais utilizados em bens tumulares, principalmente na ornamentação e na escultura, são as ligas metálicas, também suscetíveis à ação do tempo, reagindo principalmente à umidade e ao oxigênio. Os danos podem envolver de simples deformações até a perda de volume, podendo ocorrer transformações nas áreas internas das peças.

No Cemitério Consolação, por desconhecimento, as esculturas em bronze têm tido as áreas de

• Mário de Andrade (1893-1945)

Poemas da amiga

*A tarde se deitava nos meus olhos
E a fuga da hora me entregava abril,
Um sabor familiar de até-logo criava
Um ar, e, não sei porque, te percebi.*

*Voltei-me em flor. Mas era apenas tua lembrança.
Estavas longe doce amiga e só vi no perfil da cidade
O arcanjo forte do arranha-céu cor de rosa,
Mexendo asas azuis dentro da tarde.*

*Quando eu morrer quero ficar,
Não contem aos meus amigos,*

Sepultado em minha cidade, Saudade.

*Meus pés enterrem na rua Aurora,
No Paissandu deixem meu sexo,
Na Lopes Chaves a cabeça
Esqueçam.*

*No Pátio do Colégio afundem
O meu coração paulistano:
Um coração vivo e um defunto
Bem juntos.*

*Escondam no Correio o ouvido
Direito, o esquerdo nos Telégrafos,
Quero saber da vida alheia
Sereia.*

*O nariz guardem nos rosais,
A língua no alto do Ipiranga
Para cantar a liberdade.
Saudade...*

*Os olhos lá no Jaraguá
Assistirão ao que há de vir,
O joelho na Universidade,
Saudade...*

*As mãos atirem por aí,
Que desvivam como viveram,
As tripas atirem pro Diabo,
Que o espírito será de Deus.
Adeus.*



engaste junto à base rochosa ou o corpo tumular rejuntadas com massa, eliminando-se a necessária passagem que possibilita a renovação do ar no interior das esculturas e sua consequente secagem, fazendo com que a umidade fique retida nas áreas internas das peças, as quais, desse modo, quando submetidas à ação do tempo, além de dilatações e contrações, poderão sofrer o efeito de reações químicas e chegar a um estado de degradação.

Portanto, são diversos os fatores que podem conduzir os originais à degradação. Desde os intrínsecos, ou seja, associáveis à sua gênese e à sua estrutura, até os extrínsecos, associáveis a fatores ambientais e antrópicos, ou seja, causados pela ação humana.

Uma constante e adequada conservação das peças escultóricas e dos conjuntos arquitetônicos pode minimizar os efeitos da passagem do tempo em meio às intempéries, o que caracteriza o modo de montagem e exposição de originais dispostos em espaços cemiteriais. Diferentemente dos museus e de espaços projetados para garantir maior segurança e durabilidade aos originais resultantes da atividade humana, especialmente as obras de arte, onde fatores como grau de umidade, calor e pressão são controlados, nos cemitérios do mundo as peças ficam expostas ao tempo e recebem todo tipo de elementos agregados. Portanto, considerando as finalidades a que se destinam, a natureza dos materiais utilizados para a sua construção e os efeitos causados pela constante exposição a elementos naturais e artificiais, os conjuntos tumulares deverão durar menos do que os objetos conservados em ambientes apropriados.

Casos que envolvam obras de inegável valor histórico e artístico devem ser estudados, prevendo-se a reprodução para a substituição dos originais, que terão sua durabilidade assegurada graças à possibilidade de retirada e acomodação em ambientes que apresentem condições ideais. Esse tipo de substituição de originais por réplicas implicará no aceite dos concessionários, que poderão ser beneficiados por uma maior durabilidade dos bens, os quais poderão continuar sob a sua posse e ser cedidos para a exposição em instituições museológicas. Em alguns casos, a substituição de originais por réplicas costuma envolver a opinião pública, por sua representatividade histórica junto às comunidades.

Considerações a respeito do mármore como material básico das esculturas tumulares

A realização de esculturas tumulares no Cemitério Consolação envolveu, em diversos períodos, o uso do mármore. Em alguns casos, os tipos de rocha utilizados demonstraram razoável resistência à ação do tempo. Em outros, a inadequação de determinados tipos resultou em acelerado processo degenerativo, que pode ser resultante de fatores intrínsecos ou extrínsecos. Entre os fatores intrínsecos, encontram-se as características dos materiais, como a composição química e estrutural, a textura e a porosidade, podendo tornar-se fatores determinantes para a aceleração da degradação.

No caso de rochas, a composição mineralógica será um fator determinante à resistência material, quando instaladas em ambientes diversos daqueles dos quais são provenientes. Os minerais que

apresentam menor resistência às condições normais de temperatura e pressão são aqueles que se cristalizam primeiro quando do resfriamento do magma, sendo os primeiros a sofrer alterações. O quartzo apresenta grande resistência e estabilidade por ser um dos últimos minerais a se cristalizar nesse processo.

O grau de solubilidade do mineral em água será determinante à sua resistência. Na hidrosfera, a água não costuma se apresentar em estado puro, havendo outras substâncias dissolvidas em seu meio, cuja composição poderá resultar em maior ou menor grau de agressividade a determinados minerais ou rochas.

Os mármore, tão utilizados para a execução de esculturas tumulares, são formados por um mineral solúvel em água, a calcita, que, ao absorver CO_2 da atmosfera, se torna ácido, o que amplia a disposição para a dissociação de moléculas de CaCO_3 (carbonato de cálcio), responsáveis pela formação da calcita. O ambiente altamente poluído das grandes cidades, caso de São Paulo, apresenta maior quantidade de CO_2 , o que torna a água mais ácida. Provenientes da decomposição da matéria orgânica, os ácidos orgânicos também podem aumentar a acidez da água.

A hidrólise que ocorre por uma dupla troca de íons pode ser causada pela percolação, ou método de infiltração de água em um meio filtrante. As rochas silicáticas, que costumam sofrer hidrólise, são abundantes, o que resulta na formação de argilominerais em solução alcalina.

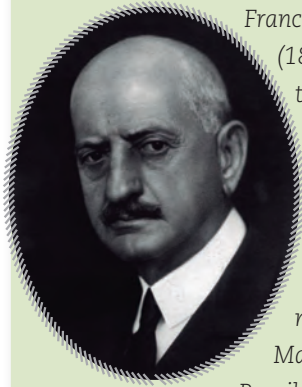
Os coeficientes de dilatação dos minerais estão relacionados à possibilidade de ocorrência de ten-



Detalhe escultórico de tumba do Cemitério Consolação.

Foto: Mozart Bonazzi

Família Matarazzo



Francesco Antonio Matarazzo (1854-1937) nasceu em Castellabate, província de Salerno, Itália. Filho de Costabile Matarazzo, advogado e proprietário de prestígio local, e de Mariangela Jovane. Foi casado com Filomena Sansivieri e teve 14 filhos.

Matarazzo emigra para o Brasil em 1881 com sua esposa e dois filhos devido aos problemas enfrentados com a crise econômica, após a unificação italiana. Estabelece-se em Sorocaba, onde abre uma fábrica de banha de porco. Em 1890 muda-se para São Paulo, centro de afluxo dos lucros da cafeicultura paulista. Associou-se a seus dois irmãos José (Giuseppe) e Luís (Luigi), que já se encontravam no Brasil, e juntos fundaram a Matarazzo & Irmãos.

Em 1899 decide fabricar farinha de trigo e constrói o Moinho Matarazzo. Em torno do Moinho surgem, em 1901, a fábrica de sacos para embalagem da farinha daria origem à Tecelagem Mariangela e uma indústria de embalagens. Em 1901 aumentou a capacidade produtiva do seu moinho e nessa época já possuía o palacete na recém-aberta Avenida Paulista.

Entre os anos 20 e 30, Matarazzo fundou e presidiu o Centro e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (o Ciesp e a Fiesp).

Em 1911, nascem as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM), sediadas em São Paulo e com filiais em Santos e na Argentina.

No fim de 1914, Matarazzo parte para a Itália com a família e é surpreendido pela entrada da Itália na Primeira Guerra. Ele decide ficar e ajudar seu país, cuidando da distribuição de alimentos em Nápoles, o que lhe rendeu o título de Conde do Reino, em 1917.

Durante a década de 20, as IRFM ainda incorporariam frigoríficos, indústria química, destilaria e uma distribuidora cinematográfica. Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, aproveita a crise para comprar concorrentes e consolidar seu domínio.

A faceta mais controversa do conde foi a sua ligação com o fascismo. Matarazzo contribuiu com muito dinheiro para o regime de Mussolini, a quem conheceu pessoalmente em 1923, em uma viagem à Itália. Francesco Matarazzo faleceu em São Paulo no dia 10 de fevereiro de 1937.

"Guardiães e Pietá" e portas com cruz celta, pombos e alto-relevo em bronze; capela com cruz, colunas, capitel e ornamentos diversos em mármore
Tombado pelo Condephaat

Obra de Luigi Brizzolara

Enrico Luigi Brizzolara nasceu em 11 de julho de 1868, em Chiavari, na região da Ligúria, Itália. Seu pai era en-



talhador e ao lado dos oito irmãos, Luigi Brizzolara aprendeu o ofício do entalhe, antes de se encaminhar para os ateliês de escultura. Aos 23 anos, Brizzolara transferiu-se para Gênova, ingressando na Accademia Ligustica di Belle Arti, sendo aluno do escultor Giovanni Scanzi (1840-1915). Anos mais tarde,

em 1899, Brizzolara seria ele próprio nomeado professor nesta academia, cargo que ocupou até o seu falecimento, em 11 de abril de 1937.

Dentre os frutos da boa relação desenvolvida entre Brizzolara e Scanzi, destaca-se a proeminência adquirida pelo pupilo com a estatuária fúnebre, legado absoluto do professor. Como muitos escultores do período, dentre os quais colegas da Accademia Ligustica di Belle Arti, Luigi Brizzolara buscou o crescente mercado para a arte que se desenvolvia na América, atuando em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, pólos de afluxo de imigrantes italianos. A presença das obras de Luigi Brizzolara no Brasil, e também na Argentina, explica-se ainda pelos atrativos concursos internacionais promovidos na época em razão da celebração do primeiro centenário de independência desses países.

Quadra 82 Terreno 6, 25



Detalhe escultórico em granito. Cemitério Consolação.

Foto: Mozart Bonazzi

sões internas nas rochas; desse modo, rochas monominerálicas, compostas predominantemente por um único mineral, têm maior resistência às variações de temperatura que as pluriminerálicas, ou rochas compostas, as quais apresentam várias espécies mineralógicas, sendo as rochas escuras menos resistentes, por absorverem maior quantidade de calor, o que amplia seu coeficiente de dilatação.

Enquanto agregados minerais, aglutinados por meio de agregantes inorgânicos e com diferentes composições, resultantes dos meios dos quais provêm ou de misturas de diferentes tipos efetuadas pelos construtores, as argamassas também estão sujeitas a processos degenerativos. As argamassas de cal apresentam grande sensibilidade à água, pois, reagindo com o CO_2 da atmosfera, se transformam em carbonato de cálcio (CaCO_3), que apresenta solubilidade em água e grande solubilidade em soluções ácidas.

A distribuição macroscópica dos cristais em uma rocha determinará a sua estrutura, determinando a forma e a quantidade de poros, assim como a morfologia da rocha, o que regulará o nível de infiltração de água, o tempo e a velocidade do fluxo de água sobre a rocha e a área de insolação. A textura variará segundo o tamanho, a forma e o relacionamento entre os cristais, os quais quanto mais grosseiros poderão ocasionar a desagregação, risco que será reduzido no caso de composição por cristais mais delicados.

Os espaços entre as partículas componentes de uma rocha determinarão seu grau de porosidade, o qual envolve vazios entre os cristais que, conectados, facilitam a percolação, ou infiltração de líquidos. A porosidade secundária se deve à ocorrência de mi-

crofissuras ou fraturas e à geração de vazios por dissolução, ou porosidade cárstica, que por meio de corrosão envolve a dissolução química das rochas.

O processo final de produção escultórica sobre rochas como o mármore e o granito envolve o polimento, que, além de conferir um brilho agradável à peça, reduz a porosidade do material, contribuindo para a sua conservação, que em esculturas envolve procedimentos relativamente simples, como a retirada do pó, por meio de escovação com escovas de cerdas macias. Em alguns tipos de rocha não se aconselha a lavagem e em todos os casos se desaconselha o uso de substâncias químicas, as quais fatalmente se infiltrarão nos poros das peças, podendo ocasionar reações químicas que conduzirão à sua degeneração.

Portanto, os processos de limpeza estão entre os fatores que, por desconhecimento, poderão acelerar a degeneração dos materiais ou, seguindo os procedimentos determinados pelas ciências da conservação, favorecer a sua preservação. Além dos fatores naturais, que podem conduzir à degeneração dos materiais utilizados na construção e na ornamentação de túmulos e mausoléus, a ação humana desvinculada dos conhecimentos adequados, determinados pelas ciências da conservação, detém grande potencial destrutivo.

Exames de materiais utilizados em arte e arquitetura cimiteriais

Além dos conjuntos tumulares revestidos de mármore ou granito, outros materiais se encontram em estudo pelo GEAAC no Cemitério Consolação. São os túmulos e capelas revestidos de ar-



Detalhe escultórico de túmulo do Cemitério Consolação.
Foto: Mozart Bonazzi

gamassas especiais, concebidos para não receber pintura, e as estruturas tumulares que abrigam obras de arte e componentes ornamentais realizados em bronze. Devido à especificidade desses materiais, recorreu-se a consultorias especializadas, a fim de compor os cadernos de instruções, a respeito dos quais se tratará abaixo, apresentando procedimentos adequados à conservação e evitando-se degradações como as que vêm ocorrendo devido às intervenções de profissionais atuantes nos cemitérios sem embasamento.

As instituições parceiras para tanto estão, provavelmente, entre as mais indicadas para a prestação desse serviço especializado: o SENAI, onde um grupo de estudiosos e profissionais desenvolve estudos a respeito da fundição artística e do trato com o bronze, e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, ligado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), onde se encontram diversos estudos a respeito de argamassas e argamassas históricas.

Nos dois casos (bronze e argamassas) o trabalho consiste em etapas aqui apresentadas resumidamente:

- Levantamento físico do local da obra;
- Investigação científica – analítica (materiais utilizados na execução) e estrutural (análise da forma e do diagnóstico do estado de conservação, segundo a integridade do suporte), por meio de técnicas de investigação, que podem envolver exames globais ou superficiais;
- Reconhecimento de patologias;
- Técnicas de identificação e localização dos danos;

- Estudos e intervenções em processos experimentais a fim de determinar possibilidades de conservação por limpeza mecânica;
- Estudos para a recomposição da volumetria;
- Estudos para a recomposição da pátina.

As esculturas em bronze possuem diversas particularidades, como o tipo e o traço da liga metálica componente, o número de peças, uma vez que são constituídas por partes soldadas, o tipo de armadura estrutural, os tipos de corrosão e os diferentes acabamentos externos, chamados de pátinas, responsáveis pela coloração superficial, estando ligadas a atribuições como as de valor histórico, cultural e mesmo monetário das peças. A manutenção das características originais das obras de arte fundidas em bronze é tarefa para especialistas, sendo poucos no Brasil os profissionais especializados nessa área, que envolve a fundição artística.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) implantou há alguns anos cursos dirigidos à fundição de metais para estudantes, fundidores, artistas, restauradores e joalheiros. Posteriormente estendeu essa proposta a projetos de formação continuada, que envolvem cursos como os de fundidor por cera perdida em fundição artística e processos de acabamento em fundição artística.

Entre as suas finalidades, está o desenvolvimento de parcerias com museus e universidades, com os quais realiza cursos, como a Universidade de São Paulo (USP), o Museu Brasileiro de Escultura (MuBE) e agora com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Seus professores estão entre os

pesquisadores e profissionais mais gabaritados para a atuação nesse material, ainda pouco estudado, no que diz respeito à fundição artística, no Brasil.

A corrosão, o manuseamento e a armazenagem inadequados são as principais causas de danos em artefatos metálicos. As ligas de cobre são materiais relativamente resistentes à corrosão, desde que devidamente conservados. Corrosão ativa ou “proble-mática” pode provocar a perda de partes ou integral de obras de elevado valor artístico e econômico.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) é um dos mais respeitados institutos de pesquisa do País. Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, atua há 110 anos nas áreas de inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia.

O IPT congrega, atualmente, 30 laboratórios e 10 seções técnicas, reunidos em 14 unidades técnicas. Atua em serviços tecnológicos, desenvolvendo diagnósticos, estudos e análises teórico-experimentais, e formou a partir de 2001 a Rede de Apoio à Restauração e à Conservação do Patrimônio Histórico (RETECOP).

As análises propostas são fundamentais à caracterização da argamassa, principalmente em relação à composição mineralógica, ao agregado, à composição do aglomerante, à porosidade, à granulometria e à estrutura. Desse modo, serão necessários exames, como os de microscopia ótica, difratometria de raio X, petrografia, análise granulométrica e análises de reconstituição de traço, a fim de determinar possibilidades de atuação naqueles bens arquitetônicos e artísticos.

Essa caracterização subsidia a confecção de novas argamassas, compatíveis com a reintegração de par-

tes faltantes, trabalhando de forma orgânica com a argamassa original, contraindo-se e dilatando-se no mesmo grau, não retendo água ou absorvendo mais que a original e não cedendo sais solúveis e danosos. Esse tipo de análise viabilizará indicações para os concessionários que necessitarem de reintegração de argamassa nos bens pelos quais forem responsáveis.

Também será possível, com base nesses exames, medir a eficácia dos tratamentos a serem indicados no caderno de instruções, utilizando-se consolidantes determinados cientificamente, o que poderá

favorecer, a partir de então, uma adequada conservação dos túmulos argamassados nos cemitérios paulistas, evitando-se a sua deterioração e, consequentemente, a necessidade de novas intervenções, ou, em casos extremos, a sua perda.

As obras edificadas em alvenaria foram ornamentadas por profissionais entre os melhores de cada época, que utilizaram materiais refinados, comumente empregados em seu período de atuação. Boa parte dos túmulos, capelas e mausoléus foi revestida com argamassas “raspadas”, pigmentadas,



Curso de capacitação em conservação e limpeza de bens tumulares PUC-SP/SFM.

Cemitério Consolação, SP, julho de 2016. Foto: Eva K. Mori

Iria Alves Ferreira

Iria Alves Ferreira nasceu no dia 13 de junho de 1853 em Santo Antonio do Machado, MG. Era filha de Antônio Honório Alves Ferreira e Maria Tereza Ferreira. Casou-se em primeiras núpcias com Luiz Antonio da Cunha Junqueira e teve os filhos: Maria Eugê-

nia, Innocência, Antonio, Augusto, Anna e o coronel Francisco da Cunha Junqueira. Em segundas núpcias, casou-se com o coronel Arthur Jasmim de Carvalho Delgado e não teve filhos. O título de "Rainha do Café" foi adquirido após a morte de seu primeiro marido em fins do XIX, quando gerenciou os negócios da Fazenda Pau Alto (onde hoje se localiza o município de Cravinhos). Considerada uma mulher enérgica nos negócios, chegou a ser acusada de matar o marido de uma de suas filhas, ficando, por esse motivo, presa durante algum tempo. A vítima era o francês Alphonse Defforge, com quem uma filha de Iria tinha se casado na França. Como o rapaz, que se dizia "perdidamente apaixonado", deu mostras de não passar de um caça-dotes, a jovem se separou dele e voltou

para o Brasil. Defforge cometeu o erro fatal de seguir seus passos. Em maio de 1920, apareceu morto nas proximidades da Fazenda Pau Alto, em condições aterradoras: rosto descarnado, orelhas e língua cortadas, mutilações no crânio, perfurações nas costas e no ventre. No processo que se seguiu, capangas da fazenda de dona Iria foram acusados do crime, assim como ela própria, na qualidade de mandante. Graças a suas relações sociais e a seus excelentes advogados, ela conseguiu se livrar da acusação. Faleceu em São Paulo no dia 20 de novembro de 1927.

Pessoa ilustre, conforme decreto municipal de 1986

Cristo a caminho do calvário, figura feminina em súplica e placa com motivos florais, bronze

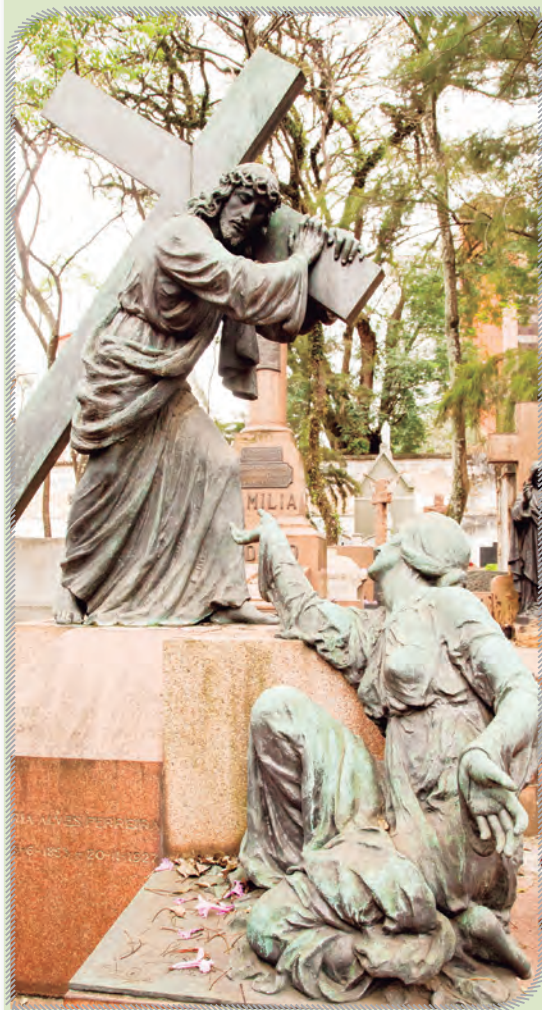
Tombado pelo Condephaat

Obra de Giulio Starace

O escultor Giulio Starace nasceu em 1887 em Nápoles, Itália. Em 1912, chegou ao Brasil, onde realizou a maior parte de suas obras. Participou da 23ª Exposição Geral de Belas Artes no Rio de Janeiro, em 1916. Mais tarde, foi inaugurado o seu monumento "Civilização Mineira", em Belo Horizonte, na Praça Rui Barbosa.

Suas obras também podem ser encontradas em diversas cidades brasileiras, como em Poços de Caldas, Campinas e na capital paulista. Entre suas obras destacam-se, a estátua de Dom José Camargo Barros, o Monumento Minas ao Brasil, e diversas outras que fazem parte do acervo da Pinacoteca do Estado São Paulo, como o gesso "Estase ao sol" (1934), e os mármores: Deusa da Mocidade (1934), Rubiácea Paulista (1935) e Poema Eterno (1947). Sua vasta obra, exposta até hoje, imortaliza o escultor que faleceu em São Paulo, em 1952.

Quadra 69 Terreno 13



que constituiriam um refinado acabamento em si, ao qual não se previa a aplicação de camadas de tintas por pintura, por já possuírem qualidades comuns aos melhores valores plásticos.

A caracterização dos elementos constituintes da argamassa deve ser feita em laboratórios especializados e confiáveis, destacando-se, nesse sentido, o Laboratório de Materiais de Construção Civil do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), especializado na investigação desse tipo de material para a complementação de áreas perdidas em construções, o que não seria possível sem esses recursos.

Entre as análises em realização, estão:

- Análise mineralógica por difratometria de raios X;
- Análise petrográfica, visando obter informações a respeito da microestrutura da argamassa;
- Exames por microscopia eletrônica de varredura MEV, por meio dos quais se pode obter informações a respeito dos cristais de aglomerante e a sua conexão com o agregado.
- Reconstituição de traço a partir da análise química da argamassa, obtendo-se a identificação do tipo de aglomerante, com ou sem a presença de sais solúveis responsáveis por diversas patologias.

Considerações finais

O conjunto de informações, teóricas e práticas, resultante das pesquisas efetuadas pelos integran-



Luiza Crema Marzorati

Nascida em 29 de agosto de 1896 na cidade de Nova Ligure, na Itália, Luiza Crema Marzorati era uma pianista Chopiniana. Imigrou para o Brasil recém-casada, pois o marido, jovem engenheiro, fora contratado por uma empresa. Luiza falece no dia primeiro de maio, 1922, acometida de uma morte súbita. Seu esposo fica desolado com sua morte prematura e a mãe desconsolada, pois nem se quer pode se despedir da filha, já que estava na Itália. Esta então, manda da Itália uma placa de bronze com um pequeno poema de amor, tristeza e dor materna. Traduzindo para o português, assim diz o poema: "*Distante da carícia materna/ Pendeste qual pálido jacinto/ E agora não dizes mais aos mortais/ As noturnas harmonias de Chopin/ Mas aquela música invisível/ Ainda conserva e vive o amor/ Que a vida te deu/ E à vida hoje te chama./ Tua mãe.*"

Túmulo em granito vermelho; mulher sendo picada pela serpente (alusão à lenda da mitologia grega "Euridice sendo picada por serpente"), em mármore
Quadra 76 Terreno 30

tes do Grupo de Estudos em Arte e Arquitetura Cemiteriais (GEAAC) para o Programa Memória & Vida, em convênio firmado entre a Fundação São Paulo/PUC-SP e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, comporá dois cadernos de instruções,

dirigidos a diferentes públicos envolvidos com a posse ou o trato dos bens patrimoniais tumulares presentes nos cemitérios paulistas:

O primeiro, **Caderno de Instruções I - Aspectos teóricos da conservação de bens tumulares**, se



Salvatore Frontini

Salvatore Frontini era filho do presidente do Circolo Italiano de São Paulo, Vincenzo Frontini (período 1917-1921). Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Itália, que inicialmente estava ao lado da Tríplice Aliança e mantinha-se neutra, fez um trato com a Inglaterra e entrou no conflito ao lado da Tríplice Entente (aliança entre França, Império Russo e Reino Unido). Com isto, convocou seus descendentes espalhados pelo mundo a lutar na guerra. Do Brasil embarcaram vários jovens, dentre eles Salvatore Frontini, que caiu em batalha e não retornou com vida.

Pessoa ilustre, conforme decreto municipal de 1986

Túmulo em granito; anjo e alto-relevo nas laterais com cena de tristeza em bronze

Obra de Aurelio Capsoni
Quadra 82 Terreno 15

dirige à informação e à conscientização dos concessionários, a respeito das responsabilidades envolvidas na conservação e na limpeza que, basicamente, cabem aos detentores dos direitos e, portanto, daqueles sobre quem recaem a guarda e as responsabilidades de conservação dos bens patrimoniais cemitariais. O apoio dos concessionários será fundamental para que se reduza a quantidade de intervenções inadequadas e, para tanto, é necessário que se promovam entre aquele grupo reflexões a respeito do conceito de originalidade, que vem sendo interpretado de maneira equivocada.

Muitos acreditam que um original bem cuidado tem a aparência de algo novo, o que não procede. Qualquer material exposto ao tempo sofrerá desgaste e consequentes alterações na forma, na cor, na textura, no volume etc. Nenhum corpo ou material guardará indefinidamente a aparência de novo, mas poderá integrar a seus elementos constitutivos informações a respeito de sua trajetória no tempo.

À configuração dessas informações costuma-se chamar pátina, camada superficial cujas características físicas guardam os resultados das diversas reações por que passou o original. As intervenções de limpeza por profissionais sem o necessário embasamento para proceder à conservação das peças escultóricas e dos conjuntos arquitetônicos costumam eliminar a pátina, por meio de tratamentos agressivos, com abrasivos ou substâncias químicas, expondo os poros, no caso das rochas, e facilitando reações internas, por meio da infiltração de umidade, o que reduz a durabilidade dos originais.

Assim, os encomendantes, cujas expectativas costumam ser dirigidas à manutenção de uma aparência nova, precisarão se conscientizar a respeito da impossibilidade de atendimento dessa escolha e passar a solicitar aos profissionais que atuam na limpeza e na conservação dos túmulos pelos quais são responsáveis ações menos agressivas, que mantenham o conjunto tumular sem alterações grosseiras. Isso implicará a aceitação do fato de que todo bem se degrada, tendo como variável a velocidade do processo degenerativo, que poderá ser acelerado, se as substâncias utilizadas na busca pela eterna novidade apresentarem elevado grau de agressividade, ou lento, se os procedimentos se reduzirem ao mínimo necessário à manutenção do original.

O segundo, **Caderno de Instruções II - Aspectos práticos de conservação de obras arquitetônicas e escultóricas em espaços cemiteriais**, se destina a subsidiar o trabalho dos profissionais atuantes nos diversos cemitérios da cidade, na conservação e na limpeza de bens tumulares. Normalmente esse grupo possui muitos conhecimentos sobre as possibilidades diversas para se atingir um grau de limpeza que aparente a novidade. Mas deve-se destacar que esse grupo também guarda informações importantes a respeito de uma conservação menos agressiva dos bens tumulares, sendo necessário, para tanto, que os concessionários não exijam serviços que envolvam agressividade aos elementos constituintes dos originais, em busca da tão mencionada aparência nova.

Em um curso recentemente apresentado pelo GEAC aos funcionários do Serviço Funerário do Município, foi possível detectar abertura por parte daque-

le segmento de profissionais no sentido de experimentar novas possibilidades de intervenções de manutenção e limpeza, mesmo que o resultado atingido não seja uma renovada aparência nova, atingida artificialmente, por meio do uso de substâncias que poderão conduzir os bens à degradação. Esse grupo profissional está preparado para manter os originais sem promover alterações, desde que não receba exigências por parte dos concessionários no sentido de renovar de maneira indevida a aparência dos originais.

Fica evidente que a transformação do espaço cemiterial em área de lazer e recolhimento, em meio à conturbada realidade das grandes cidades, deverá envolver esforços conjuntos da municipalidade, dos concessionários e dos jardineiros, que normalmente cuidam dos túmulos, assim como da comunidade científica, especificamente dos grupos de estudiosos das ciências da conservação, dos arquitetos, dos restauradores e do público em geral, no sentido de obter os conhecimentos e os recursos necessários para a preservação dos bens patrimoniais cemiteriais, mantendo-se as características assumidas com a passagem do tempo.

Desse modo, poderá ser possível tratá-los como documentos, que potencialmente poderão prestar informações a respeito dos mais diversos aspectos de uma comunidade, desde os ligados a personalidades fundamentais ao desenvolvimento da localidade até as mais refinadas características dos originais artísticos e arquitetônicos, erigidos com finalidades memoriais e honoríficas.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. E. (Org.); MONTEIRO, R. H. (Org.). "Teoria, história e crítica da arte e da imagem", in *Coleção desenredos*, vol. 3, 2010. Goiânia: Cegraf/UFG.

BORGES, M. E.; Alcineia Rodrigues dos Santos; GOMES, L. T. S. "Estudos cemiteriais no Brasil: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos", vol. 1, 1ª ed., 2010, Goiânia: Cegraf/UFG.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930) - ofício de mar-moristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2002.

BORGES, Maria Elizia. "Arte funerária no Brasil: uma pesquisa peculiar no campo das artes visuais". In *Locus - Revista de História*, edição 37/2014, UFJF: Edição Atual.

ICOMOS-ISCS: Illustrated glossary on stone deterioration patterns / Glossaire illustré sur les formes d'altération de la pierre. Disponível em: <http://www.icomos.org/publications/monuments_and_sites/15/index.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia (2016, a). "Temperatura Média Compensada (°C) – 1961-1990". Disponível em: <<http://www.webcitation.org/6PKdMcCAX>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. (2016, b). "Temperatura Máxima (°C) – 1961-1990". Disponível em: <<http://www.webcitation.org/6PKdYeRxQ>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. (2016, c). "Temperatura Mínima (°C) – 1961-1990". Disponível em: <<http://www.webcitation.org/6PKdd66Tq>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

GOOGLE MAPS FIND ALTITUDE. Disponível em: <<https://www.daftlogic.com/sandbox-google-maps-find-altitude.htm>>. Acesso em: 17 set. 2016.

TARIFA, J. R. & ARMANI, G. (2000). "Atlas ambiental do Município de São Paulo – relatório completo das unidades climáticas urbanas da cidade de São Paulo". SVMA/PMSP e SEMPLA/PMSP. Laboratório de Climatologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/As%20Unidades%20Clim%20E1ticas%20Urbanas.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

TARIFA, J. R. & ARMANI, G. (2000). "Atlas Ambiental do Município de São Paulo – mapa das unidades climáticas urbanas". SVMA/PMSP e SEMPLA/PMSP. Disponível em: <<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/mapas/106.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016. Frasca: http://www.sindirochas.com.br/arquivos/Curso_RochasOrnamentais_MHeloisaFrasca.pdf



Pietà. Escultura em bronze, de Eugênio Prati.
Túmulo da Família Constantino de Matheus.
Cemitério Consolação. Foto: Mozart Bonazzi



"Últimas rosas". Escultura em mármore. Túmulo da Família de Cornélio Procópio de Araújo Carvalho.
Cemitério Consolação. Foto: Mozart Bonazzi

CEMITÉRIO CONSOLAÇÃO: UM ESPAÇO MUSEOLÓGICO

Esse texto foi elaborado pelos docentes Roberto Sanches Padula e Maria Amelia Jundurian Corá, com a colaboração dos pesquisadores Fernanda Santiago e Pedro Tullman. Agradecemos a participação de todos os estagiários do projeto na pesquisa de público no cemitério consolação em especial aos graduandos: Ana Clara Rufatto Worringer, Pedro Augusto Guida Vieira Graglia, Pedro Ribeiro Tullman e a doutoranda Maria Imaculada Fernandes Victal.

Ao longo da história, o lugar onde a humanidade sepulta seus mortos foi mudando. No século XIX, os cemitérios urbanos passaram a ter importância no imaginário arquitetônico, acolhendo homenagens da memória familiar ou do respeito cívico. Além disso, acabaram por reproduzir de alguma forma a ordem socioeconômica vigente. Assim, os cemitérios podem ser considerados como museus de patrimônio cultural, uma vez que são plenos de valores ligados aos bens materiais e aos bens imateriais que os representam. Em razão disso, alguns cemitérios acabaram perdendo a característica de locais de tristeza e luto e passaram a ser verdadeiros locais de exposição de obras de arte a céu aberto.

Cemitérios como o Père-Lachaise, em Paris, recebem milhões de visitantes por ano devido ao alto número de personalidades sepultadas em seu terreno, como o escritor irlandês Oscar Wilde, o pintor italiano Amedeo Modigliani e o cantor norte-americano Jim Morrison, entrando no roteiro turístico e sendo reconhecido por seu caráter histórico e artístico.

Na América do Sul, a prática de utilizar cemitérios como espaços culturais já existe em diversos locais, caso do Cemitério Museu de São Pedro, em Medellín, na Colômbia, o primeiro a ser considerado museu na América do Sul; do Cemitério Presbítero Maestro, em Lima, no Peru; e, claro, do famoso Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires, na Argentina. Nesses cemitérios, ações educativas e culturais, como visitas monitoradas e eventos culturais, são constantes e bem organizadas.

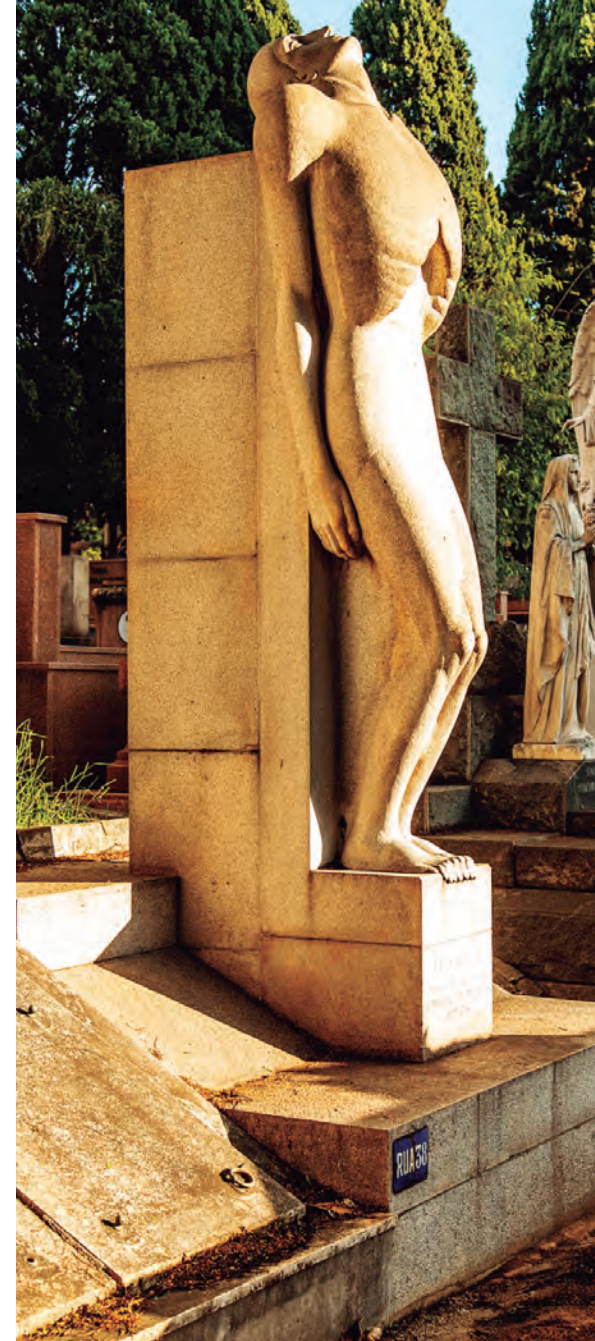
Em São Paulo, o Cemitério Consolação é local de sepultamento de diversas personalidades históricas, como políticos, artistas, industriais e outros tantos, além de abrigar centenas de obras de arte tumular.

A musealização de cemitérios se tornou um tema bastante abordado pela museologia e é fundamental para a preservação dos cemitérios históricos, os quais, além dos túmulos de pessoas importantes para a construção da história de um povo, abrigam arte tumular de escultores consagrados. Além disso, transformar um cemitério em um local a serviço da comunidade resulta na recuperação da sua importância social e possibilita pesquisas nos diversos campos em que pode ser útil, por meio de investigações etnológicas, econômicas, sociais e artísticas.

Pesquisa de público Cemitério Consolação: percepção sobre práticas culturais no Cemitério Consolação

A fim de conhecermos melhor o cotidiano dos visitantes do Cemitério Consolação, realizamos uma pesquisa com o público do cemitério em dois momentos distintos:

- 1 - com os visitantes do cemitério durante duas atividades culturais realizadas pela prefeitura: a apresentação do espetáculo teatral “Para Gelar a Alma” e a exibição de cinema noturno “Cinetério”, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura;
- 2 - com os visitantes do cemitério duran-



Obra de Celso Antônio de Menezes para túmulo da família Luiz Isola
Foto: Marcelo Ferreira

te sete dias corridos, os quais também opinaram sobre o uso cultural do espaço.

Nas atividades culturais teatro (18 entrevistados) e Cinetério (86 entrevistados), os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente e um questionário lhes foi aplicado. Já na pesquisa dos sete dias consecutivos com o público visitante, foram abordadas todas as pessoas que entravam no cemitério desde a abertura do portão até seu fechamento, e os que concordaram com a pesquisa foram entrevistados.

A maioria dos entrevistados durante as atividades culturais estava cursando ou já tinha o ensino superior e boa parte deles estava indo ao Cemitério Consolação pela primeira vez durante o evento cultural em questão.

Quase a totalidade dos entrevistados é favorável ao uso cultural do cemitério. Os discursos utilizados para a justificativa desse uso foram:

Personalidades históricas:

“Legal para todos ficarem conhecendo a história dos famosos de São Paulo”.

“Legal, o espaço tem de ser usado pelo seu potencial histórico”.

Uso educativo de aprendizagem de arte:

“Excelente, primordial para o aprendizado sobre arte”.

“Ótimo, outro jeito de as pessoas conhecerem obras de arte”.

Conservação e segurança:

“Ajuda na conservação e protege contra o vandalismo”.

“Fica mais seguro pela movimentação das pessoas dentro do cemitério”.

Trabalhar o tabu da morte:

“Bacana para acabar com o tabu de que cemitério é sinistro”.

“Muito bom, é um lugar de reflexão: em uma visita com meus filhos falei com eles sobre a morte”.

Divulgação do cemitério:

“Ótimo, assim todos conhecerão o cemitério”.

“Todos deveriam conhecer o Consolação”.

Preocupação com a preservação da finalidade original do cemitério:

“Interessante, mas pessoas podem não entender por terem medo de cemitério”.

“É preciso cuidado, pois mesmo tendo obra de arte não se pode perder a essência do que é um cemitério”.

Além da diversificação no uso desse espaço público, os entrevistados chamaram a atenção para a questão da conservação do cemitério, não apenas por questões como roubo de propriedades privadas e tabus religiosos, mas também para proteger a memória dos que lá estão enterrados.

Assim, observou-se a necessidade de uma maior visibilidade do cemitério, a fim de torná-lo parte da cidade, em vez de uma estrutura murada separada do todo. Observou-se também que os eventos culturais conseguiram dar vida ao espaço e incluí-lo ao todo da cidade a partir de seu uso cultural, ampliando seu uso para a fruição da memória e da história da cidade e das pessoas ali enterradas.

O segundo período de entrevistas ocorreu entre os dias 30 de setembro e 6 de outubro de 2015: 186 pessoas foram entrevistadas, contemplando os diversos visitantes do espaço, com suas diferentes opiniões tanto sobre o uso cultural do cemitério, quanto em relação ao que é necessário para que essa utilização seja exercida com sucesso.

Quase dois terços dos entrevistados estavam lá pela primeira vez e, curiosamente, 21,5% estavam no cemitério para passear, 13,5% disseram que estavam lá para conhecer e apenas 12% estavam lá para visitar entes queridos. Os demais entrevistados estavam visitando o espaço para fotografar, apreciar a arte, descansar a mente, rezar, participar de visitas guiadas etc.

Alguns entrevistados apontaram ressalvas sobre os grandes eventos culturais no Cemitério Consolação, apesar de a maioria ser a favor desse uso, principalmente a favor da inclusão do espaço no todo da cidade. Ou seja, o uso cultural é incentivado, mas deve considerar reformas de acessibilidade na infraestrutura, o respeito ao ambiente e a espiritualidade, sempre visando o incentivo ao conhecimento da história e da história da cidade, o estímulo ao conhecimento da arte representada pela arte tumular e a preservação do cemitério em relação à deterioração das obras e do espaço, ao vandalismo e ao roubo.

Maria Olenewa Klacz



Maria Olenewa Klaczko (1896-1965) nasceu em Moscou, capital da Rússia, no dia 28 de março de 1896.

Olenewa foi dançarina, coreógrafa e professora. Foi a introdutora de balé clássico no Brasil. Começou a estudar balé ainda menina, na Academia de Dança Malinowa em Moscou, até que, em 1916, mudou-se para Paris com sua família, fugidos da revolução bolchevique.

Em Paris, Olenewa deu continuidade aos seus estudos com Lídia Nelidova e Alexander Domadof, participou da temporada de óperas e bailados do Theatre des Champs Elysées e depois ingressou na Companhia de Anna Pavlova onde se tornou primeira bailarina.

Em 1918 veio ao Brasil pela primeira vez, em excursão com a companhia de Pavlova, e depois, em 1921, voltou ao país, dessa vez fazendo parte da companhia formada por Leonide Massine.

Em Buenos Aires Maria Olenewa teve seu talento reconhecido e lá iniciou sua carreira como professora, atuando como diretora da Escola de Dança do Teatro Cólón no período de 1922 a 1924.

Em 1926 mudou-se para o Brasil e um ano depois fundou junto ao crítico teatral Mário Nunes, a Escola de Danças Clássicas do Theatro Municipal do Rio de Janeiro (atual EEDMO). A escola, que foi a primeira profissionalizante de ballet no país, foi oficializada como escola do Theatro Municipal do Rio de Janeiro em 1931, e graças a escola, uma geração pioneira de bailarinos foi formada, tornando possível a criação do Corpo de Baile do Theatro Municipal, em 1936.

Maria Olenewa atuou também como coreógrafa. Por problemas no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, acabou afastando-se do cargo, mudando-se para São Paulo em 1943, onde assumiu a Escola de Bailados do Theatro Municipal da cidade.

Em 1947, abre a sua própria escola, o Curso de Danças Clássicas Maria Olenewa, que deu origem ao São Paulo Ballet.

Olenewa dedicou 38 anos de sua vida a carreira, desenvolvendo atividades pedagógi-

cas no país, remontando grandes obras do repertório clássico internacional e coreografando diversas obras tendo como base composições nacionais.

Recebeu diversos prêmios e homenagens pelo magnífico trabalho que realizou e pela dedicação à dança.

Permaneceu a frente do Curso de Bailados Maria Olenewa, em São Paulo, até 1965, quando desesperada por um diagnóstico médico errado, que dizia que ela tinha câncer, decide acabar com sua própria vida. Faleceu no dia 15 de maio de 1965.

Uma das maiores homenagens que recebera fora ter seu nome na Escola de Danças Clássicas do Municipal do Rio de Janeiro, que em 1982 passou a se chamar Escola Estadual de Dança Maria Olenewa.

Túmulo em granito; ornamento com motivos florais em bronze

Quadra 83 Terreno 10B, 11



Assim, a pesquisa dos sete dias apontou que o Cemitério Consolação não é um espaço apenas com potencialidades para seu uso cultural, mas que ele já é um espaço de cultura, sendo utilizado como tal todos os dias, mesmo que em pequena escala. A quase totalidade dos entrevistados é favorável ao uso cultural do cemitério. Eis alguns dos depoimentos:

O incentivo ao conhecimento de história e da história da cidade:

“O cemitério tem significado histórico, é uma forma de compreender a sociedade”.
“Ajuda a entender a história de São Paulo”.

O estímulo ao conhecimento da arte:

“Traz conhecimento sobre arte”.
“Divulga a arte que tem aqui”.

A reflexão sobre o tabu da morte:

“Muda o sentido da morte ao valorizar a arte e a história da vida das pessoas”.
“Quebra de tabu com relação à morte por meio do uso do espaço para levar cultura”.
“Pode mudar a imagem mórbida e de sinistro que os cemitérios têm”.

O uso do espaço público:

“Cultura e arte em um espaço que é público”.
“Uso de um espaço público que incentiva a cultura”.

A preservação do cemitério:

“Vai ser uma forma de evitar o vandalismo, acho que vai haver mais segurança”.
“Vai cuidar do lugar, proteger com mais cuidado e agregar valor a ele”.
“Sou totalmente a favor, o cemitério não deve morrer também”.

Além disso, os frequentadores lembraram ser importante que a infraestrutura do cemitério seja melhorada, com mais banheiros, bancos e segurança. Alguns depoimentos mostram também outros pontos a serem considerados, como o respeito ao ambiente, aos mortos e à espiritualidade:

“É necessário que se tenha respeito ao ambiente pelos laços sentimentais”.
“Tem de respeitar os familiares e seus mortos”.
“Depende do uso [cultural], não faz sentido ter cinema, festas e shows. É preciso ter respeito”.
“Cemitério não é parque, para isso temos o Ibirapuera”.
“Esse deveria ser um projeto educativo: ensinar as pessoas a reverenciar e cultivar nossos antepassados”.

Sendo assim, a pesquisa mostrou que a maioria dos visitantes é a favor do uso cultural do cemitério, mas sempre com cuidado, a fim de não prejudicar as outras funções do espaço. Por fim os entrevistados confirmaram a necessidade de uma maior visibilidade do cemitério, para que a arte e

a história nele contidas não fiquem excluídas da cidade de São Paulo, além das questões de segurança que tal visibilidade pode promover.

Conhecendo o acervo do Cemitério Consolação e sua catalogação

O bem mais precioso de um museu é seu acervo. Logo, visando que o Cemitério Consolação se torne um espaço museológico, começamos o estudo pelas sepulturas tombadas pelo poder público. O trabalho de catalogação de acervos museológicos é de extrema importância para que a instituição conheça melhor seu acervo e o mantenha devidamente documentado e disponível para a consulta dos pesquisadores interessados. No entanto, trata-se de uma atividade que necessita ser constantemente trabalhada, a fim de que nenhum dado fique desatualizado.

Para o desenvolvimento da planilha de catalogação dos túmulos do Cemitério Consolação foram utilizados as informações encontradas na publicação, de 2014, referente ao tombamento de jazigos com valor artístico (arte tumular) pelo Condephaat e o levantamento de personalidades feito pela comissão selecionada com base no Decreto nº 22.593/86, na gestão do então prefeito de São Paulo Jânio Quadros.

Além dos jazigos apresentados por essas duas fontes, os ditos “Santos Populares” e “Pessoas Ilustres” encontrados no Cemitério Consolação também foram catalogados. Entende-se por “Pessoas Ilustres” os que tiveram relevância, tanto artística como histórica, mas que não foram contemplados pelo tombamento do Condephaat nem pelo de-

creto de 1986, e as pessoas com histórias curiosas, normalmente referentes à cidade de São Paulo.

Dos aproximadamente 6.200 túmulos presentes no cemitério, 308 foram considerados museologicamente importantes, e para cada um deles houve um trabalho detalhado de elaboração de verbetes, registro fotográfico e geolocalização na planta do cemitério.

VERBETES

No caso das personalidades históricas, das pessoas ilustres e dos artistas, foi realizada pesquisa bibliográfica em bancos de dados e sites históricos disponíveis na internet. Optou-se por não se fazer uma pesquisa acadêmica, a fim de que os textos fossem curtos e objetivos, para todos os tipos de público.

Esses verbetes estarão disponíveis para o usuário do aplicativo. Trata-se de textos com até 300 palavras, elaborados com base em consultas a diversos livros e sites de reconhecida relevância e qualidade.

Com base nesse texto, foram escolhidas palavras-chave (*tags*) que servirão para facilitar as buscas feitas pelos usuários do site e do aplicativo. Será possível, dessa forma, filtrar, por exemplo, poetas, músicos, jazzistas com capelas ou mausoléus, obras em bronze etc.

Adotou-se como critério para a definição das *tags* a utilização de termos que caracterizem a personalidade e/ou a obra tumular. Para as *tags* atribuídas às personalidades foram considerados as atividades, as ideologias, os fatos históricos e as instituições que tenham feito parte, de forma relevante, de sua história de vida. Com relação à obra tumular, as palavras-chave selecionadas caracterizam o tipo de obra e o material empregado nos túmulos.

De todos os túmulos catalogados foram tiradas as seguintes fotos:

- Frontal;
- Diagonal;
- Nome da família (quando havia);
- Nome dos sepultados (quando havia);
- Detalhe do nome da personalidade (no caso de túmulo classificado como Personalidade Histórica ou Pessoa Ilustre);
- Detalhes dos elementos artísticos (no caso de túmulo classificado como Arte Tumular).
- Geolocalização dos túmulos

Foi desenvolvido um programa específico para que os pudessem geolocalizar de cada túmulo selecionado por meio do GPS do aparelho celular.

Curadoria: construindo roteiros

Os roteiros previstos foram desenhados de acordo com o que visitantes espontâneos e acadêmicos entendem como mais importante. O roteiro “20 imperdíveis”, por exemplo, foi pensado basicamente para os visitantes com pouco conhecimento do local e do acervo lá existente, como os turistas. Os roteiros são estes:

- 20 imperdíveis;
- Arte tumular - escultores importantes;
- Arte tumular - autor desconhecido;
- Períodos arquitetônicos;
- Modernistas;
- Políticos - Império;
- Políticos - República;
- Industriais, cafeicultores e profissionais liberais;

Obra de Antelo Del Debbio para túmulo da família Americo Sammarone. Foto: Marcelo Ferreira



- Artistas, intelectuais, personalidades públicas;
- Histórias urbanas;
- Todos os importantes.

Os roteiros foram representados na planta do cemitério, a fim de permitir a indicação exata de cada um dos túmulos catalogados, com identificação de longitude e latitude. Isso possibilita visitas autoguiadas, por meio da utilização do mapa impresso, do aplicativo no celular ou ainda da visita virtual do site.

Uso de tecnologias: uma nova maneira de experimentação do espaço museológico

As tecnologias aumentam a exposição de um museu, podendo atrair novos visitantes e trazer de volta os antigos. Além disso, elas possibilitam o desenvolvimento de novas alternativas de comunicação e de experiências não presenciais. Dessa forma, a criação da internet, de sites e de aplicativos para *smartphones* ampliou o alcance das interações entre as organizações e seu público, facilitando o acesso e gerando novas modalidades de serviços.

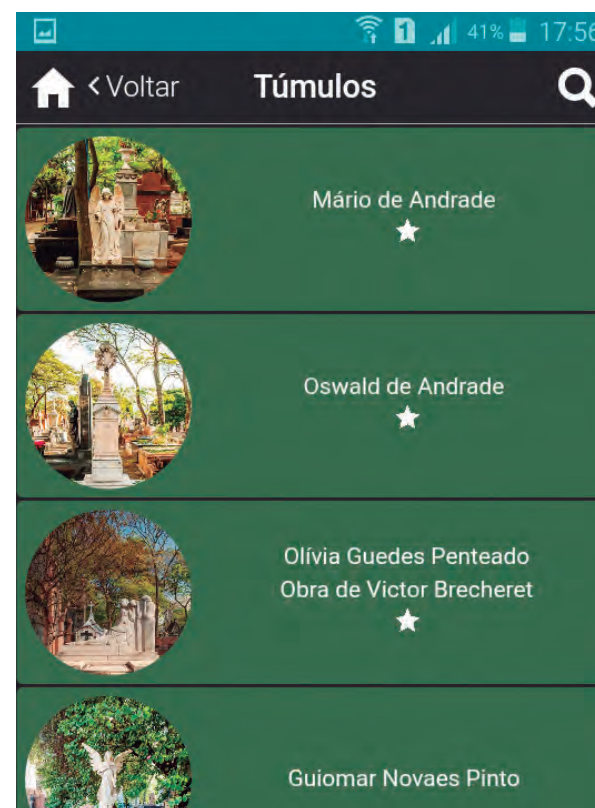
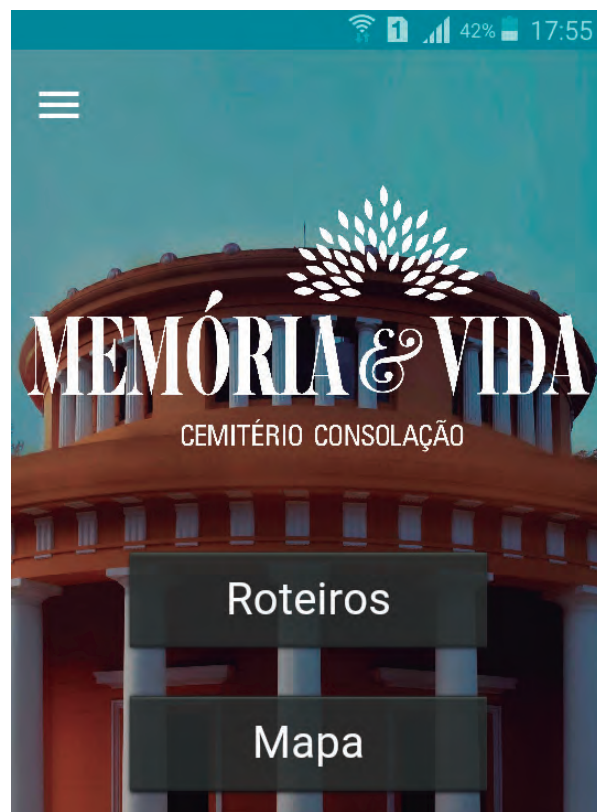
O real valor das instituições culturais para a sociedade é indireto e não financeiro, na medida em que provê lazer intelectual e aumenta o interesse sobre a importância do conhecimento histórico e cultural. A tecnologia da informação e da comunicação como um instrumento efetivo pode direcionar o interesse público para os objetos originais ao fornecer informações contextuais, narrativas e visualizações só possíveis no mundo digital. No en-

tanto, a tecnologia por si só não é suficiente para satisfazer as expectativas dos usuários, é necessária a aplicação de um conhecimento e um *design* que possibilitem novos recursos educativos, cumprindo assim uma função social.

O site do cemitério é um meio de comunicação e de fornecimento de serviços de seus programas reais e virtuais. A função do site pode ser a de comunicar ao público informações sobre o serviço que é oferecido no espaço físico, como divulgar sua programação ou as fichas técnicas sobre os objetos. Assim, quando o usuário contempla uma obra de arte no site, este deixa de ser apenas meio de informação sobre o serviço e passa a ser o próprio meio de prestação do serviço. Fisicamente, os mu-

seus prestam serviços à sociedade atual, com a exposição de sua coleção, e à sociedade futura, com o trabalho de conservação dessa coleção. No site são prestados outros tipos de serviço, como apoio a quem vai visitar (presencialmente) o museu, acessos virtuais, conteúdo para consulta e apoio a programas institucionais.

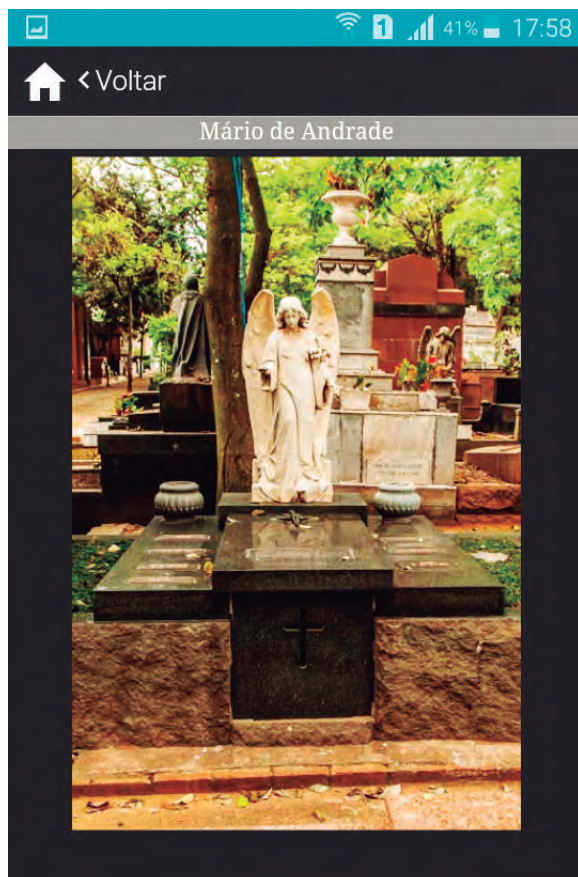
O *design* do site foi projetado para acomodar todas as funcionalidades e os conteúdos previstos, mas sempre com foco no usuário. Os principais pontos a serem considerados são o *layout* das páginas, a usabilidade e a utilidade, que devem ser coerentes com as necessidades e a amplitude do público-alvo. Eventualmente há a necessidade de codificação de programas, principalmente no caso de acesso a bancos de



dados ou de funções interativas, e esses programas precisam estar totalmente integrados ao desenho das páginas. As páginas e os programas precisarão ser alterados conforme mudem as necessidades da instituição ou dos usuários, ou ainda quando houver atualizações grandes nos *softwares* dos servidores.

O site foi projetado de forma a atender tanto o público geral, que procura informações sobre seus entes queridos sepultados, quanto o público de cemitério/museu, que busca informações sobre personalidades ilustres ou arte tumular, além daqueles que procuram por eventos culturais.

Em uma era na qual a informação é entregue a indivíduos com base em suas necessidades e seus comportamentos, a personalização está se tornando uma característica importante das experiências educacionais. As possibilidades de personalização têm se expandido com a evolução dos museus, os quais agora englobam sua presença digital. Passeios padronizados se tornaram menos interessantes, uma vez que as pessoas querem experiências adequadas a seus próprios interesses. Sendo assim, o museu deve elaborar estratégias para acessar os visitantes na zona de conforto deles, não só para satisfazer às necessidades de informação, mas também incentivar a exploração e a interpretação. Isso inclui reconhecer os dispositivos que os visitantes trazem com eles na visita (a estratégia BYOD – *bring your own device*). Aplicativos produzidos para museus podem, ainda, aumentar a experiência do visitante ao fornecer materiais mais abrangentes e informações contextuais. Além disso, instrumentos com capacidade de geolocalização integrada ao



aplicativo possibilitam rastreamento e melhoram a experiência do usuário.

Como o cemitério é grande, com muitos túmulos e caminhos difíceis de encontrar, optamos por priorizar a geolocalização tanto do túmulo quanto do usuário.

As buscas por palavras-chave privilegiam interesses pessoais (“músicos”, “poetas”, “capelas”

etc.) e se prestam a exploradores, facilitadores, profissionais e pesquisadores. A busca pelo nome da personalidade sepultada ou do autor da obra de arte tumular também é de grande valia a esse mesmo público.

Algumas reflexões

Este projeto preocupou-se em analisar o Cemitério Consolação como um espaço museológico, isso porque cada vez mais novos sentidos são dados aos espaços públicos e, neste caso, valorizar o conjunto de arte tumular, da história e da memória das pessoas sepultadas.

O que pudemos observar foi que as iniciativas de musealização dos espaços cemiteriais no Brasil ainda são bastante incipientes, porém em crescimento e seguindo a tendência mundial de tratar os cemitérios como espaços de memória e de práticas culturais.

Mesmo causando estranhamentos, notamos que a sociedade em geral apoia iniciativas que promovem o Cemitério Consolação a um espaço museológico, desde que as práticas culturais respeitem a função primordial do cemitério, que é a guarda dos sepultados em um espaço de homenagem e luto.

Como projeto de extensão universitária, observamos com bastante satisfação a aproximação que o espaço acadêmico proporcionou ao tema tratado neste projeto, com a realização de seminários, artigos publicados, a participação em congressos e o desenvolvimento de iniciações científicas, trabalhos de conclusão, dissertações e teses de doutorados.

A PSICOLOGIA COMO PARCEIRA DO PROGRAMA MEMÓRIA & VIDA

Esse texto foi desenvolvido pelas pesquisadoras do LELu sob a coordenação da da professora Maria Helena Franco

O Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu) faz parte do projeto de pesquisa e extensão firmado entre a PUC-SP e a Superintendência do Serviço Funerário do Município de São Paulo (SF MSP).

Nosso objetivo é contribuir para o desenvolvimento de estudos e ações acerca do relacionamento no serviço funerário que garantam avaliação, melhoria e preservação das condições de saúde mental dos profissionais envolvidos. Para os municípios, o objetivo inclui desenvolver e realizar ações, direta e indiretamente, junto a pessoas enlutadas, a fim de facilitar a elaboração saudável do luto e humanizar a vivência da perda.

A equipe é coordenada pela Professora Dra. Maria Helena Pereira Franco e composta por duas psicólogas pesquisadoras doutorandas, Cecília Côrtes Carvalho e Isabela Garcia Rosa Hispagnol; duas pesquisadoras mestradas, Érika Perina Motoyama e Tatiane Sayuri Maeda; e três estagiárias graduandas de psicologia, Giorgia Catarina Quattrone Troiano Valentim Cruz, Giovanna Vaz De Donno e Thaís Fonseca Ares.

Os próximos dois textos relatam as experiências da equipe do LELu no Programa Memória & Vida. São apresentadas as atividades realizadas no período de agosto de 2015 a junho de 2016, para e com os servidores do SF MSP e os municípios.

Moacyr de Toledo Piza

Moacyr de Toledo Piza (1891-1923) foi advogado e escritor. Era membro de uma família tradicional paulistana, cujos ancestrais chegaram ao Brasil ainda nos tempos da Colônia.

Cursoou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e recebeu o grau de bacharel em 1915. A princípio, foi delegado de polícia em cidades do interior paulista, mas acabou fixando residência em São Paulo, onde instalou sua banca de advocacia.

Nos anos 20, ele participou de uma tragédia que na época teve uma grande repercussão. Ele assassinou a italiana Romilda Machiaverni (1897-1923), conhecida como Nêê Romano, com quem tinha um envolvimento amoroso, e em seguida se suicidou.

"Interrogação", em granito

Obra de Francisco Leopoldo e Silva

Francisco Leopoldo e Silva (1879-1948) nasceu em Taubaté, São Paulo. Escultor, inicia seus estudos de escultura e modelagem no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sob orientação de Amadeu Zani; e frequenta a Academia de França junto com Victor Brecheret (1894-1955). Em 1911, viaja para Roma (Itália) como pensionista do Governo Estadual de São Paulo, regressando ao Brasil em 1914. Retorna a Roma no ano seguinte, quando estuda com o escultor Arturo Dazzi no Instituto de Belas-Artes. Faleceu em 1948 em São Paulo.

Quadra 83 Terreno 12, 13



Foto: Marcelo Ferreira

Servidores do Serviço Funerário Municipal: uma identidade em mutação

INTRODUÇÃO E CONTEXTO

O Serviço Funerário do Município conta com 1.098 servidores, os quais, em diferentes funções, lidam diariamente com a morte na capital do Estado de São Paulo, palco de diferentes culturas, religiões e etnias, que concentra cerca de 6% da população brasileira, estimada em 202,77 milhões de habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2014, no município de São Paulo, ocorreram 82.560 óbitos, 74.176 destes de residentes do próprio município.

A cidade possui 22 cemitérios municipais, dentre eles os cemitérios Araçá, Consolação e São Paulo, que se destacam pelas características histórica e cultural. Neles estão sepultadas personalidades da vida política, econômica e cultural da cidade e do país. Esses cemitérios guardam também, em muitos de seus jazigos, obras de artistas famosos e uma significativa arte tumular que permanece desconhecida por grande parte da população.

Inseridos nesses espaços, há diversos trabalhadores que são participantes e recipientes do trabalho do LELu. Torna-se fundamental, na humanização do serviço funerário, conhecer quem são as pessoas que dedicam sua vida a realizar os rituais de despedida e aos assuntos burocráticos que envolvem o fim da vida.

Nosso primeiro passo, antes mesmo de iniciar qualquer intervenção, foi realizar a visita guiada no Cemitério Consolação, a fim de que pudessemos nos aproximar desse espaço, que, posteriormente, se tor-

naria nosso local de trabalho. Fomos com um olhar de pesquisadoras, o que nos permitiu a apropriação técnica do espaço, entrar em contato e conhecer suas esculturas tumulares e nos desprendermos da tríade simplista cemitério-enterro-tristeza.

A aproximação de nossa equipe com os servidores, a fim de conhecer a realidade de trabalho deles, se deu inicialmente por meio de visitas aos cemitérios Consolação, Araçá e São Paulo. Foi possível ouvir sugestões, aproximarmo-nos das vivências dos servidores nos locais de trabalho, conhecer suas trajetórias no serviço funerário e identificar, com eles, quais seriam as diretrizes para as intervenções da equipe. Foi possível também fazer uma aproximação a fim de conhecer suas condições de saúde em termos gerais e, especificamente, de sua saúde mental.

Sobre os servidores e seu ofício

O sepultador é um funcionário público que ingressa na função por meio de concurso público. Realiza sepultamentos e exumações, além de contribuir para a manutenção dos cemitérios, de modo geral.

O motorista, também funcionário público, é o profissional responsável por atuar na remoção e na preparação dos corpos para velórios, enterros e afins. É o primeiro profissional a entrar em contato com o corpo do falecido.

Cada cemitério possui um administrador. Esse cargo é comissionado, ou seja, indicado por funcionários da prefeitura, em vez de ingressar na função por meio de concurso público.



Obra de Elio de Giusto para a família Sampaio Vianna . Foto: Marcelo Ferreira

Foi possível entrar em contato com servidores que possuem mais de trinta anos de profissão e também com os que foram contratados no último concurso, que ocorreu há três anos. Todos tiveram uma contribuição importante no projeto, até mesmo os que foram resistentes ao contato da equipe.

Alguns servidores seguiram a carreira de seus pais e avôs, os quais também trabalharam no serviço funerário. Esse dado diz muito sobre esses profissionais, que, uma vez inseridos na autarquia, visualizaram a oportunidade de dar continuidade a uma profissão já conhecida e inserida na família, o que possui um valor simbólico significativo. Outros buscaram a estabilidade profissional por meio do concurso público.

Junto aos servidores com mais anos de serviço, foi possível identificar como, ao longo dos anos, o espaço cemiterial foi sendo modificado e como a profissão também se modificou. No geral, esses servidores, muito experientes e seguros das práticas que executam diariamente, reconhecem a importância das tarefas que realizam e expressam o desejo de mais reconhecimento. Em suas falas, percebe-se afeto em relação à profissão e preocupação diante do cenário atual dos cemitérios.

A abordagem foi feita de maneira acolhedora, a fim de que os servidores compreendessem a importância do trabalho deles para o projeto e a fim de que ficassem à vontade para se expressarem durante as conversas. A aproximação foi gradual, sendo necessárias persistência e dedicação. A equipe conversava com os servidores durante o trabalho deles e lhes apresentava o projeto, que poucos de fato conheciam.

Este é um projeto inovador, e pudemos perceber desconfiança e receio por parte dos servidores em colaborar e se aproximar da equipe. Parte disso advém da falta de informações sobre o Programa Memória & Vida, pois, sem conhecê-lo previamente, eles não se sentiram confortáveis para falar sobre o próprio trabalho.

Percebemos que o espaço do cemitério é foco de muitos pesquisadores, os quais, no entanto, não eram percebidos como fonte de benefícios diretos aos servidores na sua prática de trabalho, o que os levava a associar o LELu a mais uma equipe que pesquisaria o cemitério, mas não levaria benefício a eles.

O trabalho da psicologia requer formação de vínculos. Assim, os servidores precisavam se sentir seguros e à vontade com a equipe para contarem sobre sua vida e seu trabalho. Expor emoções, sentimentos, angústias, medos e até mesmo histórias alegres e engraçadas só é possível quando confiamos na outra pessoa. Aos poucos, conseguimos essa aproximação e essa confiança.

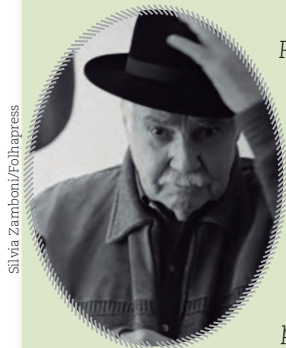
Nas entrevistas, foram feitas perguntas relacionadas ao trabalho: a escolha da profissão, o tempo de profissão, como lidam com a morte e com famílias enlutadas, as habilidades e dificuldades encontradas no dia a dia, entre outras.

Os relatos dos servidores apresentavam queixas referentes às condições de trabalho e ao relacionamento com colegas e munícipes. Identificamos também que aspectos do cotidiano da cidade influenciam na atuação desses servidores, como a violência, o trânsito e a falta de políticas públicas eficazes voltadas à saúde.



Obra de Luigi Brizzolara. Foto: Marcelo Ferreira

Paulo Vanzolini



Silvia Zamboni/Folhapress

Paulo Emílio Vanzolini (1924-2013), filho do engenheiro Alberto Vanzolini, nasceu na cidade de Cambuci em São Paulo em 25 de abril de 1924. Mudou-se aos 4 anos de idade para o Rio de Janeiro. Fascinado pelos programas de música que

ouvia na rádio, voltou para seu estado de nascimento aos 6 anos, onde seu pai era professor da escola Politécnica. Aos 10 anos de idade, a paixão pelo samba surgiu, junto com o costume de ir para bailes apenas para escutar as bandas.

Quando jovem começou a participar de rodas de malandros, somando seu amor pelo samba à boemia. Coursou a Faculdade de Medicina, diplomando-se em 1947, e começou a trabalhar na rádio dando dicas para emagrecer em um programa diário. Em 1951 compôs o samba "Ronda", gravado em 1953, e também "'Volta por Cima'" e "'Na Boca da Noite'". Continuou produzindo músicas, sendo que muitas delas foram parcerias com outros músicos, e em alguns casos, gravadas por outros músicos, como o disco gravado por Luís Carlos Paraná e Marcus Pereira, com uma coletânea das canções de Paulo.

Vanzolini estudou em Harvard entre os anos 1949-1951 e foi um dos idealizadores da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo assim como ativo colaborador do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

Após uma carreira vasta, tanto na academia – por ter exercido a função de professor por diversas vezes – quanto na música, Paulo faleceu poucos dias depois de completar 89

anos em São Paulo, exatamente em 28 de Abril de 2013.

Quadra 27 Terreno 4

Ronda

De noite eu rondo a cidade
A lhe procurar, sem encontrar
No meio de olhares espio
Em todos os bares
Você não está...

Volto prá casa abatida
Desencantada da vida
O sonho, alegria me dá
Nele você está...

Ah! Se eu tivesse
Quem bem me quisesse
Esse alguém me diria
Desiste, essa busca é inútil
Eu não desistia ...

Porém com perfeita paciência
Volto a te buscar
Hei de encontrar
Bebendo com outras mulheres
Rolando dadinhos
Jogando bilhar...

E nesse dia então
Vai dar na primeira edição
Cena de sangue num bar
Da avenida São João...

Ah! Se eu tivesse
Quem bem me quisesse
Esse alguém me diria
Desiste, essa busca é inútil
Eu não desistia ...

Porém com perfeita paciência
Volto a te buscar
Hei de encontrar
Bebendo com outras mulheres
Rolando dadinhos
Jogando bilhar...

E nesse dia então
Vai dar na primeira edição
Cena de sangue num bar
Da avenida São João...

A discriminação é algo marcante na fala dos sepultadores, que afirmam não sair nas ruas vestindo o uniforme, pois sofrem preconceito e são alvo de comentários que diminuem e desvalorizam seu trabalho. Acreditamos que o preconceito vem da falta de informação da população e o estigma da profissão, devido ao contato com pessoas mortas.

Sabe-se que a contaminação por meio dos corpos enterrados e do solo do cemitério é nula, mas ainda há mitos sobre isso que necessitam ser esclarecidos a fim de que os profissionais se sintam seguros em sua atuação profissional. Nas falas dos servidores constata-se a preocupação em relação à possível contaminação, apesar de eles trabalharem com equipamentos de proteção individual, como luvas, botas e uniforme.

Os sepultadores também sentem falta de reconhecimento e respeito, apesar de terem auto-reconhecimento sobre a extrema importância das tarefas que executam. Para alguns, a realização do projeto pode ajudar a mudar essa imagem negativa que as pessoas têm dos sepultadores e dos cemitérios.

Muitos informaram que o fato de trabalharem com a morte no dia a dia os ajuda a aproveitar mais os momentos e a reconhecer o que vale a pena na vida, como ficar mais tempo com a família e os amigos, fazer passeios e se importarem menos com bens materiais. Esses aspectos podem ser avaliados como positivos, pois influenciam os servidores a refletirem sobre sua qualidade de vida.

O trabalho de sepultador expõe os servidores a situações desgastantes. Trata-se de um trabalho que requer grande esforço físico, pois eles carregam e manuseiam materiais pesados necessários para abrir, fechar e consertar túmulos, lápides e mausoléus, como

pás, tijolos e cimento. Ao longo dos anos, esse tipo de esforço pode levar a um quadro de esgotamento físico.

Os profissionais informaram também que precisam lidar diariamente com as reações dos familiares enlutados durante a contratação da homenagem e a realização do ritual, momentos nos quais muitos são agredidos física e verbalmente.

O enterro, a cremação e o velório são rituais nos quais a despedida se concretiza, o que mobiliza sentimentos das famílias como raiva, tristeza, angústia e outros, que podem ser projetados nos servidores. Agressões verbais e físicas geram um ambiente de trabalho inconstante e ameaçador, o que prejudica a qualidade de vida desses trabalhadores.

Nas visitas que realizamos aos cemitérios, a morte foi abordada também com o intuito de investigar a relação entre servidores e essa temática com que trabalham todos os dias. Ao longo dos relatos, foram trazidos pontos importantes sobre a relação entre servidores e familiares e os sentimentos despertados por algumas mortes específicas. Percebemos que os servidores se sentem pouco cuidados no ambiente de trabalho e que reconhecem a necessidade de apoio psicológico devido ao contato diário com as famílias abaladas pela perda recente.

Sobre as oficinas como meio e fim

Da análise desses relatos, entendemos como necessária a criação de oficinas a fim de trabalhar com os servidores a importância de eles conhecerem e usarem seus recursos internos e externos, desenvolverem a auto percepção e apurarem empatia em relação às famílias enlutadas como recursos de enfrentamento para suas dificuldades diárias.

A equipe desenvolveu oficinas que pudessem atender às necessidades dos servidores e servissem tanto para melhorar a comunicação da administração do SFMSP com eles, como também para aproximá-los de suas questões de maneira mais vivenciada, em encontros grupais.

As oficinas “*Cuidando das relações no trabalho com a morte*” tiveram como objetivo favorecer a reflexão para a identificação e o desenvolvimento de recursos de enfrentamento, considerando situações que os servidores vivem em seu dia a dia; aproximá-los dos sentimentos e reações das pessoas enlutadas; e capacitar os funcionários do RH do SFMSP para que se tornassem multiplicadores das ações empreendidas e da metodologia adotada na oficina, a fim de poder levá-la aos servidores dos demais cemitérios.

Foi possível aos servidores compartilhar suas histórias, conhecendo-se e se aproximando de colegas de outras funções e de outros locais de trabalho. Além disso, as oficinas possibilitaram vivências a fim de auxiliar a minimização do sofrimento e a promoção do autocuidado.

Nem todos os servidores mantêm contato diário ou frequente com colegas que exercem outras funções em outros locais. Ao elaborar as oficinas, consideramos importante que todos conhecessem as necessidades e especificidades dos colegas, promovendo integração, empatia e reflexão acerca da interdependência das diversas áreas para a construção de uma rede de apoio.

São diversos os locais de trabalho e as funções do serviço funerário. As oficinas abrangeram motoristas, sepultadores, agentes, administradores e veloristas, além de servidores do RH. Pensamos

com os servidores sobre suas possibilidades de ação em situações difíceis entre eles ou com as famílias e em como lidar com os diversos sentimentos que surgem ao longo do dia. Identificamos em conjunto suas maiores dificuldades e habilidades para lidar com diferentes situações.

As oficinas têm caráter psicoeducativo e são fundamentadas na técnica *role-playing* do psicodrama. O psicodrama é um método que trabalha tanto as relações interpessoais como as ideologias particulares e coletivas que as sustentam. Pode ser aplicado em diversos contextos, como nos campos da saúde, da educação, das organizações e dos projetos sociais.

Com esse método, foi possível realizar representações das situações que os servidores vivenciam em seu dia a dia, possibilitando ressignificações das vivências, por meio da reflexão e do desenvolvimento de recursos pessoais. A partir do momento em que eles conhecem e reconhecem as dificuldades do trabalho do colega ouvindo relatos, podem construir uma rede de apoio mais empática e verdadeira. A integração e a inter-relação dos profissionais é de extrema necessidade, pois são tarefas interdependentes. Assim, o modo como os familiares são recebidos na agência influencia no modo como irão se relacionar com o motorista e o sepultador, e assim por diante.

Entre servidores do mesmo cargo, percebemos que há apoio mútuo e afeto, configurando uma boa rede de apoio. Muitos afirmam que formaram uma família, relacionando-se também fora do espaço de trabalho. Servidores também perdem amigos e familiares e, nesse momento, é importante que se sintam confortáveis para se expressarem, reconhecerem seus limites e contarem com a ajuda dos colegas.



Túmulo da Marquesa de Santos. Foto: Marcelo Ferreira

Nas oficinas foi possível aos servidores vivenciar o papel do munícipe por meio do psicodrama, levando-os a refletir sobre a situação em que os familiares estão inseridos e levantar hipóteses sobre o porquê das ações de descontrole e agressividade às quais são submetidos diariamente.

Muitos servidores já vivenciaram a experiência de contratar o funeral de um ente querido, o que facilita a compreensão daqueles que estão passando por esse momento delicado, pois reconhecem a vulnerabilidade do momento. No entanto, o con-

tato diário com esse público é a principal fonte de estresse dos servidores, que nem sempre possuem recursos para lidar com as situações extremas.

Apesar disso, os participantes das oficinas relataram a felicidade que sentem ao serem reconhecidos pelos munícipes. Assim, nem todos os momentos são permeados por tensões e conflitos.

Uma característica marcante em muitos dos servidores que participaram das oficinas é o bom humor, que suaviza e oferece a possibilidade de enfrentar as situações do dia a dia com mais leveza e

prazer, apesar de eles reconhecerem que em muitos momentos essa alegria não cabe, assim como as falas comuns de “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”.

As oficinas ocorreram em local que possibilitou a confidencialidade dos assuntos abordados, garantindo o anonimato dos servidores em suas falas. No total, ocorreram quatro oficinas, com sete grupos acolhidos, nas quais foi possível a desconstrução da desconfiança inicial, na medida em que os servidores se sentiram cuidados, conheceram melhor a proposta do projeto e estabeleceram uma relação



Obra de José Cucé para família Toledo Piza.
Foto: Marcelo Ferreira

de confiança com a equipe, percebendo que o projeto os envolvia de modo importante e significativo.

Atendendo o convite da organizadora do São Paulo Carinhosa, a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Franco participou de um encontro fora do cemitério, mas voltado a servidores do SFMSP, no Cine Belas Artes, com a discussão do filme *A partida*. Essa iniciativa possibilitou uma conversa franca sobre um tema tabu, e a participação dos servidores presentes, que puderam convidar suas famílias, deu a tônica ao encontro.

Considerações finais sobre o trabalho com os servidores

Para a equipe do LELu, o cuidado com o servidor é fundamental. Sua saúde – mesmo que dividida em mental e física –, quando preservada, minimiza o risco de consequências negativas do trabalho, nas relações significativas com sua rede de apoio, sobretudo com a família.

Tendo lido e analisado registros de afastamento, absenteísmo e constituição familiar disponibilizados pelo RH e desenvolvido esse contato estreito com o ser humano para além do dado estatístico, foi possível ao LELu desenhar essa proposta de intervenção que gerou mudanças de imediato e, esperamos, duradouras, mesmo sabendo que o resultado passa também – talvez sobretudo – por condições institucionais que vão além do escopo do LELu.

A iniciativa de capacitar servidores do RH a fim de que eles sejam multiplicadores da proposta das oficinas valeu-se exatamente desse cuidado: não permitir que essa construção, cuidadosamente pensada e realizada, termine com o fim do projeto.

Álvaro e Armando Cezar dos Reis

Caso Castelo da Rua Apa: Álvaro e Armando, dois irmãos. Em 12 de maio de 1937 o imóvel construído em 1912 foi palco de um crime que abalou a cidade na década de 30. A casa, que era uma réplica de um castelo medieval francês, pertencia a família Cezar Reis, dona de um famoso cinema localizado na Avenida São João, chamado Broadway, que já não existe mais. Além de serem donos de terrenos e casas no bairro nobre do Pacaembu. Na casa, conhecida como Castelinho, residia a viúva Maria Cândida Guimarães dos Reis, de 73 anos.

No dia do crime, os irmãos e filhos de Maria Cândida, Álvaro Cezar dos Reis, de 45 anos e Armando Cezar dos Reis, de 42 anos foram encontrados mortos no Castelinho junto à mãe também baleada. O noticiário do jornal “Estado” publicado no dia seguinte ao crime, dizia que o delegado do caso, Durval de Villalva, ficara sabendo que o filho mais velho, Álvaro, queria construir o Palácio de Gelo, um ringue de patinação no local do cinema, mas o irmão e a mãe eram contra, o que levou Álvaro a matar seu irmão e sua mãe e depois de suicidar. As circunstâncias do crime acabaram não sendo esclarecidas e logo após do crime, o imóvel foi fechado.

A namorada de Álvaro, por 51 anos, depositou flores no túmulo de seu amado todo dia 12, sendo que após sua morte um de seus parentes paga à floricultura para manter este costume.



Uma nova lei federal promulgada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, iria impedir que parentes de segundo e terceiro grau herdassem o Castelinho, assim muitos imóveis, incluindo o da família Cezar Reis foram repassados ao governo federal.

O imóvel da Rua Apa passou às mãos do INSS.

Em 1996 a ONG Clube das Mulheres obteve a concessão de uso concedida, porém sem recursos para fazer a reforma necessária no local.

Em 2004 o castelinho foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (Conpresp), não podendo mais mudar sua fachada.

Rua 4 Terreno 32

"Vivo e morro em São Paulo": relação do SFMSP com os munícipes

Sabemos que estar em um serviço funerário não é algo planejado. Nesse momento, o apoio de amigos e familiares é essencial. O serviço funerário desempenha papel importante no apoio aos munícipes que o buscam para a contratação do funeral, pois as experiências ali vividas podem influenciar a elaboração da perda.

A população-alvo do serviço funerário são pessoas enlutadas, com as quais os servidores lidam diariamente. O luto é um processo de adaptação natural e esperado após o falecimento de alguém querido. É um período de transição com mudanças na rotina, nos papéis na família e nas expectativas, vivido de forma diferente e única por cada um de nós. Podem surgir diversos sentimentos e comportamentos que afetam diferentes áreas da vida, como a emocional, a física, a social, a espiritual e a intelectual.

Ao lidar com a população, frequentemente os servidores lidam com pessoas que apresentam as mais diversas e intensas manifestações. Choram, gritam, estão confusas, com raiva, agitadas, ansiosas ou desconfiadas. Podem ser hostis. Podem ter dificuldade de compreensão do que lhes é exposto ou solicitado.

A humanização do serviço funerário objetiva também a sensibilização e o treinamento dos servidores para que, em seu trabalho, compreendam que se despedir de alguém amado não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata do último adeus. Por esse motivo, o trabalho desenvolvido pelo LELu com os servidores focalizou intensamente a clareza de que as agressões e as críticas podem não ser ataques pessoais, mas sim decorrentes da vulnerabilidade das pessoas e do papel que os servidores representam no momento da concretização da morte.

A fim de conseguirmos alcançar a população como um todo, esse foco teve dois objetivos. Elaboramos materiais informativos para distribuição em diversos pontos, sobretudo nas agências funerárias, e para diferentes públicos. Essa divulgação pode ser impressa ou digital. Além disso, entendemos como importante a realização de encontros em datas comemorativas a fim de abordarmos a morte e a perda diretamente com a população.

Materiais informativos impressos



Entendemos que é necessário oferecer informações sobre a morte e o morrer, tanto a servidores como à população. Foram elaborados então materiais informativos em formato de livretos, visando o esclarecimento sobre a morte e o processo do luto em diferentes fases do ciclo vital.

O primeiro material elaborado visa o esclarecimento sobre o processo do luto, a importância dos rituais de despedida, o luto em diferentes fases da vida, como oferecer apoio ao enlutado e questões burocráticas acerca da contratação do ritual.



Família de Manoel Dias de Abreu. Foto: Marcelo Ferreira

Seu público-alvo é o adulto, que poderá obtê-lo nas agências funerárias e em velórios, bem como com os sepultadores orientados a oferecerem esse material sempre que identificarem famílias em sofrimento.

Ele foi elaborado com base em reuniões semanais e no contato com a realidade dos diversos servidores do serviço funerário (sepultadores, motoristas, agenciadores, serviço social, entre outros) que apresentam convívio direto e diário com pessoas enlutadas no momento de despedida dos velórios e enterros. Assim, conciliamos a sabedoria dos servidores com o conhecimento da psicologia sobre a questão, visando uma aproximação com os moradores da cidade de São Paulo.

Dessa mesma forma elaboramos um material informativo sobre luto para crianças. Trata-se de um livreto que oferece informações à criança enlutada sobre o momento que ela está passando, ao mesmo tempo em que aproxima adultos e crianças no enfrentamento do luto, de maneira que leiam e façam juntos as atividades propostas.

Os dois se destacam pelo ineditismo de serem apresentados pelo Serviço Funerário do Município, com a colaboração da psicologia, pois faz deles importantes instrumentos para a quebra do tabu em relação à morte, em um contexto que vem marcado pela morte no seu significado mais doloroso.

Materiais informativos por meio eletrônico

Visando maior acesso à informação, o LELu elaborou textos com foco em datas comemorativas, ou com informações gerais sobre luto, disponibilizados no blog do Projeto Memória & Vida e em sua página do Facebook.

Essa abordagem está alinhada com as frequentes manifestações de luto nas redes sociais, com compartilhamento de experiências *on-line*, entendidas como mais um meio de comunicação com os munícipes.

Novamente muito cuidado foi tomado na escolha da linguagem, uma vez que encontrar uma forma de comunicação que atinja a imensa diversidade de conhecimento, informação, educação, recursos intelectuais e sociais da cidade de São Paulo tornou-se uma atividade muito desafiadora.

Para saber mais acesse: <https://memoriaevidaconsolacao.wordpress.com/> e a páginas no Facebook: Projeto Memória e Vida e Programa Memória & Vida Cemitério Consolação.

Contribuição para a Secretaria de Educação

Ao longo do convênio, o SFMSP nos solicitou algumas intervenções junto à Secretaria de Educação, que entendemos como pertinentes, uma vez que os educadores têm papel fundamental na disseminação



Obra de Giulio Starace no túmulo de José Luiz de Oliveira Borges. Foto: Marcelo Ferreira

de informações. Assim, capacitá-los para trabalharem com a educação para a morte é de suma importância.

Foram realizados pelo LELu quatro encontros formativos com profissionais da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, com o tema “Luto infantil e parental”. Apesar do objetivo didático, pudemos oferecer um espaço de troca e acolhimento a esses profissionais, que trouxeram em seus relatos experiências com a morte em seu ambiente de trabalho.

Pensando em uma intervenção a longo prazo, elaboramos um material educativo a ser utilizado nas escolas. Ele é composto por dois livretos, um direcionado à criança e outro ao educador. O da criança tem uma proposta interativa e oferece a todo momento a possibilidade de expressão por meio da escrita e/ou de desenhos. Sugerimos que as atividades sejam sempre realizadas na companhia de um adulto, seja o professor ou um familiar. A fim de oferecermos um suporte para o manejo do material, desenvolvemos o livreto para os professores, no qual indicamos o que cada atividade pretende trabalhar e suas possibilidades de abordagem. Destaque-se que é possível fazer uso do material da criança sem se preocupar com a sequência em que as informações se encontram dispostas, a fim de que o professor faça o uso mais produtivo que lhe pareça necessário.

Partimos do pressuposto de que a educação para a morte se dá por meio da comunicação, implicando facilitar o reconhecimento e a expressão de sentimentos. Isso posto, objetiva-se que tais materiais educativos possam servir como instrumentos facilitadores dessa comunicação, empode-

rando os professores, as escolas e as famílias, como uma rede de apoio de suma importância para o enfrentamento em situações que envolvam perdas.

Destaque-se que também nesse material todo o cuidado foi tomado com a adequação da linguagem, com a escolha de ilustrações, de maneira a tornar a atividade ao mesmo tempo prazerosa e educativa.

Datas comemorativas

O Programa *Memória & Vida* tem como um de seus objetivos a promoção de mudanças na relação com o espaço cemiterial enquanto lugar acolhedor, de memórias e significados. O LELu, visando a aproximação junto à população, desenvolveu ações realizadas em datas comemorativas, acrescentando como objetivo da equipe a promoção de acolhimento especializado por meio de compartilhamento de informações e experiências sobre o luto com pessoas enlutadas.

Passado, presente e futuro se misturam em datas comemorativas. É possível que em datas como Dia de Finados, Dia das Mães, Dia dos Pais, feriados religiosos e outros, os pensamentos e sentimentos sobre a perda sejam vivenciados de modo mais intenso. Dor e alegria podem coexistir, e a saudade e as memórias podem estar mais presentes. Esse turbilhão de sentimentos precisa de atenção, conforto, carinho e acolhimento. A construção da memória se faz no dia a dia e também em dias especiais.

Reconhecendo a importância e as repercussões emocionais das datas comemorativas para o processo de luto, na véspera do Dia de Finados, em 1 de novembro de 2015, no Cemitério Consolação,



Família de Clemente Ferreira . Foto: Marcelo Ferreira

foi possível efetuar a primeira ação. Foi realizada uma roda de conversa sobre luto com adultos e a aproximação do tema da morte com crianças por meio de contação de história no túmulo de Monteiro Lobato, ícone da literatura infantil brasileira, localizado no Cemitério Consolação.

A proposta da ação teve por objetivos promover a oportunidade para troca de informações sobre morte e luto com a população que frequenta ou visita o cemitério nessa data e promover mudanças na relação com o espaço cemiterial, ao apresentá-lo como um lugar acolhedor, de memórias e significados, com implicações na identidade social e cultural da cidade de São Paulo.

Os procedimentos planejados tiveram foco nos adultos e nas crianças. A atividade com a população adulta “Conversando sobre a morte com os adultos” foi realizada por meio de palestra desenvolvida em linguagem acessível e interativa e abordou o que é luto, as reações esperadas, os diferentes modos de se enlutar e como cuidar de si e de quem está enlutado. Essa etapa teve a duração de uma hora e trinta minutos, com todo o cuidado de acolher as histórias trazidas pelos participantes.

Posteriormente, a atividade com as crianças “Conversando sobre a morte com as crianças” teve uma proposta psicoeducativa para abordar morte, perda e luto, facilitando a expressão de sentimentos e fornecendo um espaço e uma escuta para as crianças falarem de todos os sentimentos que cabem nessa experiência. Também houve uma sessão de contação de histórias, junto ao túmulo de Monteiro Lobato, realizada por uma contadora convidada pelo SFMSP.

Como manda a tradição, viu-se no Cemitério Consolação uma abundância de flores, o que nos levou a algumas reflexões.

Observamos que as flores estão presentes nos momentos de chegada e partida, em momentos importantes de nossas vidas. Em datas comemorativas, os cemitérios ganham um colorido com a presença das flores que enfeitam os túmulos e prestam homenagens aos entes queridos falecidos.

Há flores por todo lado, no entorno do cemitério, nos rituais fúnebres, e elas fazem parte do processo de contratação de homenagem do SFMSP. Mais do que contratar esse serviço no momento de despedida, podemos refletir sobre a delicadeza e sutileza desse ato, que permite ao enlutado, ao oferecer flores, expressar suas emoções. Destaca-se a vivacidade das flores por meio de sua cores e perfumes, tão singulares, assim como cada pessoa e cada relação presente na memória.

As flores podem representar uma forma de manter vivo o vínculo. Ao adentrarmos o Cemitério Consolação, no Dia de Finados de 2015, chamou nossa atenção a riqueza da variedade de arranjos nos túmulos e suas obras, dando um colorido àquela concretude. É como se cada flor representasse a lembrança, o não esquecimento da pessoa amada, como disse a Profa. Dra. Maria Helena Pereira Franco, em reportagem ao *JC Debate* da TV Cultura sobre essa data e a pessoa enlutada: “[...] que essa pessoa recupere a sua possibilidade de viver a sua vida, e que não significa esquecer [...] não é para esquecer” (2015), referindo-se ao processo de luto saudável e o olhar psicológico acerca do enfrentamento.

A partir daquela experiência, empreendemos

uma roda de conversa pelo Dia das Mães voltada a mães que tivessem perdido filhos e a filhos que tivessem perdido a mãe. O tema baseou-se no significado das flores e em sua possibilidade de se reproduzir. Esse encontro aconteceu no Cemitério Consolação no dia 7 de maio de 2016.

O Dia das Mães é dia de celebrar, mas em algumas famílias o pesar passa a estar mais presente nessa e em outras datas. A mãe e o filho falecidos não estão mais presentes fisicamente, mas em memórias. A fim de contribuir para a expressão do luto de mães e filhos que passariam o primeiro Dia das Mães sem seus entes queridos, foi realizada uma oficina na capela do Cemitério Consolação, com a realização da roda de conversa “Luto, memória e vida: como lidar com a perda de mães e filhos”.

As flores também estiveram presentes em nossa primeira oficina em homenagem ao Dia das Mães, representadas pelas violetas. Cada participante recebeu um vaso, terra e uma muda de violeta, para plantá-la e levar consigo a ideia da continuidade nessa relação de cuidado.

Além da atividade com as violetas, os participantes puderam criar a árvore da vida, composta por palavras e desenhos que simbolizavam lembranças sobre a pessoa querida. Um espaço de escuta e acolhimento foi ofertado nesse momento, no qual cada um teve a oportunidade de falar sobre sua perda e de como a vida estava naquele momento.

Em agosto de 2016, realizamos a roda de conversa alusiva a perdas de parceiros amorosos, dessa vez em uma sala do Centro Cultural São Paulo. Com a exibição de uma animação sobre relacionamento amoroso e a discussão do mesmo



Foto: Cemitério Consolação, Dia das Mães, maio de 2016.

entre os presentes, foi possível acionar memórias e espaços de reconstrução de projetos, mesmo após o rompimento. O objetivo foi ampliado, não tendo se restringido à perda por morte, mas incluindo a perda por rompimento amoroso, o que não deixa de ser um luto.

Conclusão

O LELu está construindo esse saber e ampliando o espaço de atuação para a psicologia. Percebemos até o momento a importância de se discutir morte

e luto na atualidade e o quanto esses temas são disparadores de outras demandas emocionais. Notamos a dificuldade da população em reconhecer o cemitério como um espaço que não seja associado à tristeza e ao sofrimento, dificultando a aderência às ações realizadas nas datas comemorativas.

Entendemos que a participação nessas atividades pode ser um meio de realização da prevenção primária do luto complicado na família e na comunidade.

Esperamos que, por meio dessas ações, um novo olhar seja lançado ao espaço cemiterial e a suas demandas e que a psicologia possa cada vez mais se

debruçar nesse campo rico de conhecimento e com necessidades reais de intervenção.

A totalidade deste projeto, integrando outros saberes e práticas, possibilitou à ação da psicologia um enriquecimento e uma ampliação há muito necessários. Lidar com morte e luto requer, mesmo, uma visão ampla e profunda. Assim esperamos que nossa contribuição permaneça, possibilitando mais interlocução e atualização de conhecimento, a fim de honrar a nossa verdade absoluta: somos todos mortais.

Finalizamos este capítulo trazendo uma fala de Leandro Karnal, historiador e professor da Unicamp, sobre a finitude:

“[...] a finitude da vida é uma das grandes chaves da beleza da vida. Por isso é que a flor natural é melhor do que a flor artificial. Porque a flor natural vai passar em poucos dias. A artificial fica naquele brilho plástico por muito tempo. Eu dizia, uma estátua é pior que um ser humano. Sermos feitos de matéria finita, estarmos imbuídos na finitude é que dá vida a grande parte do seu prazer [...]” (KARNAL, L. In *JC Debate*, 2015).

Assim, encerramos com o brilho da flor natural, assim como é a nossa vida. Aquelas flores presentes nas datas comemorativas já morreram e outras certamente morrerão. O que fica são as sementes plantadas, os conhecimentos regados com amor e dedicação, os vínculos mantidos na lembrança. Que outros trabalhos e ações possam florescer dessa experiência tão rica diante da vida e da morte.

DESAFIOS JURÍDICOS AO USO INOVADOR DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Texto desenvolvido com base no trabalho da equipe coordenada pelo Prof. Dr. Mario Thadeu Leme de Barros Filho, composta pelos pesquisadores: Ms. Aline Oliveira de Santana, Ms. Fernando de Almeida Prado Sampaio, Ms. Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros, Adriana Silva Gregorut, Roberta Bagatim Scherrer Victoriana Corte Gonzaga e pelos estagiários: Débora da Silva Nascimento, Gabriel Calil Pinheiro, Lilian Leal Silva.

INTRODUÇÃO

Os cemitérios são considerados relevantes elementos do patrimônio histórico, ambiental e cultural das cidades. Representam importantes momentos da construção de sua história e sua identidade, devendo ser usufruídos pela sociedade de maneira diversificada e democrática, para além da função própria e restritiva de *locus* de execução do serviço funerário e de atividades correlatas. Exemplo disso é o Cemitério Consolação, primeiro cemitério público de São Paulo, que não apenas abriga obras tumulares de importantes artistas nacionais e internacionais, mas é local de sepultamento de personalidades históricas da cidade e do país.

Uma visita ao Cemitério Consolação propicia, entre outras experiências, um contato com a arte, a história (brasileira, paulista e paulistana), a natureza, a cultura brasileira. Os habitantes e turistas de São Paulo cada vez mais buscam por atividades nesse espaço, até então restrito a usos específicos, revelando que acreditam sim nos cemitérios como lugar de preservação da memória e celebração da vida. No entanto, a realização de concertos musicais, a encenação de peças teatrais, a exibição de filmes, a leitura de poesias, crônicas ou contos, bem como a simples contemplação ao longo de caminhadas exploratórias, são ações que devem ser compatibilizadas com a realização de homenagens fúnebres e cerimônias de sepultamento. Visando o diálogo entre essas maneiras de usufruir o Cemitério Consolação, precisamos enfrentar um problema típico da sociedade contemporânea: como possibilitar formas inovadoras de uso do bem público que ultrapassem sua finalidade típica?



Família Ferreira Mesquita. Foto: Marcelo Ferreira

A reflexão a respeito desse tema tem como pano de fundo compreender não só a complexidade normativa do Direito Funerário – que aqui se encontra em transformação, mas também envolve os estudos de diferentes ramos do Direito Público e do Direito Privado. O direito, como um sistema social⁹, deve ser aqui evocado, principal-

⁹ Uma perspectiva de análise do direito é compreendê-lo como um resultado advindo da sociedade. Um produto social, produzido, modificado e aplicado pela sociedade, em qualquer atividade e com a finalidade de assegurar expectativas. O principal meio de produção desse direito social é a comunicação (mensagem, informação e compreensão) e, nesse sentido, é possível constatar uma “troca direta” entre as necessidades/demandas sociais e a forma de proteção assegurada pelo direito. O direito possui como origem e como destinatário a própria sociedade, ainda que opere com uma racionalidade própria, que é a jurídica. O direito nessa concepção moderna é uma forma de desenvolvimento e de emancipação humana. Assumimos, assim, que o direito é ao mesmo tempo produzido pela e para a sociedade.

mente, a fim de repensar a relação tradicional que o indivíduo estabelece com os equipamentos públicos. Nesse âmbito, o Programa Memória & Vida tem como objetivo rever as relações entre o cemitério e a cidade. Referido projeto se insere no repensar juridicamente a cidade contemporânea e as mudanças surgidas com o século XXI. Espaços públicos que eram específicos para determinados serviços passam a ser flexíveis aos novos usos e atividades – de cunho pedagógico, democrático e cultural –, devendo os alicerces jurídicos acompanharem as mudanças que estão acontecendo nos cemitérios públicos, no intuito de viabilizar esse anseio social.

O presente artigo, além de apresentar os desafios e as peculiaridades jurídicas relacionadas ao tema, tem como finalidade examinar quais seriam os instrumentos jurídicos existentes que possam propiciar

a inovação nos modos tradicionais de afinidade da sociedade com os cemitérios, promovendo participação mais efetiva e, eventualmente, institucionalizada da sociedade civil na construção dessa nova proposta de relação entre os indivíduos e os bens públicos classificados como de uso especial. Ao mesmo tempo, expomos as mudanças que estão acontecendo (expõe do ponto de vista jurídico), observadas com base nos resultados encontrados em nossa pesquisa jurídica ligada ao projeto.

Pretende-se, portanto, apresentar os instrumentos jurídicos que possibilitem à sociedade exercer ações que contribuam para a promoção desse espaço com um novo significado simbólico, concretizando e permitindo que esse equipamento público seja igualmente utilizado como *locus* de atração turística, lazer, contemplação e cultura. A discussão do artigo é dividida em três partes, além desta introdução e das considerações finais, cada qual abordando uma dimensão e uma faceta do problema: peculiaridades jurídicas relacionadas aos cemitérios, especialmente os municipais; possibilidades de uso cultural dos cemitérios públicos; desafios futuros para a mudança de paradigma do uso do espaço público.

Peculiaridades jurídicas relacionadas aos cemitérios – podemos falar em um Direito Funerário da cidade de São Paulo?

O Direito Funerário é um ramo interdisciplinar do direito brasileiro, sobretudo porque envolve os estudos de diferentes divisões do Direito Público



Obra Sepultamento de Victor Brecheret para o túmulo de Olívia Guedes Penteado. Foto: Marcelo Ferreira



Luiz Gama

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) nasceu entre junho e julho de 1830, em Salvador, estado da Bahia. Sua mãe, uma africana livre e ativista de nome Luiza

Mahin, e seu pai um fidalgo português, amante de boa vida e de jogos de azar, de família abastada residente na Bahia. Sua mãe é exilada por motivos políticos (participou da revolta dos malês) e Luiz Gama, então com 10 anos de idade, é vendido pelo próprio pai para pagar dívidas de jogos.

Transferido para a Corte (RJ), foi comprado pelo alferes Antônio Pereira Cardoso e após passar por algumas cidades paulistas aporta na cidade de Lorena. Antônio Rodrigues de Araújo, um estudante hospedado na residência do alferes, alfabetiza Luiz Gama, quando este tinha 17 anos. No ano seguinte ele segue clandestinamente para São Paulo, serve no exército e depois na força pública, e em 1850 casa-se. Tenta frequentar o Curso de Direito do Largo São Francisco, atual USP, porém não é aceito devido ao racismo do corpo docente e discente dessa instituição de ensino. Com muita persistência, segue no curso como aluno ouvinte, e mesmo não concluindo o curso, adquire suficiente conhecimento para atuar como rábula e defender negros escravizados.

A partir de 1860 obtém destaque como jornalista e escritor e contribui na publicação de alguns periódicos progressistas. Obtém, então, projeção nacional por meio de seus poemas que satirizavam a aristocracia e os poderosos da época. Embora mais tarde tenha sido reconhecido como um importante representante do romantismo nacional, Luiz Gama foi a princípio discriminado pelos acadêmicos da época. Faleceu em 24 de agosto de 1882 e foi sepultado na presença de grande multidão. No ano de 2015, em 3 de novembro, Luiz Gama foi homenageado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que o reconheceu como advogado. Junto à OAB

de São Paulo concederam-lhe, post-mortem, o título de advogado, com sessão presidida por Marcus Vinicius Furtado Coelho, em cerimônia ocorrida na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na cidade de São Paulo. Da fala original: "Há 133 anos, faleceu Luiz Gama e, após esse período, temos a oportunidade de reescrever a história. Ao apóstolo negro da Abolição, pelos seus relevantes serviços prestados junto aos tribunais na libertação dos escravos, a OAB Nacional e a OAB de São Paulo concedem [a Luiz Gama] o título de advogado".

Rua 12 Terreno 17

O poeta Raul Pompéia (1863-1895) imortalizou Luiz Gama e seus feitos escrevendo na ocasião:

"(...) não sei que grandeza admirava naquele advogado, a receber constantemente em casa um mundo de gente faminta de liberdade, uns escravos humildes, esfarrapados, implorando libertação, como quem pede esmola; outros mostrando as mãos inflamadas e sangrentas das pancadas que lhes dera um bárbaro senhor; outros... inúmeros. E Luís Gama os recebia a todos com a sua aspereza afável e atraente; e a todos satisfazia, praticando as mas angélicas ações, por entre uma saraivada de grossas pilhérias de velho sargento. Toda essa clientela miserável saía satisfeita, levando este uma consolação, aquele uma promessa, outro a liberdade, alguns um conselho fortificante. E Luís Gama fazia tudo: libertava, consolava, dava conselhos, demandava, sacrificava-se, lutava, exauria-se no próprio ardor, como uma candeia iluminando à custa da própria vida as trevas do desespero daquele povo de infelizes, sem auferir uma sobra de lucro...E, por essa filosofia, empenhava-se de corpo e alma, fazia-se matar pelo bom...Pobre, muito pobre, deixava para os outros tudo o que lhe vinha das mãos de algum cliente mais abastado."

e do Direito Privado. O ramo compreende desde as questões relativas à proteção do cadáver até a administração dos cemitérios públicos e privados, passando por outras disciplinas como o Direito Tributário e o Direito Penal. Importante pontuar que, no Brasil, a Constituição Federal, no artigo 30, por meio da expressão “interesse local”, determinou que é atribuição dos Municípios o exercício das competências legislativas e administrativas a respeito desses ramos do direito, ou seja, cabe aos Municípios o “cuidado” com o Direito Funerário.

Uma primeira consequência dessa atribuição constitucional é a constatação da existência de diferentes direitos funerários, em razão dos inúmeros municípios existentes no Brasil. Considerando levantamentos recentes do IBGE acerca da quantidade de municípios no país, é possível afirmar que temos 5.564 direitos funerários no país. Só no Estado de São Paulo seriam 645 diferentes realidades para disciplinar e organizar. Tal ponto, por si só, justifica a complexidade do assunto e torna tormentosa antiga ideia de elaboração de um Código de Direito Funerário. Afinal, são diferentes interesses envolvidos e diferentes necessidades em cada Município.

Um segundo fato: ao examinar a situação legislativa de alguns municípios brasileiros, nossa pesquisa constatou que muitos não apresentam uma legislação adequada às necessidades locais. Um caso exemplar é a própria cidade de São Paulo. O principal instrumento legal que disciplina o Direito Funerário paulistano é o Ato nº 326, de 21 de março de 1932, que sofreu sete alterações, a última em 1971.

O que se constata ao comparar o texto legal e a prática é que a norma está desatualizada e muitos institutos estão em desuso. Como exemplos, podem ser men-

cionados, respectivamente, o caso das penas administrativas e o dos “empreiteiros funerários”. Atualmente, os problemas dos cemitérios municipais na cidade de São Paulo ultrapassam a questão da superlotação (grande questão no final da década de 1960). Como desenvolvido no Programa Memória & Vida, uma das principais dificuldades contemporâneas é possibilitar uma ressignificação desse bem público pela sociedade paulistana tal como incorporado na ideia de parque de memórias. Nesse sentido, do aspecto funcional e técnico, é fundamental o aprimoramento do texto legal, de forma que ele seja capaz de atender às atuais necessidades em relação ao novo Direito Funerário da cidade de São Paulo, que já possui mais de 12 milhões de habitantes e tantas outras novas demandas – além, é claro, de contribuir para a atuação do Serviço Funerário por meio de um novo instrumental.

Terceiro fato: parece que a comunidade jurídica (juristas, professores, pesquisadores, advogados, promotores, juízes e legisladores, entre outros) em alguma medida carrega o “fardo” do estigma de debater o assunto do Direito Funerário dentro do campo do direito. Uma evidência forte nesse sentido é o Direito Funerário ser um ramo excluído das pesquisas em geral da comunidade jurídica no país. Basta consultar os principais bancos de dados científicos¹⁰ e averiguar

¹⁰ Uma pesquisa exploratória constatou que nos sítios das principais bibliotecas das faculdades de direito de São Paulo, respectivamente, PUC-SP, FD-USP e FGV-SP, e em outros bancos de dados (repositório das dissertações e teses da CAPES e sistemas de arquivamento de periódicos como o Journal Storage – JSTOR, Hein Online, Social Science Research Network – SSRN e a Revista dos Tribunais Online), as buscas cruzadas dos termos “cemitério”, “consolação”, “direito”, “patrimônio”, “OSCIP”, “OS”, “terceiro setor” e “fundações públicas” resultaram em apenas 61 obras.

a ausência de debates jurídicos acerca das questões relacionadas à morte e a seus ritos –ao contrário de outras disciplinas, como a psicologia, a antropologia, a arquitetura ou mesmo a sociologia, que já avançaram em pesquisas acadêmicas ou na formação de núcleos de pesquisa especializados. Portanto, pode-se deduzir que a ciência jurídica toma para si o preconceito acompanhado do “tabu” existente a respeito do tema, não rompendo com o senso comum ao tratar de questões relevantes a respeito da mística da morte simplesmente como téticas ou fúnebres, inexistindo qualquer trabalho que associe os cemitérios municipais à arte, à cultura e ao meio ambiente.

Chega-se aqui a uma importante conclusão: não existe um debate a propósito do Direito Funerário no país por dois motivos, a desatualização fragmentada da legislação e o papel diminuto da doutrina existente sobre o assunto.

Possibilidades de uso cultural dos cemitérios públicos

De acordo com uma leitura do ordenamento jurídico contemporâneo pautada pela primazia constitucional do interesse público/coletivo em relação ao individual/privado, é juridicamente possível defender um uso cultural dos cemitérios públicos – em especial no âmbito da formulação, da execução e do monitoramento das políticas públicas e suas diretrizes. Essa questão traz à luz tema ainda não suficientemente debatido: aproximar a função social da propriedade pública ao dever de promover o pleno exercício dos direitos culturais. Vale lembrar, referindo-se aos estudos de Sílvio Luís Ferreira da Rocha (2005, p. 65-66), que

qualquer espécie de bem está submetida aos preceitos da Constituição. Assim os bens do Estado, consagrados ao uso comum, ao uso especial ou a nenhuma modalidade de uso, devem atender aos objetivos fundamentais da República, entre eles, o da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária, o que obriga o Estado – e não apenas os particulares – a observar o princípio constitucional da função social da propriedade.



Obra de Vogele para família Frugoli. Foto: Marcelo Ferreira

Analisa-se de maneira inicial a possibilidade jurídica de formas inovadoras de uso do bem público que ultrapassem as suas finalidades típicas – no caso dos cemitérios, de sepultamento de cadáveres¹¹. Assim, busca-se compreender os cemitérios públicos para além da leitura tradicional (própria de uma concepção privatista do direito) de bens de

¹¹ A obra *Tratado de direito funerário*, de Justino Adriano Farias da Silva (2000), traz uma reconstrução dos posicionamentos de diversos autores sobre o tema, havendo quem defenda as três correntes. Assim, os defensores do cemitério como bem público dominial sustentam a titularidade municipal sobre ele, regendo-se pelo direito privado por serem do domínio privado da municipalidade. Outra orientação defende o cemitério como bem público de uso comum e especial, por ele possuir elementos de ambas as classificações. Sustentam que a finalidade não arrecadadora do cemitério impossibilitaria sua caracterização como bem dominial. Ademais, outro argumento dessa corrente assenta que existem alamedas onde transitam qualquer pessoa, bem como locais de uso exclusivo dos concessionários (cf. José Cretella Junior, Di Pietro, J. M. Carvalho Santos, Prantzaro e Clodomir Cardoso, que sustentam essa postura híbrida). Silva (2000, p. 395) entende ser o cemitério somente bem de uso especial, fundamentando sua posição na natureza do *jus sepulchri*, que seria a de concessão de uso de um bem público a um particular, lhe assegurando direitos pessoais que beiram a serem denominados de direitos reais de uso. Com base nisso, Silva sustenta que a necessidade de concessão para o uso por particulares impediria a caracterização do cemitério como bem de uso comum. O autor se ancora em uma visão tradicional de cemitérios, em que sua única finalidade seria o sepultamento e a visitação por parte dos entes queridos. De fato, tradicionalmente o cemitério serve a tais finalidades. No entanto, existem cemitérios que contrariam a lógica exposta. High Gate, na Inglaterra, Père-Lachaise, na França, Recoleta, na Argentina, e outros há tempos exploram o cemitério de maneira museológica, buscando preservar elementos históricos e culturais desses povos. Nesse sentido, um cemitério que rompa com sua destinação corriqueira, vindo a ser um verdadeiro parque de memórias, como veremos, não poderia ter sua natureza jurídica definida com base apenas no *jus sepulchri*. Isso porque o uso do cemitério seria muito mais amplo, razão pela qual ele se enquadraria melhor na classificação híbrida de bem de uso comum e especial.

uso especial¹², também como bens culturais (aproximando-se do protagonismo constitucional do alicerce da ordem jurídica, no pós-1988). Explica-se.

Em que pese inexistir no texto constitucional a menção acerca dos bens municipais¹³, não há dúvida de que os cemitérios públicos se encontram na lista dos existentes nos patrimônios urbanos. O trato constitucional dos municípios e seus bens se mostrou revolucionário no texto de 1988, pois previu-se a gestão democrática do patrimônio público, por meio da participação direta da sociedade civil nessa tarefa (nos termos do parágrafo único do artigo 1º da CF).

O tema central da ordem do dia do exercício da cidadania no Estado Democrático de Direito é a busca de uma concreta e maior participação da comunidade em processos decisórios de gestão pública (denominada de gestão pública democrática – por exemplo, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, prevista no artigo 29, XII, da CF; ou a gestão democrática do ensino público, prevista no artigo 206, VI, da CF). No caso, não se trata apenas de repensar a finalidade dos bens públicos de uso especial, a fim de nos valermos da terminologia adotada, mas sim de

¹² O Código Civil de 1916 foi o diploma legal brasileiro que pela primeira vez dividiu os bens públicos em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominiais (arts. 65, 66, 67 e 68). Nesse sentido, os manuais de direito administrativos clássicos classificam os bens públicos em três espécies, de acordo com a destinação ou afetação desses (DI PIETRO, 2005, p. 564-565). Destacamos que o atual Código Civil (CC) reproduziu essa classificação no artigo 99.

¹³ A CF enumerou nos artigos 20 e 26, respectivamente, os bens da União e os Estaduais.

assegurar que esses bens sejam reestruturados por meio de políticas públicas pautadas no mais amplo diálogo com a população e seus costumes modernos. Fica garantida, assim, a legitimidade em relação aos interesses da coletividade e a eficiência dos programas públicos de gestão, proporcionando um novo tipo de acesso da sociedade aos bens públicos.

Esse direito efetivou-se com as normas estabelecidas e regidas no Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001), destacando-se, por exemplo, o artigo 2º, II, das diretrizes gerais de política urbana e o disposto no artigo 43 da mesma lei, que define os instrumentos de gestão democrática da cidade. A participação de maneira direta no processo decisório da gestão das cidades e de seu patrimônio deve ser compreendida como um direito de todo cidadão morador das cidades brasileiras. É esse direito à gestão democrática da cidade que assegura ao cidadão participar ativamente na definição, dentro dos limites da legalidade, de quais podem ser outros usos possíveis dos cemitérios públicos municipais – culturais, educacionais ou mesmo recreativos, repensando a relação que o cidadão estabelece com os bens públicos. Existe – após a Emenda Constitucional nº 85, de 2015 – uma interdependência e uma permeabilidade complexa entre a obrigação constitucional do Estado (comum a todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios) de assegurar o acesso à cultura e ao exercício dos direitos culturais; a proteção do patrimônio histórico-cultural; o respeito aos valores culturais; e a finalidade e possibilidade dos bens públicos.

Bens públicos não devem ser caracterizados como de usos restritivos e estáticos, pois a relação da sociedade com seu patrimônio público modifica-se através do tempo, de acordo com mudanças ocorridas nas dimensões social, econômica e cultural. Vale lembrar que a legitimidade de alterações na compreensão da relação entre o cidadão e os bens públicos pode ser mensurada pela análise de ônus e benefícios de seus usos para a sociedade. Como já falado, os cemitérios municipais, como espaços públicos, muitas vezes são grandes áreas verdes urbanas, locais de concentração de marcos históricos, arquitetônicos e artísticos. Portanto, não devem ficar privados a usos limitados e restritivos, mas devem ser ampliados para um uso harmonioso e democrático pelo maior número de pessoas da sociedade. É inegável que os cemitérios são fontes da cultura nacional, para fins do disposto na seção II do Capítulo III da Constituição.

Os cemitérios municipais, quando pensados em programas de políticas públicas, devem sim ser considerados como bens de cultura, sendo necessário assegurar a democratização de seu acesso, conforme manda o inciso IV do §3º do artigo 215 da Constituição. O Plano Nacional de Cultura e seu Sistema Nacional de Cultura, bem como seus similares nos demais entes federativos, devem prever cemitérios como patrimônio cultural brasileiro, aportando propostas de desenvolvimento cultural em seus espaços. É preciso deixar claro que tratar o cemitério como um parque de memórias e local de desenvolvimento cultural não significa retirar-lhe sua destinação mais tradicional. São duas visões perfeitamente compatíveis e complementa-

res, que inclusive justificam a maior adequação a essa natureza jurídica híbrida. Novamente, o cemitério preservará sua característica de local de sepultamento, onde os entes queridos podem viver seu luto. Entretanto, a essa característica seria adicionada outra: a histórico-cultural.

A construção social/cultural das finalidades e possibilidades de uso dos bens e espaços públicos visa garantir que os interesses coletivos contemporâneos da população não fiquem desamparados e sejam automaticamente deslocados para a ilegalidade ou a informalidade. O maior envolvimento da população com o espaço público, redefinindo o que nele pode ser feito, ao mesmo tempo asseguram legitimidade para a atividade pública e a definição de suas políticas, pois reestruturam materialmente, e não apenas formalmente, a vontade da sociedade atual. São mudanças próprias da vida democrática, que garantirão o uso do patrimônio público por todos, a favor da coletividade e não apenas de grupos restritos de administrados.

O cerne de se repensar a relação dos cidadãos/indivíduos com o bem público por meio de políticas públicas definidas após o diálogo com toda a sociedade, reafirmando o princípio da gestão negociada e da democracia participativa, mostra a necessidade de o direito atender a sociedade não só como instrumento de regulação, mas também de emancipação e transformação social da institucionalidade. Valendo-nos da proposta de Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (1999), o qual tem defendido a necessidade de revisão da dicotomia entre interesse público e interesse privado, afirmamos que será por meio do diálogo que o interes-

Andrea de Mayo



Andrea de Mayo (1950-2000), cujo nome de registro era Ernani dos Santos Moreira Filho, foi uma empresária e militante transexual pelos Direitos Humanos LGBT. Andrea nasceu em 4 de maio de 1950. Foi engraxate, gari e menino de rua.

Dormiu debaixo de um banco na praça da República. Na adolescência tentou ser cantor e também bailarino. Aos 20, Ernani decidiu transformar seu corpo, transformando-se em Andrea de Mayo. Nos anos 70, quanto mais litros de silicone tivesse um travesti, mais poderoso ele era, e mais respeito conquistava. E Andrea se encheu de silicone. Fez uma viagem a Paris e, na volta, abriu com Valdemir Tenório de Albuquerque, o Val, a boate Val-Improviso, lendária casa de shows de travestis na Marquês de Itu. O Val-Improviso e o Val-Show, na Frederico Steidel, ajudaram a escrever a história do underground paulistano, com seus shows e sua frenética atividade, que às vezes chegava até o meio-dia. Cazuza foi um dos frequentadores, terminando muitas noites com o cantor ao violão.

Andrea se tornou uma espécie de mãe de todas. Poderosa, protegia e defendia os travestis das intempéries da vida noturna. Quando abriu sua própria boate, a Proibidu's, na Amaral Gurgel, recebeu, misturou e aceitou todo mundo, sem rejeições.

Negociante de carros, ajudava também instituições de

caridade (muitas doações foram feitas para a casa de travestis de Brenda Lee) e favelas. Tinha insônia e costumava passar muitas madrugadas conversando com Carlos Alberto de Policastro, a Kaká di Polly, a quem considerava um irmão. Andrea de Mayo era ainda, segundo diz Kaká, "um pai-de-santo maravilhoso".

Andrea morreu em 4 de maio de 2000, em uma clínica de

cirurgia plástica um dia após se submeter à retirada de silicone industrial das nádegas e de suas coxas. Antes da cirurgia, contudo, ela havia assinado um termo se responsabilizando pelos riscos da retirada do silicone, que eram bem altos em um procedimento desse tipo.

Rua 25 - LE Terreno 22



se público se desenhará novamente – pelas mãos das instituições sociais e não do Estado. Essa nova ordem jurídica contemporânea, assegurando concretamente o uso plural dos bens públicos, levará a novas definições não só das políticas públicas, mas também do planejamento urbano e da gestão das cidades – seja como administração pública ou serviço público.

Desafios futuros para a mudança de paradigma do uso do espaço público

As atuais transformações apontadas no Programa Memória & Vida com a ocupação do espaço público de cemitérios para a utilização de atividades culturais representam mudanças da sociedade, que cada vez mais consegue ressignificar os espaços públicos. É a sociedade quem quer transformar parte do cemitério em lugar para ver filmes, como no Cinetério; que quer assistir peças culturais ou rodas de samba nesses espaços; é ela quem quer passear nas áreas verdes para se exercitar ou simplesmente conhecer e apreciar arte tumular. E o direito precisa acompanhar e permitir que tudo isso aconteça com segurança e respeito às outras funções já desempenhadas nesse espaço. Nesse sentido, uma série de questões são colocadas para viabilização:

- a) Repensar a estrutura das responsabilidades extracontratuais do Estado, tal como a responsabilidade compartilhada entre concessionários no cemitério municipal, ao mesmo tempo em que deve

Obra de Antelo Del Debbio para o túmulo de Demétrio Calfat.
Foto: Marcelo Ferreira



ser considerada uma nova classificação de bem público para além da definição do Código Civil, entre bem de uso comum e bem dominical.

b) Conceber novos institutos como o do “jazigo vacante”: o jazigo poderá ser declarado vacante pelo Poder Público à semelhança do instituto da herança vacante. No caso do cemitério público da cidade de São Paulo, é possível sustentar a ideia de jazigo vacante, desde que ocorra as necessárias atualizações legislativas e regulamentares no sentido de definir o instituto e compatibilizá-lo com o Ato nº 326/1932.

c) Constatar a atuação positiva do judiciário em face do legislativo no sentido de assegurar um Direito Funerário fundamental. A pesquisa constatou, com base em decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que juízes reconhecem um Direito Funerário fundamental como um direito subjetivo individual de imediata aplicação e, portanto, gozando de plena eficácia, como qualquer outro direito fundamental individual previsto no artigo 5º da Constituição Federal – ao preservar a inviolabilidade da imagem do falecido e garantir à família a indenização por dano material e moral, decorrente de sua violação. Daí observou-se que a fundamentalidade de um Direito Funerário era justificada com base na proteção dos direi-

tos fundamentais individuais e em suas consequências práticas em detrimento de uma proteção por lei.

d) Conceber novos sistemas de gestão do bem público com participação da sociedade civil e integração da comunidade.

e) Necessidade de atualização legislativa: o Programa Memória & Vida realizou pesquisa quantitativa e qualitativa da jurisprudência do TJSP em relação aos temas afetos ao Direito Funerário. A maior parte dos julgados encontrados diz respeito à impugnação de procedimentos administrativos que levaram à extinção da concessão de terreno em cemitério municipal, em razão do abandono ou da ruína do jazigo por parte do concessionário. Verificou-se que o Tribunal entende, de maneira pacificada, que o dever de conservação do jazigo recai ao concessionário, sendo que ao Serviço Funerário do Município compete a fiscalização do estado dos jazigos e túmulos do cemitério, podendo proceder à extinção da concessão, por meio de procedimento administrativo, quando constatado o abandono ou a ruína. Há, no entanto, divergência jurisprudencial a respeito do procedimento a ser adotado para a expedição de ato de extinção da concessão em razão do abandono ou de ruína - aquele previsto no artigo 39, §§ 1º a 5º, do Ato nº 326/1932, que prevê procedimento mais solene e complexo; ou

Lolla Brand

Lolla Brand foi uma prostituta de origem judaica falecida em 1924. A comunidade tinha como norma não sepultar prostitutas e cafetões em cemitérios judaicos, o que fez com que ela fosse enterrada no Cemitério Consolação. Em seu túmulo há uma inscrição em hebraico "'Deseja-se que sua alma não seja mais encarnada"'.

Quadra 12 Terreno 8





Jazigo da Baronesa e Barão de Souza Queiroz

o previsto na Resolução nº 03/1997, que prevê procedimento mais simplificado.

Destacamos que todos os pontos enumerados são ideias novas no campo do direito e impostas pela sociedade. A equipe jurídica do Programa Memória & Vida desenha e delimita os contornos desses institutos que viabilizariam possíveis encaminhamentos do Direito Funerário de São Paulo, os quais devem ser objeto de discussão e de debate pela sociedade.

Considerações finais

Como mencionamos no início do artigo, o direito deve sempre ser compreendido como produzido pela e para a sociedade. Portanto, constatando-se a busca da sociedade pela ressignificação dos cemitérios municipais como espaços de cultura, arte e meio ambiente, deve obrigatoriamente o direito possibilitar essa transformação do uso do bem público, de modo harmonioso e modulado com o dever de cuidado e respeito com a morte. Buscamos examinar neste artigo o atual cenário político-jurídico de uso do bem público, tendo em vista as graduais mudanças nas formas tradicionais de relação da sociedade com a cidade e seu patrimônio, identificando os instrumentos por meio dos quais seria possível proporcionar a democratização da gestão do interesse público.

Apresentamos peculiaridades jurídicas relacionadas aos cemitérios municipais, destacando dificuldades e desafios. Denunciamos que não existe um debate a propósito do Direito Funerário no país por dois motivos: a desatualização fragmentada da

legislação e o papel diminuto da doutrina existente sobre o assunto.

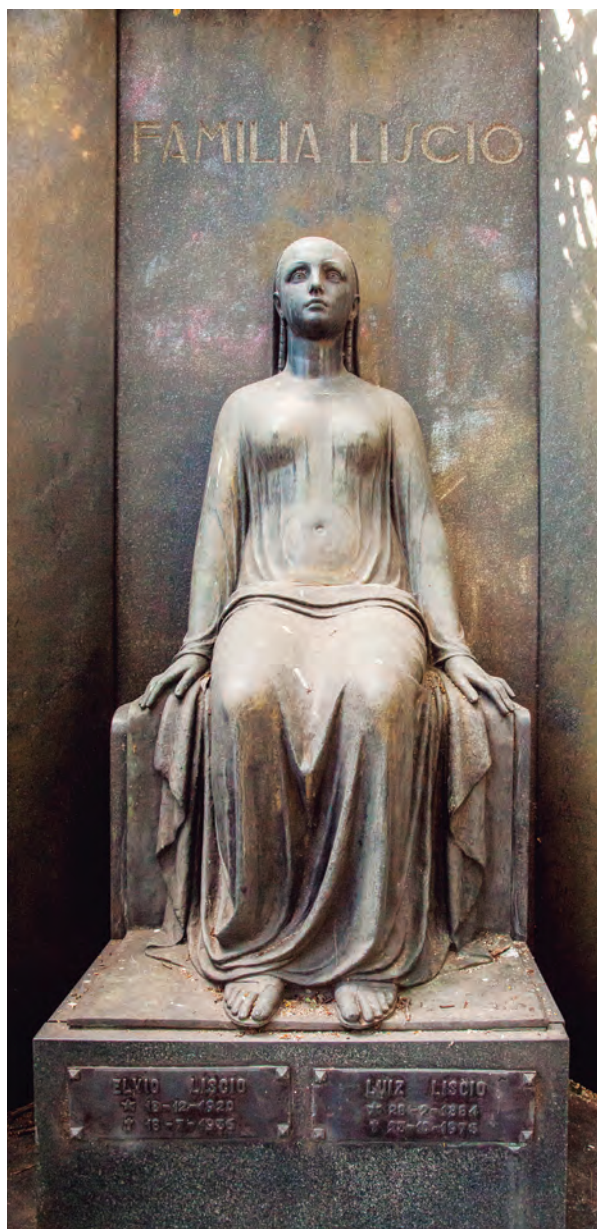
Nesse contexto, levantamos a questão: como seria possível coordenar iniciativas do Poder Público e da sociedade civil organizada a fim de preservar esse importante patrimônio cultural da cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, permitir que seu potencial cultural seja devidamente explorado, sem deixar de garantir a boa execução da sua finalidade típica – o sepultamento de cadáveres?

A proposta do presente artigo foi a de repensar os cemitérios municipais, não apenas como bens de uso especial, mas também como bens culturais. Para isso, faz-se necessário garantir a ampla participação da sociedade civil na tarefa de reestruturar esse bem público por meio de políticas públicas que permitam ao mesmo tempo garantir a eficiência desse serviço público (o serviço funerário) e conferir ao cemitério público destinações diversas da função típica de sepultamento de cadáveres. Reitera-se que tratar um cemitério municipal como bem cultural não significa uma substituição, retirando-lhe sua destinação mais tradicional. São duas possibilidades de uso compatíveis, que inclusive justificam a maior adequação à tradicional natureza jurídica híbrida. O cemitério preservará sua característica de local de sepultamento, onde os entes queridos podem viver seu luto. Entretanto, a essa característica deve ser acrescida outra: a histórico-cultural.

Assim, pretende-se pensar em instrumentos que possibilitem a efetivação do direito à gestão democrática da cidade, permitindo ao cidadão participação ativa nas tomadas de decisão acerca dos diversos usos possíveis dos bens públicos. Estes devem ser vis-



Detalhe do túmulo da Família Borin Refinetti Rappa.
Foto: Marcelo Ferreira



Obra de Buscara para família Liscio. Foto: Marcelo Ferreira

tos como tão dinâmicos quanto a sociedade que os circunda, de modo que, se a demanda da sociedade por utilização do espaço público aumenta, deve ser igualmente ampliado o uso harmonioso e democrático dos bens públicos, inclusive dos cemitérios.

Tal objetivo se concretiza por meio de instrumentos de organização da sociedade civil. São eles as fundações e as associações civis, que podem ser também qualificadas como OSs ou OSCIPs. O termo de parceria que se estabelece entre Poder Público e OSCIP é um exemplo importante de gestão compartilhada dos bens e serviços públicos, ao permitir atuação paralela e compartilhada da iniciativa privada e do Estado na tomada de decisão nos assuntos de interesse público coletivo. Igualmente, a participação da sociedade civil viabilizará o custeio da preservação e da manutenção por outros meios que não os previstos pela Administração Pública. Abrem-se possibilidades de falarmos em fomentos para a proteção da memória e da cultura.

Entendemos ser por meio desses instrumentos que se possibilita repensar a dicotomia entre interesse público e interesse privado, valorizando o diálogo institucionalizado do Estado com a sociedade civil. Dessa forma, busca-se redefinir o que se entende por interesse público e os meios para sua consecução, ampliando as possibilidades de uso dos bens públicos, de forma democrática, garantida a participação do maior número possível de cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.
- CRETELLA JUNIOR, José. **Tratado do domínio público**. São Paulo: Forense, 1984.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. "Bens públicos e trespasse de uso", in BDA - Boletim de Direito Administrativo, São Paulo, p. 403-419, 1969.
- _____. **Direito administrativo**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. **Uso privativo de bens públicos por particular**, São Paulo: Atlas, 1983.
- FUNARI, P. P. e PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MAIA, F. A. "Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico", in *Movendo Idéias*, Belém, v. 8, n. 13, p. 39-42, jun. de 2003.
- MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. **A republicação do Estado e os interesses públicos**. São Paulo, tese de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1999.
- ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. **Função social da propriedade pública**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- _____. **Terceiro setor**. São Paulo: Malheiros, 2003, coleção Temas de Direito Administrativo 7.
- SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**, 34. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 2011.

Projeto de Pesquisa e Extensão

Memória & Vida - Cemitério Consolação



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



PUC-SP



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
SERVIÇOS
Serviço Funerário

